

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO EM EDUCAÇÃO
Campus Sorocaba - SP



Maria Clara Coimbra Garcia

**A ESCOLA MATERNAL E CRECHE VOTORANTIM:
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
- DE 1925 A 1935.**

**SOROCABA - SP
2025**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA CLARA COIMBRA GARCIA

**A ESCOLA MATERNAL E CRECHE VOTORANTIM: concepções e práticas
pedagógicas – de 1925 a 1935**

Dissertação apresentada como requisito para defesa no mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, sob orientação da Professora Doutora Maria Walburga dos Santos.

Sorocaba

2025

Garcia., Maria Clara Coimbra

A Escola Maternal e Creche Votorantim: concepções e práticas pedagógicas – de 1925 a 1935 / Maria Clara Coimbra Garcia. -- 2025.
184f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Maria Walburga dos Santos

Banca Examinadora: Arnaldo Pinto Júnior, Isabel Cristina Caetano Dessotti, Roseli Gonçalves Ribeiro Martins Garcia, Tizuko Morchida Kishimoto

Bibliografia

1. Escola Maternal e Creche Votorantim. 2. Educação Operária. 3. Joana Grassi Fagundes. I. Garcia., Maria Clara Coimbra. II. Título.

MARIA CLARA COIMBRA GARCIA

A escola maternal e creche Votorantim: concepções e práticas pedagógicas – de 1925 a 1935

Dissertação apresentada como requisito para defesa no mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, sob orientação da Professora Doutora Maria Walburga dos Santos.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior
Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Isabel Cristina Caetano Dessotti
Secretaria do Estado de Educação

Profa. Dra Roseli Gonçalves Ribeiro Martins Garcia
Núcleo de Estudos da Infância

Profa. Dra Tizuko Morchida Kishimoto
Universidade de São Paulo

Ao João Antônio, meu filho amado, que tanto sentiu minha ausência.

A todas as crianças que passaram pela Escola Maternal e Creche Votorantim e um dia fizeram
parte dessa história.

AGRADECIMENTOS

Ao findar deste trabalho, começo a refletir: como foi possível chegar até aqui? Sei que não trilhei esse caminho sozinha, e sou grata por isso e por todos que estiveram comigo.

Meu primeiro agradecimento não tem como ser para outra pessoa que não seja a você, Marcelo. Obrigada, meu amor, marido e amigo, por me incentivar, por não me deixar desistir e por estar sempre ao meu lado. Gratidão eterna por cuidar do meu filho, para que eu pudesse dedicar-me ao estudo dessa pesquisa.

Gratidão imensa à minha amiga e comadre, Mara Lúcia, que foi meu apoio. Você é “lar” para o João; sem você, seria impossível chegar até aqui.

Dedico também um agradecimento especial à minha família. Aos meus pais, por todo amor e carinho, por sempre torcerem por mim e por estarem perto; por desde pequena me mostrarem o caminho dos estudos.

Aos (as) queridos(as) amigos(as) Camila, Elaine, Mariana, Élcio e Tiago, por me animarem muitas vezes, escutando minhas lamúrias e lamentações, e alegrando-me sempre ao apontar o “pote de ouro” no final do arco-íris.

Quero agradecer à companhia acadêmica dos meus amigos Adriana e Ítalo, pessoas totalmente desorientadas que fizeram essa jornada ser mais leve e com mais sorrisos. Obrigada: com vocês não me senti só.

À Angélica Nascimento, pela grandeza de compartilhar sua pesquisa comigo.

Em nome do amigo Osvaldo Barros, agradeço à Escola AVAM, por deixarem à disposição os documentos e o prédio da Antiga Escola Maternal e Creche Votorantim.

À professora Isabel Cristina Caetano Dessotti, minha sincera gratidão, não só por aceitar fazer parte dessa banca, mas por contribuir com esta pesquisa, por abrir as portas de sua casa e me receber tão bem.

Ao professor Edson Segamarchi, agradeço pelas leituras, pelas indicações e por ficar no meu pé: “Terminou a escrita?”; “Está pronto?”; “O tempo está passando!”. Gratidão, Edson, pelo incentivo e por indicar o caminho da pesquisa.

Aos professores Arnaldo Pinto Jr. e Roseli Gonçalves Ribeiro Martins Garcia, meu muito obrigada pelos conhecimentos compartilhados, pela leitura atenta, e por toda a contribuição com a pesquisa.

Um agradecimento especial e com muito carinho à professora Tizuko Morchida Kishimoto, pela generosidade de abrir as portas de sua casa, pelos livros emprestados, pelas orientações, pelo café e principalmente pela sensibilidade de se fazer tão simples quando és tão grande.

E por último: sem ela, esta narrativa não existiria – minha querida professora e orientadora Maria Walburga dos Santos, gratidão pela paciência, gratidão por acreditar em mim, gratidão por todos os momentos e ensinamentos compartilhados. Que sorte a minha tê-la comigo!

“Gracias a la vida, que me ha dado tanto.”
(Mercedes Sosa)

“Eu realmente acredito que existimos como seres humanos porque podemos contar histórias. Vivemos uma narrativa. Há uma espécie de linha que seguimos e que nos liga ao ontem, ao hoje e ao amanhã. É claro que montamos e cortamos muitas coisas, sobretudo aquilo que não se encaixa no que pensamos e queremos ser. Escrevemos a nossa própria história.”

Paul Auster

RESUMO

Esta pesquisa propõe um estudo sobre a constituição histórica da Escola Maternal e Creche Votorantim, considerando sua singularidade histórica, marcada pelo fato de ter sido berço de uma das primeiras escolas maternas do estado de São Paulo. O foco concentra-se no mapeamento, investigação e análise das concepções e práticas pedagógicas apontadas nos registros escritos pelos inspetores de escolares que deixaram suas anotações nos termos de visita entre os anos de 1925 a 1935, principalmente as observações da Inspetora Especial de Escolas Maternais Joana Grassi Fagundes. Para tanto, serão utilizados como fonte documental registros e documentos oficiais, notícias publicadas nos jornais locais e imagens que possam reportar à época estudada. A interlocução entre as fontes contribuirá para a composição do cenário da Escola Maternal e Creche Votorantim. Esta pesquisa também se compromete a contribuir para o processo reflexivo na formação de professores que poderão estabelecer relação entre as metodologias educativas do passado com as práticas atuais.

Palavras-chave: educação operária; história da educação infantil; Escola Maternal e Creche Votorantim; Joana Grassi Fagundes; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This research proposes a study on the historical constitution of the Votorantim Nursery School, considering its historical uniqueness, marked by the fact that it was the birthplace of one of the first nursery schools in the state of São Paulo. The focus is on the mapping, investigation and analysis of the conceptions and pedagogical practices pointed out in the written records of the school inspectors who left their notes in the terms of visit between the years 1925 and 1935, especially the observations of the Special Inspector of Nursery Schools Joana Grassi Fagundes. To this end, records and official documents, news published in local newspapers and images that may report to the time studied will be used as documentary sources. The dialogue between the sources will contribute to the composition of the scenario of the Votorantim Nursery School and Nursery. This research is also committed to contributing to the reflective process in the training of teachers, who will be able to establish a relationship between the educational methodologies of the past and current practices.

Keywords: working class education; history of early childhood education; Votorantim Nursery School and Daycare Center; Joana Grassi Fagundes; pedagogical practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trajeto para a Secretaria Municipal de Educação de Votorantim-SP	23
Figura 2 – Vista panorâmica da Fábrica de Estamparia Votorantim	65
Figura 3 – Capa do jornal Cruzeiro do Sul, de 17 de julho de 1917	66
Figura 4 – Vila Operária de Votorantim.....	68
Figura 5 – Mães Operárias.....	71
Figura 6 – Escola Maternal e Creche Votorantim	75
Figura 7 – Custos das escolas maternas com administrativo e docente, especificado na Lei nº 2014	78
Figura 8 – Visita do Governador do Estado a Escola Maternal Santa Rosália	81
Figura 9 – Zalina Rolim, Rosina Soares e Joana Grassi.....	84
Figura 10 – Termo de abertura da Escola e Creche Maternal	86
Figura 11 – Livro de Matrículas alunos de 1940 a 1968	92
Figura 12 – Professoras da Escola Maternal e Creche Votorantim	94
Figura 13 – Diploma de Normalista da Professora Maria Luiza Jacowicz	97
Figura 14 – Contrato da Professora Maria Luiza Jacowicz.....	97
Figura 15 – Ofício encaminhado a Julio Prestes de Albuquerque.....	99
Figura 16 – Abaixo assinado das funcionárias da Escola Maternal e Creche	100
Figura 17 – Primeira turma de alunos da Professora Alice Meirelles Reis – 1923.....	105
Figura 18 – Apresentação na Escola Maternal e Creche Votorantim.....	107
Figura 19 – Odete e Marina no Minueto (1923).....	108
Figura 20 – Jornal Cruzeiro do Sul em dezembro de 1926	109
Figura 21 – Material Pedagógico utilizado na Escola Maternal e Creche.....	112
Figura 22 – Segundo dom froebeliano	113
Figura 23 – Relação de Materiais na Escola Maternal Santa Rosália.....	115
Figura 24 – Primeiro dom froebeliano.....	116
Figura 25 – Perfuração no 3º período.....	118
Figura 26 – Terceiro dom froebeliano.....	120

Figura 27 – Material Montessoriano.....	121
Figura 28 – Material Montessoriano.....	121
Figura 29 – Atividades Orientadas em que se usavam modernos conceitos de Pedagogia	123
Figura 30 – As meninas bordam e os meninos aprendem a tecer.....	126
Figura 31 – Creche Votorantim.....	128
Figura 32 – Os bebês são alimentados com muito carinho.....	130
Figura 33 – Capa do Livro Termo de Visita da Escola Maternal e Creche Votorantim.....	132

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Pesquisas existentes no campo da história da educação infantil – Brasil/São Paulo	35
Quadro 2 – Trabalhos selecionados para leitura, temática Educação Infantil.....	36
Quadro 3 – Pesquisas existentes no campo da história da educação infantil em Sorocaba-SP..	36
Quadro 4 – Trabalhos selecionados para leitura, com temática Educação Infantil em Sorocaba	37
Quadro 5 – Pesquisas existentes no campo da história e história da educação em Votorantim	37
Quadro 6 – Trabalhos selecionados para leitura.....	38
Quadro 7 – Número de matrículas da Creche em 1926.....	89
Quadro 8 – Número de matrículas na Escola Maternal em 1926.....	90
Quadro 9 – Período/ idade de atendimento na Escola Maternal e Creche	90
Quadro 10 – Diferenças no atendimento da Escola Maternal e o Jardim da Infância.....	91
Quadro 11 – Transcrição do Livro de Matrículas da Escola Maternal e Creche.....	92
Quadro 12 – Lista de teóricos abordados na pesquisa.....	104
Quadro 13 – Relação de Materiais Pedagógicos na Escola Maternal	114
Quadro 14 – Categorização dos Registros selecionados para a pesquisa.....	134
Tabela 1 – Visitas Registradas pelos inspetores escolares entre os anos 1925 a 1935.....	135
Gráfico 1 – Classificação das informações presentes nos registros	135

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – MEMÓRIAS DE UM PERCURSO FORMATIVO.....	15
1 INTRODUÇÃO – COM A DEVIDA LICENÇA POÉTICA, “TINHA UMA ESCOLA NO MEIO DO CAMINHO”	23
1.1 A metodologia da pesquisa.....	29
1.1.1 Os termos de visitas e registros oficiais.....	31
1.1.2 O Jornal Cruzeiro do Sul e sua participação na história da Escola Maternal e Creche...32	
1.1.3 A iconografia.....	34
1.1.4 Revisão da literatura.....	35
2 AS INFÂNCIAS E SUAS RELAÇÕES COM O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES	41
2.1 A respeito das infâncias.....	41
2.2 Instituições pré-escolares no Brasil	51
3 VOTORANTIM E SEU CONTEXTO SOCIAL	61
3.1 Votorantim – de vila à cidade: a formação da vila operária.....	61
3.2 A criação das escolas maternas a partir das demandas da classe operária	71
4 ESCOLA MATERNAL E CRECHE VOTORANTIM	75
4.1 Legislações e o funcionamento da escola Maternal e Creche Votorantim.....	75
4.2 O início das atividades na Escola Maternal e Creche e o papel de Joana Grassi.....	82
4.3 Escola Maternal e Creche Votorantim.....	86
4.3.1 Das professoras contratadas.....	94
4.3.2 Das influências teóricas e as práticas pedagógicas.....	103
4.3.3 Da creche, higiene e puericultura.....	128
5 TERMOS DE VISITA ENTRE OS ANOS DE 1925 A 1935.....	132
6 CONSIDERAÇÕES DO PERCURSO.....	139
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE.....	154
ANEXOS.....	175

APRESENTAÇÃO – MEMÓRIAS DE UM PERCURSO FORMATIVO

Dos corredores das escolas por onde caminho, escuto as vozes da infância, ruídos, os quais são gatilhos que transportam a uma reflexão do lugar de onde eu vim e onde me constituí enquanto profissional.

Das primeiras lembranças preservadas na memória, todas estão conectadas ao ambiente escolar. Creio que nasci e cresci escutando aulas, espiando pelas janelas e pelas frestas das portas, acompanhando minha mãe, que saía tão cedo de casa para dar aulas.

No ano de 1986, minha mãe trabalhava em uma escolinha de educação infantil chamada Curumim, no município de Fartura, São Paulo, onde residíamos. Eu não tinha idade para frequentar, mas espiava pelo portão as crianças brincando, e, quando era possível, entrava para brincar junto no parque. Em 1987, ela abriu sua própria escola, chamada Madre Teodora, no município de Taguaí, também em São Paulo, cidade localizada a 12 quilômetros de onde morávamos. Íamos de ônibus e saíamos às 6h da manhã; porém, em meados de julho desse mesmo ano, passamos a residir lá.

Aos quatro anos de idade, sentada à mesa, com os pés muito longe do chão, vem à lembrança de minha mãe amarrando meus cadarços apressada; ela vestia a japona amarela (casaco da época) e seguíamos para a escola às 6h00 da manhã. Lembro-me de que era inverno e o sol ainda não raiava.

Acompanhar é verbo transitivo direto, sinônimo de “ir atrás de”, “seguir”, “estar ou ficar com”. Dessa forma, ser neta de diretor de escola, e filha e sobrinha de professores, proporcionou-me acompanhar, desde a menor idade, as alegrias e mazelas da docência.

Recordo-me, perfeitamente, das aulas nas escolas rurais, das salas multisseriadas, da sopa de fubá no latão; lembro, com muita clareza, das greves no governo Mário Covas em 1995, quando em uma das participações ativas de minha mãe, pude acompanhá-la, batendo panelas na frente da escola. Fui do tempo em que as salas de aulas segregavam os alunos entre A, B e C¹; da cartilha Caminho Suave² com papel inferior para as crianças que não podiam comprar o seu livro didático.

¹ Nos finais dos anos 1990, as crianças eram seriadas pelas notas alcançadas, bem como pela posição social da qual faziam parte. As crianças que já eram alfabetizadas e que pertenciam ao grupo social privilegiado eram direcionadas para a sala A. A partir dessas diferenciações, distinguiram-se entre A, B e C; nesta última, estavam matriculadas as crianças pobres, repetentes e com algum tipo de deficiência; aquelas que, pela carência econômica, não podiam adquirir o material pedagógico, e se utilizavam do material doado pelo governo, de qualidade inferior; era um papel de coloração escura, que rasgava muito fácil.

² Essa cartilha ainda tem edições contemporâneas: LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave: Alfabetização pela Imagem**. 127ª ed. São Paulo: Caminho Suave Edições, 2008.

Ora eu era levada à escola; ora a escola estava dentro de casa, nos cadernos de lições para corrigir, no silêncio que deveríamos fazer para que minha mãe preparasse suas aulas. Lembro de sua ausência – quase que constante – por conta da jornada de trabalho exaustiva.

Escola era o assunto preferido dos almoços de domingo. Das brincadeiras de infância. “Ser professora” era o que eu achava que sabia fazer, muito antes de passar pelos bancos acadêmicos.

No início da juventude, prestes a entrar no ensino médio, o desejo pelo magistério fazia meus olhos brilharem; porém, minha mãe não me deixou cursá-lo. Dizia, com preocupação: “Filha, um dia esse curso não terá validade, não perca seu tempo”.

Seu discurso retratava os boatos, naquela época, de que o magistério na modalidade normal – ensino médio viria a ser extinto. Boato este que, de fato, veio a acontecer em seguida. Não ter seguido o caminho do magistério foi difícil, e esta frustração continuou por muito tempo; só foi superada quando conquistei minha vaga na universidade pública.

Foi cursando a licenciatura em História na Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Assis-SP, que confirmei o desejo pelo magistério como uma certeza. Também que, infelizmente, as mazelas e dificuldades pelas quais minha mãe passava, enquanto professora, eram uma verdade cruel, fruto de uma política de desvalorização da carreira docente.

A práxis reflexiva só acontece quando teoria e prática se relacionam; foi no chão da escola que me tornei professora, convivendo com uma diversidade enorme de vidas e histórias, e compartilhando conhecimentos com jovens e adultos, adolescentes e crianças pequenas. Nesse sentindo, Freire (1996) afirma não haver palavra verdadeira que não seja práxis. Daí dizer que a palavra verdadeira seja transformar o mundo.

Dezesseis de fevereiro do ano de dois mil e seis, Escola Estadual José Reginato³, exatamente uma hora da tarde, entro para lecionar. Era a primeira aula como professora de História na 6ª série A. Minhas pernas tremiam e minhas mãos suavam; na verdade, eu não sabia dar aulas e, pelo meu corpo, passava um turbilhão de emoções.

O que eu faria se algum aluno fizesse uma pergunta e eu não soubesse responder? Cinquenta minutos com aquelas crianças seria uma eternidade caso eles não se interessassem pela aula. E se as aulas fossem chatas e monótonas? E se houvesse desrespeito comigo? Será que eu seria capaz de ensinar algo àquelas crianças? Seria possível transformar a realidade na qual viviam?

³ E.E. Professor José Reginato – Alameda das Margaridas, 414 – Jardim Simus, Sorocaba-SP.

Dizem que a primeira vez a gente nunca esquece; foi bem assim. Tiago Hideo e Mariana Arnoud eram duas das crianças que, ainda recorde, estavam sentadas olhando para aquela professora inexperiente. Feudalismo era o tema da aula; procedi retratando os condomínios fechados que existiam no bairro, questionando-os sobre os privilégios daqueles que viviam naqueles “burgos” fechados. Nem imaginavam que os “feudos” podiam estar tão perto deles.

Os dias passaram e, na prática, fui entendendo que, para aprender algo, era necessário ter sentido, fazer sentido, ser sentido. O aprendizado acontecia quando era vivenciado e experimentado pelas crianças.

Hoje entendo que as dúvidas e emoções que passavam em minha cabeça provavelmente eram questionamentos de tantos outros docentes iniciantes, que se viam diante das crianças, ansiosas pelo aprendizado compartilhado em sala de aula.

Passado um ano após a conclusão de minha primeira formação, tentando redimir-se, minha mãe fez o convite para estudarmos pedagogia juntas; segundo ela, agora poderia realizar minha vontade de trabalhar com os pequenos, como foi nos tempos em que eu sonhava em cursar o antigo magistério.

Enquanto cursava Pedagogia, fui aprovada em um processo seletivo para lecionar História e Geografia aos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no município de Iperó-SP, particularmente, no bairro de George Oetterer, na Escola Professora Zilma Thibes de Mello⁴, local em que a pobreza, violência e descaso da administração pública eram recorrentes.

Sonhava com um futuro melhor para aqueles adultos que tiveram negada a oportunidade de acesso à educação na idade própria; levava na minha mochila ideias, sonhos e práticas que pudessem ser de alguma serventia para aqueles senhores e senhoras que deixavam seus lares para estar no ambiente escolar.

Todos os dias, pelo caminho transitado, questionava-me, qual era o sentido das minhas aulas na vida daqueles alunos e refletia sobre os preceitos de Paulo Freire (1996). Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação, nem uma imposição, nem um conjunto de informações a ser depositado nos educandos; não podemos impor-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo é organizado pelo professor.

Confesso que nunca tive a ambição de que iria transformar a realidade dos meus alunos; desejava apenas trazer à luz as garantias constitucionais negadas a eles, e que pudessem se

⁴ E.M. Professora Zilma Thibes de Mello, Av. Cecy – George Oetterer, Iperó-SP.

colocar no mundo como cidadãos de direitos e, assim, lutarem pela humanidade que lhes fora tirada.

Concomitante ao encerramento de contrato com a EJA, concluo o curso de licenciatura em pedagogia⁵. Era o ano de 2009, meu primeiro concurso público como Professora de Educação Básica I no município de Votorantim-SP. Ali estava “a chave da virada” da minha vida.

Fui trabalhar com a educação infantil, no CMEI Maria Aparecida Ferrato de Camargo em Votorantim-SP e, desde então, senti que a minha alegria estava em encontrar o olhar de cada criança esperando por mim, em receber o abraço carinhoso, em sentir o cheiro de cada uma delas suada de tanto brincar.

Sem saber o que fazer, sentei-me em roda com as crianças e pedi para que ensinassem as canções que gostavam de escutar, que contassem suas histórias e que e compartilhassem suas brincadeiras preferidas.

Dessa forma, fui sendo tocada e transformada por cada aluno e por cada experiência; a cada ano que passava, o encanto pela docência na educação infantil só aumentava.

A respeito das experiências, Jorge Larossa (2015) afirma que

A experiência é algo que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. (Larossa, 2015, p. 12)

Maria Aparecida, Joel, Paulo, Verônica, Silvia, Diego, Tiago, Mariana, Richard Elias, Geovanna, cada um desses alunos (crianças e adultos) me fizeram professora; com um pouco de cada um, entendi que, para ser docente, não existia fórmula a ser seguida, não havia modelo pré-estabelecido, e que a docência se constrói no encontro com o outro, no respeito, no espaço, na cultura e na diversidade.

No final do ano de 2010, o município de Votorantim-SP tornou público um edital para dezenas de cargos na área da gestão escolar (Coordenador Pedagógico, Diretor de Escola e Supervisor Escolar)⁶.

Diante dessa nova oportunidade e, movida pela curiosidade, decidi, sem muitas expectativas, participar desse certame. Foi então que fui aprovada e me efetivei no cargo de

⁵ UNINOVE – Universidade Nove de Julho – FAC São Roque – São Roque-SP.

⁶ O Supervisor Escolar no Município tem Votorantim-SP tem suas atribuições prevista na legislação Municipal Lei 1596/2001 art. 7, parágrafo IV – e tem como atribuições de seu cargo: “Supervisionar e fiscalizar as atividades administrativas e pedagógicas das Unidades Escolares, assessorando-as de forma a assegurar o fiel cumprimento de Legislação Escolar Federal, Estadual e Municipal, considerando as diretrizes educacionais, organizacionais e funcionamento dos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica” (Redação dada pela Lei nº 2107/2009).

Supervisora Escolar no Município de Votorantim -SP, aos 28 anos e com 5 anos de atuação no magistério.

Um cargo de grande responsabilidade requer muita experiência para lidar com tantas pessoas e tantos problemas. À época, frente à minha imaturidade e à saudade que sentia das crianças da escola na qual havia pouco antes trabalhado como professora, tais pensamentos levaram-me a pensar em desistir do cargo de supervisão escolar por muitas vezes.

Percebendo essas angústias, entram em cena mais uma vez os saberes maternos e profissionais de minha mãe, ao me dizer o seguinte: “Filha, não vou deixar você desistir, eu te amarro na cadeira; hoje você não quer ficar sem a sala de aula, mas daqui a 20 anos, estará exausta. Se sentir saudades das crianças, faça suas visitas, fique na escola por um tempo e volte para sua cadeira; você pode ajudar mais crianças nela do que se estivesse na sala de aula”. De fato, a Supervisão Escolar, ainda que represente um cargo de fiscalização e assessoria às escolas municipais, poderia me proporcionar acesso direto a alunos e professores.

Dizem que as palavras de mãe têm poder; nesse momento, entendi que não poderia voltar atrás: a decisão correta seria seguir em frente. Seguindo seu conselho, busquei aperfeiçoar-me no trabalho: cursei especializações ao longo dos anos seguintes, assim como participei de grupos de estudos que pudessem auxiliar minha ação supervisora.

No ano de 2013, meu trabalho foi pausado pela maternidade; poderia ocultar esse processo, já que o objetivo, aqui, seria traçar um memorial formativo. No entanto, compreendo, assim como Passeggi (2012), ao citar Ferraroti (2010, p. 44), que o nosso sistema social é formado por nossos atos, sentimentos, crenças, cuja história “está contida por inteiro na história da nossa vida individual”.

Assim, entendo que a maternidade tornou-me ainda mais suscetível no tocante ao processo educativo das crianças. Ser mãe possibilitou sentir no meu filho as dores de todas as outras crianças.

Banquinho do pensamento, carinhas felizes e carinhas tristes, ficar sem sobremesa por não comer a comida ou obrigar a comer tudo o que colocou no prato, mesmo sem querer, não poder conversar durante a alimentação, ficar sem parque ou sem educação física por mau comportamento, não poder chupar a chupeta. Práticas tão corriqueiras no ambiente escolar, mas cheias de violência que foram ainda mais evidenciadas após a maternidade e não passaram despercebidas, nem um dia sequer.

Dessa forma, ser mãe proporcionou o retorno aos estudos da infância, a buscar por novos conhecimentos na área do desenvolvimento infantil, neurociência, pedagogias participativas,

direitos das crianças; enfim, saberes que pudessem promover minha ação materna e acabaram por contribuir com o próprio percurso profissional.

Em setembro do ano de 2017, encerro o afastamento⁷ e regresso ao meu cargo de supervisora escolar. De volta ao trabalho, optei por supervisionar escolas que fossem exclusivamente de atendimento à educação infantil, de 0 a 5 anos.

Determinada a contribuir com a melhoria da qualidade dos atendimentos oferecidos nos Centros Municipais de Educação Infantil do setor supervisionado por mim, iniciei um processo formativo com as auxiliares de serviços infantis, professores e gestores escolares, com temáticas relacionadas ao conceito de infância, ao brincar, aos direitos das crianças, ao desenvolvimento infantil e às pedagogias participativas. Esse processo foi ampliado e consolidado durante a pandemia de covid-19, aproveitando os recursos das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Nesse processo, ao estar semanalmente em formações com professores e auxiliares de creche, compreendi que necessitava voltar aos estudos, ter acesso aos conhecimentos teóricos que a universidade poderia me proporcionar.

No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (Freire, 1996, p. 17)

Dessa forma, encontrei na universidade pública, mais uma vez, o apoio de que necessitava. No ano de 2022, participei, como aluna especial, da disciplina “Infâncias e Educação Infantil: Pesquisa e Formação Docente”, oferecido pela Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba-SP, ministrado pela Professora Doutora Maria Walburga dos Santos.

Para Passeggi (1999), uma pessoa não estaria apenas em sua própria cabeça, mas também nas relações. Ela se constrói na interação com os outros e na inter-relação com os discursos formadores como “amplificadores culturais”. Dessa forma, fui reconstruindo novos olhares e novos saberes sobre as infâncias a partir das discussões apresentadas pela professora e pelos colegas de curso.

Participar dessa disciplina ajudou, muito, a afinar meu olhar sobre as práticas docentes vivenciadas no ambiente escolar; foi estudando os artigos indicados na disciplina que constatei a necessidade de voltar ao estudo do passado, entender como essas práticas docentes foram se

⁷ Afastamento sem remuneração para tratar de assuntos particulares, previsto no Estatuto do Funcionário Público do Município de Votorantim, Lei 1090 de 1993, artigo 74, XI, no período de fevereiro do ano de 2015 a setembro de 2017.

consolidando por meio do tempo, particularmente, no contexto no qual eu estava inserida: a educação infantil no município de Votorantim-SP.

Em uma das visitas realizadas por mim, no ofício de Supervisora Escolar, às dependências da Escola Associação Votorantinense de Amparo ao Menor – AVAM, sede da antiga Escola Maternal e Creche das Indústrias Votorantim, deparei-me, com os registros dos seus primórdios. Pude tocar e observar o Termo de Visita dos primeiros Inspectores Escolares⁸ que por ali estiveram.

Ler com os “olhos do outro”, conhecer a cotidiano da escola pelos registros de quem ali esteve observando, fiscalizando, orientando, desencadeou o interesse pessoal e profissional de iniciar um projeto de pesquisa nessa direção.

É nesse processo reflexivo que busco entender, a partir de questionamentos que foram surgindo, o seguinte:

- Como se constitui a Escola Maternal e Creche Votorantim da Vila Operária em período mais remoto da história do município?
- Como eram as aulas destinadas às crianças filhas das operárias da fábrica?
- Quais métodos pedagógicos eram utilizados pelos professores?
- Eles tinham formação pedagógica e conhecimento teórico para o trabalho desenvolvido?

Assim, na tentativa de contribuir com algumas possíveis respostas a essas perguntas, volto ao início da minha história de vida; percebo que também faço parte de uma história e trajetória docente. e que voltar às raízes é essencial para compreender o caminho percorrido, para entender quem somos e por que somos.

Libânia Nacif Xavier (2014, p. 831), em seu artigo *A construção social e histórica da profissão docente – uma síntese necessária*, afirma que “os saberes docentes são temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados e, ainda, carregam consigo as marcas do seu objeto, que é o ser humano”.

Desse modo, reconheço, com grande orgulho, que carrego em mim as marcas e experiências de Dona Miriam Jane Lança Coimbra Garcia, minha mãe, professora de História e Coordenadora Pedagógica, lá do município de Taguaí (SP), cidadezinha no interior de São Paulo. Essas marcas se refletiram e se refletem na minha vida, enquanto formação profissional, e nas minhas práticas pedagógicas.

Ao escrever esta memória de percurso formativo, enquanto professora e pesquisadora que me constitui, cito as palavras de Paulo Freire (1996):

⁸ Antigo nome dado ao cargo de Supervisor de Ensino.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, 1996, p. 16)

Esses enunciados são incentivo para continuar na busca por uma educação de qualidade para todos e no desejo de que todas as crianças sejam respeitadas pelos seus professores; e, ainda, que os docentes compreendam que a educação e sua prática educativa são capazes de transformar a vida de um aluno.

“O que a memória ama fica eterno.”

(Adélia Prado)

1 INTRODUÇÃO – COM A DEVIDA LICENÇA POÉTICA, “TINHA UMA ESCOLA NO MEIO DO CAMINHO”⁹

Neste capítulo, situa-se uma breve apresentação dos prenúncios historiográficos referentes ao surgimento da Escola Maternal e Creche Votorantim. Serão elucidados aqui os motivos que levaram a definir o objeto de pesquisa, bem como o percurso metodológico desenvolvido, abordando seu objetivo, problemáticas e fontes encontradas. Esses elementos orientaram o prosseguimento deste trabalho.

Figura 1 – Trajeto para a Secretaria Municipal de Educação de Votorantim-SP



Fonte: www.googleearth.com/; projeto elaborado¹⁰ em 13 fev. 2024 pela autora.

⁹ Para conhecer o que havia no meio do caminho acesse:



¹⁰ Para acessar o projeto:



Ao percorrer as ruas dos antigos bairros operários da Barra Funda, Dominginhos e Chave, no município de Votorantim-SP¹¹, podemos avistar, nas construções, marcas de um passado não muito distante. No meu trajeto diário de trabalho, tanto no ofício de professora quanto no de supervisora escolar, ao longo de 15 anos, vejo ainda mães levando seus filhos à escola, bem como trabalhadores se dirigindo à fábrica têxtil.

Observar pelas frestas o prédio centenário escondido pelos muros modernos da escola AVAM é algo contagiante para uma professora, ainda mais para uma professora com formação em História.

Tais inserções estimulam a imaginação, que busca compreender o que se passava no seu interior naqueles anos longínquos; como as crianças eram cuidadas e educadas; quem eram as professoras e demais profissionais que trabalhavam no local; como se dava a trama social da vida operária e suas relações com aquela Escola Maternal e Creche. Enfim, a expectativa de conhecer as inúmeras histórias que se iniciaram e se findaram entre os muros da educação votorantinense trouxeram-me até aqui.

No exercício do cargo de supervisora, foi possível uma aproximação com a história do município, tanto no contato direto com as diversas escolas, quanto com os professores, arquivos escolares, livros de atas, fotos antigas, trabalhos armazenados de gestões governamentais passadas, e muitas outras fontes que retratam um processo histórico em relação à educação do município.

Logo, ao refletir sobre as fontes históricas disponíveis, algumas inquietações começaram a vir à tona: as rotinas engendradas nas creches, a formação do professor, os critérios para o atendimento, as práticas educativas desenvolvidas à época e que podem ser consideradas ultrapassadas nos dias atuais, o espaço físico, o mobiliário utilizado, os brinquedos e brincadeiras que fizeram parte do repertório, dentre tantas possibilidades que a pesquisa pode contemplar nas fontes elencadas. Ademais, a partir dessas considerações, é possível questionar acerca das transformações ocorridas na educação infantil ao longo do tempo, assim como das possíveis permanências identificáveis nas creches da sociedade hodierna.

Para compreender os entrelaçamentos da vida humana, é primordial conceber que nossas histórias situam-se num cenário global, e que aquela escola vinculada à fábrica têxtil das

¹¹ É crucial pontuar que se considera como escopo dessa pesquisa o município de Votorantim-SP, cujo território anteriormente pertencia à cidade de Sorocaba-SP. Uma vez emancipada, a nova cidade promoveu sua primeira eleição municipal no ano de 1965. Sobre esse período, sabe-se que, na década de 1960, Sorocaba não mais administrava a contento o Distrito de Votorantim, que contava nesta época com mais de 30 núcleos populacionais dispersos. Despontaram, então, as primeiras aspirações a favor da separação do Distrito de Votorantim em relação a Sorocaba. Aspirações essas que se acentuaram e eclodiram em significativo movimento de luta pela emancipação política (Martins, 2000).

Indústrias Sociedade Anônima Votorantim, que qualquer transeunte ainda pode avistar nos dias atuais, apresenta, indiscutivelmente, uma densidade histórica para o município, motivando esta pesquisadora a buscar respostas às inquietações de cunho acadêmico/científico que, por sua vez, foram surgindo à medida que novas informações relativas ao tema/objeto foram coligidas.

Cumprе ressaltar que a industrialização na região de Sorocaba iniciou-se no final do século XIX e se consolidou no início do século XX, principalmente por meio da indústria têxtil.

Segundo o historiador Aluísio de Almeida (1969), foi a decadência das feiras de muares que impulsionaram os capitalistas locais a investirem suas riquezas em negócios mais arrojados, como a construção da estrada de ferro sorocabana – inaugurada em 1875 – e a instalação das indústrias têxteis. Assim, o desenvolvimento da cidade passaria a ter um novo motor: o ciclo das indústrias.

Outros fatores podem ser mencionados para delinear as conjunturas que favoreceram a expansão da industrialização para essa região do interior paulista, como condições ambientais específicas: recursos minerais, presença da Mata Atlântica, clima ameno e um manancial fluvial favorável à extração de minerais e ao represamento para a produção de energia elétrica foram decisivos para a industrialização. Soma-se o fato de que a história econômica da região, de intenso comércio, era também reduto de grandes fazendeiros. Alguns deles, em declínio, vendiam suas terras a baixo preço. Outros, ainda prósperos, continuavam com seus negócios ou se aventuravam para o capital industrial. (Santos; Madio, 2010, p. 249)

A respeito da história de Votorantim, a pesquisadora Isabel Dessotti (2007) afirma que seu aparecimento se constituiu, efetivamente, com a instalação da fábrica de tecidos, sendo que, anteriormente a esse fato, a região era formada por alguns sítios. Dessa maneira, o surgimento das escolas no município de Votorantim está atrelado ao desenvolvimento da fábrica de tecidos.

A Fábrica de Tecidos Votorantim-S/A, adquirida pelo futuro Comendador Antônio Pereira Ignácio em 1917, contribuiu para que o distrito de Votorantim, ainda pertencente ao município de Sorocaba, viesse a despontar, alavancando a economia da região e influenciando posteriormente a consolidação desse local como município.

Para Warren Dean (1976), a fábrica de tecidos da Votorantim era uma das maiores empregadoras do estado de São Paulo; com aproximadamente 3.400 funcionários, era o centro da vila operária. O movimento era tão grande que, ao seu entorno, toda uma estrutura foi instalada: havia cinema, piscina, quadra de tênis, campo de futebol, esgoto, água encanada, eletricidade, igrejas, restaurantes, armazéns e jardim de infância.

O trabalho na fábrica de tecidos do distrito de Votorantim não diferia das demais fábricas do mesmo gênero em funcionamento na época: era realizado, em sua maioria, por

mulheres e crianças¹². Dessa forma, é relevante pontuar que, na relação patrão-operário, a permanência das crianças nas creches, dentro das fábricas, viabilizava a exploração do trabalhador¹³.

As relações entre a fábrica e seus operários se confundiam num misto de dominação explícita e dissimulada. Houve momentos em que essa dominação foi consentida e até mesmo agradecida. Talvez esse consentimento tenha sido fruto das vicissitudes da vida do operário, levando-o a sujeição paciente da própria sorte. (Dessotti, 2007, p. 65)

Moysés Kuhlmann Jr. (2000), ao retratar a história da educação infantil brasileira, relata que, no período da República, criaram-se as primeiras instituições. Contavam-se ao menos 15 creches em 1921, e 47 unidades em 1924, distribuídas por várias capitais e algumas cidades do país. É nesse período que está inserida a criação da Escola Maternal e Creche da Vila Operária de Votorantim.

Kuhlmann Jr. (2001) também reitera que a recomendação pela criação de creches junto às indústrias ocorria com frequência nos congressos que abordavam a assistência à infância. Era uma medida defendida diante da necessidade de fomentar, à época, uma regulamentação das relações de trabalho, particularmente quanto ao trabalho feminino.

A creche da *Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado* (RJ) fundou-se em 13 de novembro de 1899. Há outros exemplos de creches e escolas maternais em indústrias, como a da *Companhia de Tecidos Aliança* do Rio de Janeiro (premiada nas Exposições de Internacionais da Luisiana, em 1904, e de Bruxelas, 1910, e também na Exposição Nacional de 1908); da *Vila Operária Maria Zélia*, do industrial Jorge Street, em São Paulo, em 1918; e da Votorantim, em Sorocaba, São Paulo, em 1925. (VIERIA, 1986; KISHIMOTO, 1988; KUHLMANN JR., 1990) Entretanto, considerado não como um direito dos trabalhadores e de seus filhos, mas como uma dádiva dos filantropos, propunha-se o atendimento educacional à infância por entidades assistenciais. (Kuhlmann Jr., 2001, p. 85)

Kishimoto (1988) ressalta que o governo de Washington Luís, presidente do estado de São Paulo, interessado em criar melhores condições para o desenvolvimento da indústria paulista, promoveu a instalação da primeira escola maternal, no município de Sorocaba, com participação oficial do Estado. A autora salienta ainda que, antes mesmo de inaugurar essas escolas, a Fábrica Votorantim, localizada também no município de Sorocaba, apareceu como candidata à organização de escolas infantis subsidiadas pelo governo (Kishimoto, 1988).

¹² Considero aqui o conceito de classe tomado pela ótica de E. Thompson, o qual considera a classe enquanto “categoria histórica” que se deriva de processos sociais, nas relações humanas, através do tempo. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujo interesses diferem e geralmente se opõem aos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente (Thompson, 1981 p. 9-10).

¹³ O conceito de trabalho abordado nesta pesquisa estará embasado numa perspectiva marxista de trabalho alienado, em que o trabalhador é considerado apenas um meio para se conseguir alguma finalidade, estando alheio às suas necessidades. O trabalho se torna um meio de opressão, impedindo que o sujeito se possa desenvolver de maneira plena.

Em matéria publicada no Jornal Cruzeiro do Sul em 31 de julho de 1923, encontra-se o seguinte teor a esse respeito:

copera-se que o Sr. Antonio Pereira Ignacio, Industrial de raro descortino e de cativante bondade, facilite ao governo a instalação de Escola Maternal da Votorantim. Aliás Votorantim, centro de grande importância fabril não pode dispensar um estabelecimento daquela natureza.

Estas instituições, mesmo sendo criadas e mantidas pelas indústrias, foram guiadas e regulamentadas por documentos oficiais, como o Decreto Estadual 3.356 de 31 de maio de 1921, que instituiu os regulamentos da instrução pública. Ele estabelecia, em seu Capítulo II, as normas que regimentariam o funcionamento das escolas maternas, definindo critérios para matrículas, idade, horário de atendimento aos alunos, estrutura, etc.

Dessa forma, conhecer o processo histórico que determinou o surgimento da escola maternal e creche da Vila Operária das indústrias Votorantim – S/A, de cunho específico local, conseqüentemente, contribuirá para o enriquecimento da história da educação infantil não só deste município, como do Brasil. Brugnaro Jr. (2022), ressalta que, para o filósofo alemão Habermas,

Na construção de um ser humano para além do domínio do tempo do relógio, há de se considerar experiências passadas, orientando-as para o futuro, pois no “Agora” há a coexistência dos momentos de preservação da tradição e da inovação, no contexto social da recepção histórica. (Brugnaro Jr., 2022, [s.p.])

É certo que, com o passar dos anos, outros centros de educação infantil foram criados, conforme as demandas locais, devido ao aumento populacional. Nesse processo de desenvolvimento, novas leis foram sendo criadas ou modificadas, visando atender às necessidades das famílias ocupantes do crescente conglomerado urbano, ao longo das décadas que se seguiram no século XX.

Tamanha foi a importância da criação desses espaços destinados às crianças, filhos de operários, que, no âmbito da memória do povo votorantinense, as lembranças do trabalho desenvolvido ao longo de décadas a fio na escola maternal da vila operária ainda ecoam forte entre os munícipes.

Com isso, a relevância desta pesquisa está na possibilidade de contribuir para a compreensão da história da educação infantil no município de Votorantim, considerando a singularidade de sua trajetória, marcada pelo fato de ter sido berço de uma das primeiras escolas maternas do estado de São Paulo, bem como do Brasil¹⁴. Além disso, ela poderá contribuir para

¹⁴ Segundo Kishimoto (1988, p. 250), é na Vila de Votorantim que se instala a segunda escola maternal subsidiada pelo governo estadual com a assinatura do acordo entre Pereira Ignácio, diretor da sociedade anônima Fábrica Votorantim, e a Secretaria do Estado de Negócios do Interior, no dia 9 de julho de 1925, para a instalação da Escola Maternal e Creche em sua fábrica, nos termos da lei nº 2.014, de 26 de dezembro de 1924, e do decreto nº 3.847, de 14 de maio de 1925.

o processo reflexivo na formação de professores, que poderão estabelecer relações entre as influências teóricas e os métodos educativos do passado, com as práticas atuais.

Nóvoa (2009, p. 30) afirma que se estuda a história da educação para pensar os indivíduos como produtores de história; ele aponta “que somos criadores, e não apenas criaturas da história”. Também ressalta que a reflexão histórica não serve somente para descrever o passado, mas também para nos fazer refletir sobre um patrimônio cultural de projetos e de experiências de forma criteriosa.

Portanto, essa pesquisa conta com o seguinte objetivo geral:

- Analisar as concepções e práticas pedagógicas no âmbito da Escola Maternal e Creche Votorantim entre os anos de 1925 e 1935.

Além disso, os objetivos específicos estabelecidos, são:

- Alargar o conhecimento a respeito da educação infantil a partir da constituição histórica da Escola Maternal e Creche Votorantim entre os anos 1925 a 1935 e suas contribuições.
- Mapear práticas, materiais e outros elementos pedagógicos a partir dos registros de inspeção escolar realizados no período.
- Compreender como o processo histórico contribui com o percurso formativo docente no trabalho com as crianças pequenas.

A fim de elucidar o problema, faz-se necessário responder aos seguintes questionamentos:

- As práticas pedagógicas expressas nos registros oficiais e apresentadas nos jornais locais como sendo inovadoras foram de fato implementadas na escola Maternal e Creche Votorantim ?
- A Educação dispensada aos filhos dos operários da Escola Maternal e Creche das Indústrias S/ A Votorantim estava ligada aos preceitos escolanovistas?
- Havia materiais pedagógicos anunciados como Froebelianos ou Montessorianos disponíveis nesta instituição?

O recorte temporal desta pesquisa se concentrará no período em que se criou a primeira creche, em 1925 a 1935, à luz das fontes elencadas (documentação escolar, documentos públicos oficiais, registros iconográficos, notícias de jornais locais, e outros que surgirem no decorrer da pesquisa) e seus desdobramentos.

A escolha desse período justifica-se pelo fato de as escolas maternas e suas legislações circunscreverem-se nesse decurso de tempo, acompanhando também o desenvolvimento das indústrias e as necessidades das mães trabalhadoras. Essa periodização também se legitima-

frente às fontes documentais privilegiadas, a partir da seleção dos termos de visitas da inspeção escolar, os quais apresentam registros que poderão contribuir para o entendimento e conhecimento das práticas pedagógicas realizadas na Escola Maternal e Creche.

1.1 A metodologia da pesquisa

O delineamento deste estudo seguirá os princípios da abordagem qualitativa de pesquisa, que, segundo Lüdke e André (1986, p. 12), é proposta quando há a intenção de apreender dados e informações sobre determinado fenômeno a partir dos significados que as pessoas envolvidas lhes conferem.

Há três momentos distintos que comporão o percurso: a pesquisa bibliográfica, a análise das fontes documentais encontradas (registros e imagens) e o levantamento e catalogação dos registros da inspeção escolar. Este trabalho propõe-se romper com uma análise fragmentada dos documentos, tecendo diálogo entre as fontes encontradas.

Desse modo, a presente pesquisa promove uma análise a partir da triangulação das fontes anteriormente descritas, compreendendo esse movimento, tal qual descrito por Cambi (1999), como uma abordagem plural, a qual contribui para uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado.

Os conceitos de Franco Cambi (1999) contribuirão para o aporte metodológico desta pesquisa, pois, para esse autor:

O “fazer-histórico” não está ligado a um processo único (do tipo narrativo-explicativo), capaz de enfrentar todo tipo de fenômeno histórico e ler sua estrutura e seu devenir, mas se realiza em torno de múltiplas metodologias. A história se fez pluralista e implicou uma transformação dos métodos que pusesse em relevo seu complexo jogo recíproco, feito de autonomia e de integração e sua gestão reflexiva. (Cambi, 1999 p. 27)

Como as fontes são múltiplas, cada uma será tratada de acordo com as suas especificidades. Para o trabalho bibliográfico e documental, serão considerados os preceitos de documento/monumento de Jacques Le Goff (2003), os princípios de história cultural e representações de Roger Chartier (1990), e para fomentar o embasamento teórico e análise iconográfica, serão tomadas as contribuições de Boris Kossoy (2001).

Assim, inicialmente, realizou-se uma investigação de caráter bibliográfico e documental a partir da leitura, análise e resgate das contribuições teóricas que retratam o tema proposto; de leis e decretos que regulamentam a educação brasileira desde sua gênese; de documentos referentes à escola maternal da Vila Operária; e da historiografia do município de Votorantim e Sorocaba. Nesse sentido, a opção pela pesquisa bibliográfica permite

localizar e consultar nas fontes escritas as informações pertinentes ao tema proposto, coletando dados úteis para embasar, complementar e responder a um problema pela utilização de bibliografias já publicadas. (Correia; Souza, 2010, p. 2)

O segundo momento da pesquisa consistiu no levantamento de dados por meio dos registros existentes (atas de reuniões, publicações, orientações pedagógicas, iconografias, publicações de jornais locais, e fotos), que pudessem dar sentido e colaborassem com a recuperação da memória histórica da constituição da Escola Maternal e Creche Votorantim.

Saliento que, no decorrer do trabalho e na busca por fontes que pudessem contribuir com a pesquisa, percebeu-se que a Prefeitura Municipal de Votorantim não tem um acervo dos registros e documentos que embasam a história da Educação no Município. No prédio da Secretaria de Educação, foram encontrados apenas documentos recentes. Com isso, os registros utilizados na pesquisa serão os existentes nas instalações do antigo prédio da Escola Maternal e Creche Votorantim, tais como:

1. Livro de Termo de Visitas dos Inspectores de Escolas, responsáveis pela fiscalização das atividades escolares¹⁵, documento que aponta informações singulares sobre a história e rotina dessa instituição, registros entre os períodos de 09 de julho de 1925 até 26 de setembro de 1966, apresentando, no total, 147 termos.
2. Livro Termo de Compromissos, que contém os registros de todos os funcionários contratados a partir de 12 de janeiro do ano de 1926 até o ano de 1962.
3. Livro de Visitantes: abrange todas as visitas recebidas na instituição, com comentários e opiniões sobre o local; foi disponibilizado pela atual gestão da Escola AVAM.
4. Livro de Matrículas referentes aos anos de 1940, 1958, 1960, 1968.
5. Fotografias que retratavam o cotidiano da Escola, bem como momentos em que recebiam visitantes de outras localidades.

¹⁵ “DECRETO N. 4.600, DE 30 DE MAIO DE 1929. Regulamenta as leis ns. 2.269, de 31 de Dezembro de 1927, e 2.315, de 31 de Dezembro de 1928, que reformaram a Instrução Publica do Estado. Artigo 13. - Os trabalhos dos inspectores geraes serão distribuidos da seguinte forma: 1.º - Orientação didactica; programmas e horarios; inspecção das Escolas Normaes officiaes e livres e escolas maternas; e organização do Anuario. 2.º - Policia escolar: - queixas, notificações, syndicancias, processos administrativos, obrigatoriedade do ensino. Cursos nocturnos de alfabetização; alterações do inicio e terminação das aulas por conveniencias locais. Ensino particular, legalização de funcionamento e suspensão de escolas. 3.º - Estatistica escolar :-matricula, frequencia, mappas de movimento; criação e suppressão de classes em grupos escolares; localização, conversão, transferencia, suspensão e restabelecimento de escolas isoladas e reunidas; resumos estatisticos para a revista do ensino e para o Anuario; fichas e promptuarios ; recenseamento. 4.º - Material escolar: - distribuição, arrecadação, concertos, limpeza; despesas dos inspectores districtaes com os serviços de inspecção ; passes de estrada de ferro ; attestados de exercício 5.º - Predios escolares : - construcção, adaptação, concertos, limpeza, aquisição, alugueis, arrendamentos; hygiene escolar, gabinetes dentarios ; caixas escolares. § unico. - Os demais trabalhos dos inspectores geraes, alem dos mencionados neste artigo, ser lhes-ão designados, na oppotunidade, pelo Director Geral da Instrucção Publica”.

Para ampliar as possibilidades do trabalho, e encontrar fontes que pudessem contribuir no confronto e verificação das informações, buscou-se informações e documentos e registros oficiais nos acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, bem como no banco de dados digital do Jornal Cruzeiro do Sul, matérias publicadas no período que noticiavam a Escola Maternal e Creche Votorantim.

1.1.1 Os termos de visitas e registros oficiais

Os livros da inspeção de ensino abarcam os anos de 1925 até 1966. Dada a grande relevância dessa fonte primária de pesquisa, ela será tomada como referência principal deste estudo.

Os registros escritos pelos inspetores de educação assinalam marcas do seu tempo. Esses funcionários foram nomeados pelos presidentes de seus estados; tinham, em seus cargos, objetivos definidos por legislações e decretos próprios; eram representantes do discurso oficial. Assim, os escritos, impressões e observações narradas e descritas nos vários livros e documentos têm arraigados, em seus modos de escrever e pensar, as suas práticas culturais e o discurso ideológico propagado em sua época.

Ao selecionar e investigar a documentação definida para esta pesquisa, é fundamental reconhecer que elas não estão desvinculadas da sociedade que as produziu. As configurações sociais e conceituais são próprias de um tempo e espaço. Chartier (1990) nos alerta ao afirmar que as representações do mundo social são construídas e determinadas pelo interesse do grupo que as produzem, mesmo que pareçam ser universais.

Segundo o autor:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1990, p. 17)

Dessa forma, é possível entender que as práticas e as representações são resultado de determinadas motivações e necessidades sociais. Para Barros (2005), um sistema educativo inscreve-se em uma prática cultural, e ao mesmo tempo inculca naqueles que a ele se submetem determinadas representações destinadas a criar e delinear certos padrões de caráter e a viabilizar um determinado repertório linguístico e comunicativo que será vital para a vida social, pelo menos tal como a supõem os poderes dominantes.

Quando um autor se põe a escrever um livro, ele se conforma a determinadas representações do que deve ser um livro, a certas representações concernentes ao gênero literário no qual se inscreverá a sua obra, a representações concernentes aos temas por ela desenvolvidos. Esse autor também poderá se tornar criador de novas

representações, que encontrarão no devido tempo uma ressonância maior ou menor no circuito leitor ou na sociedade mais ampla (Barros, 2005, p. 134)

Ainda segundo o pesquisador, as noções complementares de “práticas e representações” são bastante úteis, porque, através delas, podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos quanto os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos e, por fim, as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes (Barros, 2005, p.135).

Nos registros do Termo de Visitas, podemos perceber como esses sujeitos na profissão de inspetor escolar são reprodutores da cultura dominante. São registros realizados por diferentes pessoas em diferentes períodos que deixam neles suas marcas pessoais.

Chartier (1990), remetendo-se a Paul Ricouer, afirma que as modalidades do agir e do pensar devem ser sempre remetidas a laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos que são moldados, de diferentes maneiras e em diferentes situações, pelas estruturas de poder.

Assim, os termos de visitas e os registros oficiais encontrados no prédio da antiga Escola Maternal e Creche, escritos por diferentes personagens, que carregam em si suas singularidades, até mesmo na forma de anotar suas impressões, sobre o ambiente escolar, serão analisados e catalogados em um capítulo próprio, e seus registros serão utilizados no decorrer da pesquisa¹⁶.

1.1.2 O Jornal Cruzeiro do Sul e sua participação na história da Escola Maternal e Creche

Outra fonte de registros que será utilizada para dar suporte às discussões neste trabalho são algumas notícias que foram publicadas Jornal Cruzeiro do Sul, periódico local, controlado pela elite sorocabana. Trata-se de informações que retratam o início das instalações da escola maternal e creche, suas rotinas, eventos e as teorias pedagógicas que deveriam influenciar as práticas educativas nesta instituição.

Segundo o historiador sorocabano Arnaldo Pinto Jr. (2003), ao analisar o discurso propagado nos jornais locais, é preciso entender quem são os donos desses veículos de informações, a quem servem e quais interesses defendem. Para o autor, as publicações disseminadas no Cruzeiro do Sul difundem concepções liberais, românticas e positivistas.

Ao retratar o poder ideológico da imprensa local, Pinto Jr (2003, p. 9) afirma:

Acompanhando o crescimento da cidade, a imprensa tipográfica local aumentou a produção de publicações, atendendo às necessidades de consumo dos moradores e os

¹⁶ Optou-se neste trabalho, ao utilizar citações dos termos de visita, documentos e legislações, em manter a mesma grafia de época utilizada nas diferentes fontes como forma de resgate e aproximação da realidade histórica.

objetivos culturais dos editores, interessados tanto na divulgação de suas visões e sensibilidades, como na circulação de informações que consolidassem sua posição social. Não é por acaso que, em 1903, os grupos sociais mais atuantes na política partidária local tivessem jornais próprios para defender seus projetos para a cidade.

É crucial ressaltar que o interesse do Estado em promover as escolas maternais, dentro do espaço industrial, tornou-se altamente vantajoso para os empresários, incentivando as empresas a aderirem ao programa e instalarem escolas maternais próximas as suas indústrias.

É neste sentido que podemos entender também o papel da imprensa sorocabana, principalmente o jornal *Cruzeiro do Sul* e suas publicações que abordam a Escola Maternal e creche Votorantim. De maneira romantizada, tornam-se porta-voz das propensões das classes dominantes e propagam o discurso ideológico de grande interesse para os industriais e para o governo, favorecendo a consolidação dos seus interesses. Nesse sentido, Pinto Jr. (2003) aponta para os interesses da imprensa Sorocaba:

Face à aceleração das transformações sócio-culturais da cidade de Sorocaba, sobretudo a partir da década de 1870, as elites republicanas locais, no início do século XX, projetaram uma “nova” imagem urbana, buscando “novas” visões e sensibilidades sobre a “antiga terra” das feiras de muare. Ou ainda, vivenciando guerras de símbolos, procuraram engendrar uma imagem moderna para seu centro urbano, que representasse a “evolução técnica, o progresso material”, conquistado até aquele momento. Imagem que promovesse o nome de Sorocaba no cenário nacional, como uma cidade próspera, preparada para os desafios do futuro. (Pinto Jr, 2003 p. 69)

As historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, em seu livro *O bravo matutino* (1980), utilizam o jornal “O Estado de São Paulo” como fonte para o seu trabalho, e justificam a escolha da seguinte forma:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção da vida social; dessa forma, nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (Capelato; Prado, 1980, p. XIX)

Desse modo, produto do interesse de um grupo político, o jornal *Cruzeiro do Sul*, acompanhando o desenvolvimento da “Manchester Paulista”¹⁷, produzia textos escritos e imagens iconográficas que reforçavam as concepções de modernidade capitalista como verdades absolutas, que caminhavam rumo ao cientificismo histórico, baseado na razão instrumental e na busca de ordem, progresso e civilização, entendidos como adestramento do indivíduo às regras sociais (Pinto Jr., 2003, p. 19)

¹⁷ Apelido dado a cidade de Sorocaba por Alfredo Maia em 1903, atribuiu-se essa comparação dada a importância das indústrias têxteis em atividade na cidade, comparando-a à cidade de Manchester na Inglaterra.

As publicações que proclamavam a instalação de uma Creche e Escola Maternal para a Vila Operária, que pertencia a cidade de Sorocaba, condiziam com os clamores da elite sorocabana que almejavam anunciar e reforçar a divulgação da “*Manchester Paulista*”.

Entendemos, dessa maneira, que a análise e a leitura dos conteúdos publicados nos jornais locais (no que tange especificamente a esta pesquisa, o jornal *Cruzeiro do Sul*) não podem ser feitas de maneira isolada, sem a articulação entre a sociedade, o tempo e o espaço nos quais a fonte está inserida.

1.1.3 A iconografia

Na perspectiva do trabalho com imagens e fotografias, Kossoy (2001) apresenta o processo de vínculo entre a fotografia com o momento histórico, relatando que esse processo é único. Essa singularidade decorre da intersecção de coordenadas particulares de situação (espaço e tempo), as quais se encontram materializados fotograficamente pela ação do fotógrafo. Segundo o autor,

O processo que deu origem a uma representação fotográfica tem seu desenrolar em um momento histórico específico (caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, cultural); essa fotografia traz em si indicações acerca de sua elaboração material (tecnologia empregada) e nos mostra fragmento selecionado do real (assunto registrado). (Kossoy, 2001, p. 43)

Corroborando as afirmações de Kossoy, Maria Ciavatta (2012, p. 13) afirma que:

Todo o processo de produção da imagem, de sua apropriação, preservação e utilização, de sua observação e interpretação, é permeado por elementos ideológicos da concepção de realidade e da visão de mundo de cada um dos sujeitos envolvidos. A imagem é sempre parte do pensamento, da linguagem, da cultura e da história vivenciada e expressa por cada um deles, salva nos vestígios de algum tempo e lugar.

É importante salientar que a utilização dos registros iconográficos no decorrer deste trabalho ocorrerá de forma transversal, uma vez que muitos deles não inclui informações sobre a data do registro fotográfico¹⁸. Dessa forma, as imagens serão empregadas como apoio à pesquisa, ampliando e complementando o conhecimento visual da cena passada.

Sobre documentos, compreende-se o caráter multiforme da documentação histórica; Le Goff (2003), utilizando-se das palavras de Fustel em 1949, explica:

A história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem [...] Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna

¹⁸ As imagens utilizadas nesta pesquisa, em sua grande maioria, fazem parte do acervo disponibilizado pela AVAM – Associação Votorantinense de Apoio ao Menor, instituição que herdou toda a documentação histórica da antiga Escola Maternal e Creche Votorantim. Algumas imagens estão com legendas e datas feitas à caneta.

significante a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser (Fustel, 1949, *apud* Le Goff, 2003, p. 428)

Desse modo, tanto as matérias publicadas no jornal *Cruzeiro do Sul*, quanto os documentos escolares escritos/registrados por inspetores da época, e as imagens encontradas no acervo da AVAM, trazem consigo o discurso ideológico do seu tempo, intenções de uma política econômica e educacional, as quais não devem ser desprezadas no decorrer deste trabalho.

Portanto, a pesquisa propõe-se a realizar leituras plurais sobre as fontes e documentos focalizados neste estudo, ampliando as possibilidades de conhecimento e compreensão sobre às práticas pedagógicas disseminadas na Escola e Creche Maternal Votorantim, assim como da história dessa instituição.

1.1.4 Revisão da literatura

Com o objetivo de encontrar novas referências e estudos primários que contribuíssem com outras formas de pensar as práticas educativas e as concepções pedagógicas utilizadas na Escola Maternal e Creche Votorantim, foi realizado um mapeamento sistemático de teses, dissertações e artigos inseridos em duas plataformas de dados digitais: o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto-Oasisbr, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD. Os trabalhos levantados foram publicados no período de 1988 a 2023. A escolha das plataformas foi definida em razão da abrangência de pesquisas existentes em seus arquivos. O recorte temporal levou em consideração as políticas engendradas à época, referentes à educação infantil.

A primeira busca foi realizada nos bancos de dados apontados, com o *string* ampliado para: *História and Educação Infantil or Pré-escola or Creche or Jardim de Infância and São Paulo* e foram identificados, através do mapeamento, alguns temas frequentes nas pesquisas: assistencialismo, projeto pedagógico, programas de governo, qualidade da educação, brincadeiras e interações, todos tanto no contexto da educação infantil, quanto no de creches e pré-escolas. Em seguida, as referências foram categorizadas pela temática e aplicadas às exclusões.

Quadro 1 – Pesquisas no campo da história da educação infantil – Brasil/São Paulo

1º STRING DE BUSCA	BASE DE DADOS		LEITURA DE TÍTULOS	
	BDTD	OASIS	BDTD	OASIS

HISTÓRIA AND EDUCAÇÃO INFANTIL OR PRÉ-ESCOLA OR CRECHE OR JARDIM DE INFÂNCIA AND SÃO PAULO	14	15	2	2
--	----	----	---	---

Fonte: elaborado pela autora.

Os trabalhos selecionados para leitura foram pesquisas que abordavam a temática da educação infantil, principalmente a questão histórica e a gênese da educação infantil no país. Abaixo segue discriminado os trabalhos escolhidos para leitura.

Quadro 2 – Trabalhos selecionados para leitura, temática Educação Infantil

AUTOR	TEMÁTICA	ANO DE PUBLICAÇÃO
KUHLMANN JR., Moysés.	Histórias da educação infantil brasileira	2000
DIDONET, Vital.	Educação Infantil: a creche, um bom começo	2001
MELLO, Débora Teixeira.	Uma Genealogia das Políticas Públicas para a Creche no Brasil: Estado e Infância (1899-1920)	2008
MAGALHÃES, Maria Célia.	A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola	2017

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados recolhidos dos Sistemas de Bancos de Dados Digitais, BDTD e OASIS.

Para ampliar as referências e o repertório teórico desta pesquisa, outra busca com novos descritores foi iniciada, procurando na história da Educação Infantil da cidade de Sorocaba, informações relevantes para compor este trabalho. Os descritores deste segundo momento de busca foram: “SOROCABA” AND “EDUCAÇÃO” OR “EDUCAÇÃO INFANTIL”. Após a análise da temática e aplicar as exclusões, foram selecionados 3 trabalhos, que estão catalogados no quadro 4.

Quadro 3 – Pesquisas no campo da história da educação infantil em Sorocaba

2º STRING DE BUSCA	BASE DE DADOS		LEITURAS DE TÍTULOS	
	BDTD	OASIS	BDTD	OASIS

“SOROCABA” AND “EDUCAÇÃO” OR “EDUCAÇÃO INFANTIL”	1	2	1	2
--	---	---	---	---

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados recolhidos dos Sistemas de Bancos de Dados Digitais, BDTD e OASIS.

Os resultados descritos nos quadros foram delineados após aplicada a seleção do fator de exclusão/inclusão de todos os trabalhos encontrados, analisando a temática, o título, o resumo, bem como o assunto tratado. Dessa forma, elencaram-se para leitura os seguintes trabalhos.

Quadro 4 – Trabalhos selecionados para leitura, temática Educação Infantil em Sorocaba

AUTOR	TEMÁTICA	ANO DE PUBLICAÇÃO
OLIVEIRA, Suad Aparecida.	O primeiro parque infantil de Sorocaba: o contexto histórico e as circunstâncias específicas de sua criação e instalação	2010
FERNANDES, Ilza Faria.	História da Creche Municipal em Sorocaba	2015
SEWAYBRICKER, Gabriela Maldonado.	Memórias docentes e Educação Infantil: diálogos com a formação de professores na cidade de Sorocaba – SP	2021

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados recolhidos dos Sistemas de Bancos de Dados Digitais, BDTD e OASIS.

Ainda, com o intuito de fomentar as fontes desta pesquisa e ampliar as informações sobre o histórico de Votorantim, as buscas nas supracitadas plataformas foram direcionadas para o município, com os descritores: “*VOTORANTIM*” AND “*EDUCAÇÃO*” OR “*EDUCAÇÃO INFANTIL*”

Quadro 5 – Pesquisas existentes no campo da história e história da educação em Votorantim (SP)

3º STRING DE BUSCA	BASE DE DADOS		LEITURA DE TÍTULOS	
	BDTD	OASIS	BDTD	OASIS

“VOTORANTIM” AND “EDUCAÇÃO” OR “EDUCAÇÃO INFANTIL”	2	4	1	2
--	---	---	---	---

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados recolhidos dos Sistemas de Bancos de Dados Digitais, BDTD e OASIS.

Os trabalhos encontrados não retratam especificamente um estudo sobre trajetória da educação infantil no Município de Votorantim; porém, contribuíram para a compreensão da historiografia desse município. Dentre os trabalhos selecionados, estão:

Quadro 6 – Trabalhos selecionados para leitura

AUTOR	TEMÁTICA	ANO DE PUBLICAÇÃO
DESSOTTI, Isabel Cristina Caetano.	História da Educação de Votorantim: do apito da fábrica à sineta da escola	2007
FOGAÇA, Marcia Maria.	História e Historiografia de Votorantim	2008
NASCIMENTO, Angélica Paola dos Santos Ferreira.	Guardar já? Mas a gente ainda nem brincou! Um estudo sobre tempos e espaços para brincar na educação infantil do município de Votorantim	2020

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados recolhidos dos Sistemas de Bancos de Dados Digitais, BDTD e OASIS.

Em termos gerais, esse mapeamento sistemático colaborou para alargar as alternativas metodológicas, a busca por fontes de pesquisa, assim como outras possibilidades de compreender esse processo da constituição da educação infantil no Brasil.

Além dos trabalhos já citados no mapeamento apresentado, serão tomadas como referencial teórico desta pesquisa, para o campo da Educação Infantil, as contribuições presentes nas obras de Tizuko Morchida Kishimoto (1988), Sonia Kramer (1994) e Moysés Kuhlmann Jr. (2001).

No campo da formação de professores, serão tomados como referência os estudos de Antônio Nóvoa (1992; 1995), Maria Leonor Tanuri (2000) e Maria Walburga dos Santos (2005).

No que tange aos aspectos historiográficos, os parâmetros da pesquisa seguirão os conceitos firmados em trabalhos como os dos historiadores Jacques Le Goff (2003), E. P. Thompson (1981), Philippe Ariès (2012) e Walter Benjamin (2012).

É fato que o diálogo com esses autores permitirá compreender melhor os caminhos percorridos pela educação escolar. Para analisar como ocorreu o processo de constituição da Escola Maternal da Vila Operária das Indústrias Votorantim S/A, as rupturas e permanências das práticas pedagógicas docentes, entenderemos a história como um processo, assim como pressupõe E. P. Thompson (1981), ao afirmar que:

Ao investigar a história não estamos passando em revista uma série de instantâneos, cada qual mostrando um momento do tempo social transfixado numa única e eterna pose: pois cada um desses instantâneos não é apenas um momento do ser, mas também um momento do vir-a-ser: e mesmo dentro de cada seção aparentemente estática, encontrar-se-ão contradições e ligações, elementos subordinados e dominantes, energias decrescentes e ascendentes. Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice de direção de seu fluxo futuro. (Thompson, 1981, p. 58)

Jacques Le Goff (2003) ressalta que a cultura (ou mentalidade) histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado. “A história é a ciência do tempo. Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e é um elemento essencial da aparelhagem de seus historiadores” (Le Goff, 2003, p. 52).

Corroborando ainda com esses conceitos historiográficos, o filósofo alemão Walter Benjamin (2012), ao referir-se à história, afirma:

A história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de “tempo de agora” (Jetztzeit). Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de “tempo de agora”, que ele fez explodir para fora do *continuum* da história. (Benjamin, 2012, p. 249)

Desse modo, para compreender o movimento de criação da Escola Maternal e Creche em Votorantim, as concepções, os materiais pedagógicos e as práticas docentes que permeavam no interior dessa instituição e eram propagadas nos meios de comunicação e documentos oficiais, é essencial conhecer o tempo histórico de sua constituição, bem como o tempo de sua consolidação.

A partir do exposto e da metodologia traçada, esta pesquisa inicia-se, com esta apresentação, na qual é possível compreender o caminho que será trilhado pela pesquisadora, suas intenções e objetivos para o desenvolvimento deste trabalho.

O segundo capítulo tece uma reflexão sobre o conceito de infância, sobre como ela está intrinsecamente ligada ao período histórico vivido, e sobre a relevância de relacioná-la à história da educação infantil, ao atendimento à criança e ao surgimento das instituições escolares.

O terceiro capítulo aborda a formação histórica de Votorantim, seu desenvolvimento econômico e crescimento populacional, a formação da vila operária e sua passagem de distrito à cidade. Esse percurso dentro da pesquisa contribuiu para a ampliação do conhecimento da história do município, bem como da compreensão de como se deu o surgimento da Escola e Creche Maternal a partir das demandas da classe operária. Conhecer a formação da vila operária favoreceu o entendimento de sua constituição e os motivos de sua criação.

O quarto capítulo tem como foco conhecer e reconstruir a constituição histórica da Escola Maternal e Creche Votorantim, compreendendo as demandas de seu advento, conhecer os personagens que fizeram parte dessa história, as influências teóricas que embasavam as práticas pedagógicas dentro da instituição bem como a utilização de materiais e manejos escolares.

O quinto capítulo apresenta uma análise e categorização dos registros escritos no termo de visita da Escola Maternal e Creche Votorantim entre os anos de 1925 a 1935. Trata-se de um livro destinado a conter orientações, sugestões e impressões dos inspetores escolares. A partir de tal fonte, pode-se promover a reflexão sobre as práticas educativas que foram observadas ao longo desta pesquisa. Observamos que elas eram utilizadas como meio de divulgação e consolidação dos valores sociais da cultura dominante.

As conclusões deste trabalho refletem sobre as inquietações existentes entre as teorias pedagógicas anunciadas e as práticas educativas efetivadas. Retorna-se à gênese da Escola Maternal e Creche Votorantim, volta-se à imagem do muro escolar que hoje esconde o prédio antigo que abrigou, por tanto tempo, essa instituição e suas crianças. Isso nos leva à reflexão sobre o que ali acontecia. Algo que ainda se faz tão presente na memória de sua gente e encontra-se enraizado nas práticas docentes.

2 AS INFÂNCIAS E SUAS RELAÇÕES COM O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Compreender o contexto em que as infâncias pisam – se assim podemos dizer – é fundamental para conhecer o processo educacional brasileiro. Refletir sobre as diferentes infâncias vivenciadas pelas crianças pode contribuir para a ampliação dos conceitos que construímos sobre elas. Desse modo, as imagens estabelecidas e construídas em relação à criança e suas infâncias influenciaram também a formação e estabelecimento das instituições escolares, assim como as práticas educativas docentes.

2.1 A respeito das infâncias

Ao retomarmos as reflexões sobre os tempos passados, partimos do tempo presente, considerando a relevância de, ao tratar das infâncias, pontuar a visão que encontramos hoje, tanto no que tange às políticas governamentais, quanto às instituições de educação infantil, bem como àquela que acompanha a minha própria trajetória profissional. Retrata-se, na pesquisa, o lugar em que as crianças são vistas como sujeitos históricos e de direitos, considerando-se aquilo que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Segundo esse documento, a criança:

[...] nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2010, p. 14)

Apesar de a legislação (Constituição Federal de 1988, Convenção dos Direitos da Criança de 1989, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990) universalizar os direitos das crianças, Nascimento (2011) afirma que o respeito ou a restrição a esses direitos podem estar relacionados ao grau de pobreza, ao gênero, à etnia ou à pouca idade, ainda que, no caso das crianças pequenas, o grau de pobreza tenha acompanhado o surgimento e o desenvolvimento das instituições educacionais voltadas a elas. (Nascimento, 2011)

Nessa perspectiva, Sarmento (2007) afirma que o conceito de infância não é um fenômeno estático e universal, pois se relaciona ao contexto em que a criança está inserida, ainda que, com esse entendimento, não se ignore o fato de as crianças possuírem suas necessidades e características próprias.

O autor questiona ainda as origens das concepções de infâncias na medida em que elas podem existir, modificar-se, e diversificar-se, se elas são uma construção histórica e não decorrem de uma natureza autoevidente (Sarmento, 2007)

A partir das noções exploradas acima, ao tratar da constituição histórica da Escola Maternal e Creche da Vila Operária das Indústrias S/A Votorantim, a qual se inicia nos primórdios do século XX, coincidindo com o início do processo de industrialização no Brasil, faz-se necessário pontuarmos qual a visão de infância e o papel da criança nesta sociedade.

Magalhães (2017) assegura a relevância de buscarmos diferentes compreensões sobre como se exprime a infância em distintos momentos e espaços, e considera que essas concepções se entrelaçam e se interpenetram nos períodos da história, além de deixarem um legado para as compreensões atuais.

Para isso, é relevante recordar que, como grande referência nas discussões sobre o conceito de infância, podemos citar a obra do historiador francês Philippe Ariès (2021), que realizou contribuições importantes ao associar o estudo da infância à história e à sociedade.

Tomando como ponto de partida a sociedade medieval e embasado na história da arte e na análise iconográfica de vários séculos, Ariès (2021) afirmou não existir um sentimento de infância, referindo-se à consciência que diferencia a criança do adulto. O autor assevera, a partir dos registros analisados, que, tão cedo a criança fosse capaz de viver sem a ajuda da mãe, ela já estaria apta a aprender pelo convívio com os adultos.

O historiador ressalta ainda que o conceito de infância foi instituído na passagem do sistema feudal para o industrial, quando as crianças passam a ser apresentadas ao saber escolar.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida a distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dará o nome de escolarização. (Ariès, 2021, p. 10)

O trabalho de Ariès (2021) é uma referência no tocante ao conceito de infância; porém, é fundamental destacar que sua pesquisa teve como foco as crianças que faziam parte da nobreza medieval, o que silenciou a existência de outras infâncias, generalizando tal conceito como se todas vivessem da mesma forma.

Sônia Kramer (1984) faz referência a Carr (1977), ao afirmar que, ao se adotar uma concepção abstrata de infância, analisa-se a criança como “*natureza infantil*”, distanciando-a de suas condições objetivas de vida, como se elas fossem desvinculadas das relações de produção existente na realidade.

A autora ressalta a ideia da infância universal que foi divulgada pelas classes dominantes baseando-se em um modelo padrão de criança, justamente a partir dos critérios de idade e de

dependência do adulto, característicos de um tipo específico de papel social por ela assumido no interior dessas classes.

Kramer conclui que

A ideia de infância não existiu sempre, e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na sua comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma ação futura. (Kramer, 1984, p. 19)

Deste modo, é na modernidade que vemos a mudança na concepção de infância que sai do “anonimato” e adentra para a cena do cuidado e da preparação/moralização para viver em sociedade. Ariès (2021) salienta que a família começou, então, a se organizar em torno da criança e a lhe dar importância. A criança deixou seu antigo anonimato, e tornou-se impossível perdê-la ou substituí-la.

Nessa mesma perspectiva, Sônia Kramer (1984) comenta sobre as condições do contexto histórico para que essa mudança na forma de perceber a infância acontecesse: a passagem do alto índice de mortalidade infantil para as descobertas científicas que provocaram o prolongamento da vida a partir do século XVI e o sentimento moderno de infância que apresenta a forma contraditória de pensar a criança como um ser frágil, inocente e ingênuo, traduzido pela “papa-ricação”, que toma a criança como um ser imperfeito e incompleto, o qual necessita da moralização e da educação feita pelo adulto (Kramer, 1984).

Contrapondo-se à afirmação de não haver sentimento de infância na idade média, Kuhlmann Jr. (2001) apresenta outras referências para analisar este conceito, pontuando a existência desse sentimento desde os tempos antigos ou até mesmo na idade média. Para o autor, transportar a visão de Ariès para identificar o sentimento de infância no Brasil teria um caráter abstrato, pois vivemos períodos históricos diferentes, numa defasagem de quase dois séculos nos separando da realidade europeia.

Kuhlmann Jr. (2001, p. 30) entende que:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história. (Kuhlmann, 2001, p. 30)

A necessidade de contextualizar a criança para circunscrever seu espaço e forma de atendimento faz localizar, ainda na modernidade, a “descoberta” da América, a colonização do território brasileiro, a dominação dos povos indígenas pelos portugueses, enfim, uma série de fatos e feitos demarcatórios do tempo em que a criança viveu.

Mary Del Priore (2021) explana as diferenças de contexto e as comparações anacrônicas ao utilizar teses como a de Ariès (2021) para situar a infância no Brasil. Ela afirma que a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola para nossa história. Para embasar essa afirmação, argumenta:

No que diz respeito à história do Brasil, encontramos de fato, passagens de terrível sofrimento e violência. Mas não só. Os relatos de naufrágios da Carreira das Índias retratam dolorosas separações entre pais e filhos. Os testamentos feitos por jovens mães do século XVII não esconde a preocupação com destino de seus filhinhos do coração. Os viajantes estrangeiros não cessaram de descrever o demasiado zelo com que, numa sociedade pobre e escravista, os adultos tratavam as crianças. As cartas desesperadas de mães, mesmo as escravas analfabetas, tentando impedir que os seus rebentos partissem para a guerra do Paraguai, sublinhavam a dependência e os sentimentos que se estabeleciam entre umas e outros. (Del Priore, 2021, p. 11)

No Brasil, a chegada dos portugueses inaugurou o atendimento à infância por meio da educação jesuítica, que tinha como objetivo “civilizar” a população indígena pelos preceitos da educação cristã. Foi nesse contexto que as crianças tornaram-se o alvo de seus ensinamentos, já que a população adulta apresentaria maior resistência.

Segundo Kuhlmann Jr. (2001), os jesuítas desenvolveram a estratégia de sua catequese alicerçada na educação dos pequenos indígenas, e trouxeram crianças órfãs de Portugal para atuarem como mediadoras nessa relação. Nesse contexto, os jesuítas demarcam a religiosidade presente na educação, considerando a criança uma folha de papel em branco, moldável e que deveria ser educada para a obediência e disciplina.

No período colonial, com a introdução do trabalho escravo, vemos o nascer da segregação e da diferença de atendimento às crianças relacionada ao poder econômico. Os filhos dos senhores eram educados nos moldes jesuíticos, enquanto as crianças escravizadas eram expostas ao trabalho desde os cinco anos de idade.

Magalhães (2017) assinala que as transformações ocorridas no século XIX, no qual o Brasil vivia importantes mudanças político-sociais (iniciadas com a vinda da família Real para o país em 1808), impulsionaram a criação de cursos destinados à qualificação dos habitantes. Foi esse movimento que, de certo modo, firmou o rompimento com o ensino jesuítico no Brasil.

Foi entre o final do período imperial e o início da República que as questões como o alto índice de mortalidade, o êxodo rural, a chegada de imigrantes em busca de trabalho assalariado e a abolição da escravidão marcaram o atendimento à criança. Dessa forma, foram essas questões de ordem social e econômica que levaram pessoas ligadas à sociedade, como médicos higienistas, assistencialistas e sociedades caritativas, a ganhar força, identificando-se o poder das questões econômicas e sociais como caráter determinante no atendimento às crianças.

Desse modo, é possível perceber, no caso brasileiro, a existência da consciência de infância desde os primórdios de sua colonização. Altera-se, portanto, a forma de atenção dispensada a essas crianças, o que notadamente determinado pela sua classe social. É dentro desse cenário que Kramer (1984) aponta a impossibilidade de conceber apenas um modelo de criança no território nacional, pois há diferentes visões sobre a infância, já que elas se baseiam nas condições econômicas, sociais e culturais das crianças e no papel que elas exercem na comunidade.

Kramer (1984), ainda ao discorrer sobre a Política do Pré-Escolar, utiliza-se da periodização de Moncorvo Filho para contextualizar a história da infância no Brasil em três períodos distintos. O primeiro se estenderia do descobrimento até 1874; nesse tempo, pouco se fazia pela infância. O segundo, de 1874 até 1899, se caracterizaria pela existência de projetos elaborados por médicos e grupos particulares de filantropia, que tratavam do atendimento à infância. Por fim, no terceiro período, intensificaram-se os progressos no campo da higiene infantil, médica e escolar. A autora afirma ser neste período que muitas instituições surgiram.

A atenção à infância até 1874 caracterizava-se institucionalmente pelo atendimento realizado pela Casa dos Expostos ou Roda¹⁹, destinada a atender as crianças abandonadas ou desamparadas. Segundo Kramer (1984), o código civil da época relacionava a ideia de “menor desvalido” com a de menor delinquente ou criminoso, sendo a repressão a solução vista para aquele problema.

Kramer (1984) também aponta que os poucos projetos que foram desenvolvidos no segundo período tinham caráter preconceituoso e valorizam diferentemente as crianças negras (filhas de escravos) e as da elite (filhas de senhores).

Para a autora, as primeiras iniciativas voltadas à infância partem de higienistas, grupos privados, filantropos preocupados com o alto índice de mortalidade infantil. Segundo eles, os fatores estavam ligados aos nascimentos ilegítimos entre escravas e seus senhores e à amamentação mercenária das escravas amas de leite, culpabilizando a família e os negros pela origem das doenças (Kramer, 1984).

Para esta pesquisa, que tem como objeto de estudo a Escola Maternal da Vila Operária de Votorantim, inaugurada oficialmente nos anos de 1926, interessa trazer à luz a infância

¹⁹ A roda tinha o formato de um cilindro cuja superfície lateral era aberta em um dos lados; ele girava em torno de um eixo vertical. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma espécie de campainha exterior era colocada nas proximidades para que a pessoa que desejasse entregar um recém-nascido pudesse acioná-la avisando à pessoa de plantão. O recém-nascido era levado para o interior da Santa Casa de Misericórdia pelo mecanismo de fazer o cilindro girar em torno de si mesmo até virar para fora o seu lado aberto, e a criança ali ser depositada. Em seguida, continuava-se o movimento até girar o cilindro com sua parte aberta voltada para dentro novamente. (Del Priore, 2021).

marcada entre o final do segundo e início do terceiro período, pois é nesse processo de desenvolvimento industrial e crescimento urbano que encontramos um novo olhar para as infâncias no país.

Segundo Del Priore (2021), com o fim da escravidão, as crianças “ex-escravizadas” continuam a trabalhar na lavoura, sem condições básicas de alimentação, moradia, saúde, educação, além da ausência de uma política de Estado voltada para a formação escolar da criança pobre e desvalida, o que acentuava ainda mais a miséria dessa parcela da população.

A necessidade social de conter a marginalidade das crianças de rua, bem como as proliferações de enfermidades, além da urgência de educar para a disciplina e para o trabalho, tornam-se temas do terceiro período. Se no início da República o movimento de escolarização e da puericultura era praticamente nulo, nos anos que seguem, principalmente no princípio do século XX, inicia-se uma preocupação em relação ao atendimento à infância.

É nesse período que vemos o surgimento de instituições como creches, escolas maternais, jardim de infância paralelamente às instituições que contribuíam para a proteção e assistência à temas direcionados às infâncias.

Dr. Moncorvo Filho foi um dos líderes que trabalharam em defesa da infância e defendiam uma maior participação do estado nos temas relativos aos problemas da criança. Esse médico foi o fundador, em 1899, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, bem como do Departamento da Criança, posteriormente em 1919. O discurso de Quintino Bocayuva, apresentado por Kramer (1984) demonstra como as finalidades do Instituto de Proteção à Infância expressam a concepção de infância à época.

Preservar a infância da destruição a que condena o desamparo dos cuidados de que ela carece é garantir à sociedade a permanência e a sucessão das vidas que hão de ser o sustentáculo de sua estabilidade e os elementos do seu progresso e engrandecimento. (Bocayuva, *apud* Kramer, 1984, p. 54)

A mobilização de Moncorvo contribuiu para a ampliação das atividades do Instituto e do Departamento da Criança no Brasil, que foi declarado de utilidade pública em 1920, devido às relevantes atribuições prestadas a sociedade. Essa iniciativa influenciara as autoridades governamentais, que até então eram apáticas à causa, a declarar a necessidade do seu atendimento.

Kramer (1984) cita uma das declarações de Moncorvo Filho que fomentam essa difusão em solidariedade à criança:

A proteção à infância é um dever patriótico, uma obrigação nacional [...] a santa causa da criança entrou positivamente nas cogitações dos estadistas e de todos que, em nossa pátria, têm uma parcela de responsabilidade [...] cuidar da criança é preparar o renascimento material e moral da humanidade a fim de mover a fraternidade universal. (Moncorvo, 1926, p. 298-300 *apud* Kramer, 1984, p. 56)

Pelos discursos apresentados, percebe-se que o atendimento à infância passa a ser considerado como solução para os problemas enfrentados no Brasil. Essas mudanças estão diretamente atreladas às questões econômicas e sociais vivenciadas no período. Segundo a autora, alguns dos fatores dessas mudanças são:

(a) o modelo econômico adotado – substituição de importações – em lugar da monocultura latifundiária. A opção por esse modelo decorreu da crise cafeeira provocada pela crise mundial de 1929; (b) a diversificação da produção com o consequente fortalecimento de novos grupos econômicos (nova burguesia urbano-industrial), (c) a mudança na estrutura da sociedade brasileira com o crescimento do setor industrial, a ampliação da classe média, o fenômeno da urbanização e, enfim, o advento de um proletariado industrial proveniente da zona rural, que vinha se empregar nas atividades emergentes. (Kramer, 1984, p. 59)

Para Priore (2021), a entrada maciça de imigrantes, capaz de alavancar a incipiente industrialização do final do século, trouxe consigo a imagem de crianças no trabalho fabril. Mais uma vez esses pequenos imigrantes foram empurrados pela miséria e pela ausência de um Estado que se empenhasse em sua educação, relegados a passar 11 horas em frente às máquinas de selagem, tendo apenas 20 minutos de descanso. Tornaram-se simplesmente substitutos mais baratos do trabalho escravo.

A respeito do trabalho infantil, Warren Dean (1976) relata que, em 1917, uma pessoa havia feito uma visita em uma fábrica da Mooca, na capital paulista, e ali ouviu operários de doze e treze anos de idade, da turma da noite, que se queixavam de ser frequentemente espancados e mostraram, como prova do que diziam, as equimoses e ferimentos que traziam.

Segundo Luca (2001), para fazer frente às necessidades básicas, toda a família, inclusive as crianças, precisavam trabalhar. Assim já assinala o inquérito de Antonio Francisco Bandeira Júnior, em 1901, um estudo detalhado referente às indústrias paulistas:

“É considerável o número de menores, a contar de cinco anos, que se ocupavam em serviços fábris, percebendo salários que começavam por duzentos réis diários” [...] o autor encarava positivamente, argumentando que tinham “esses menores a vantagem de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não aumentam a falange dos menores vagabundos que infestam a cidade”. (Bandeira Júnior, 1901 *apud* Luca, 2001, p. 25)

O objetivo da autora não foi traçar um panorama sobre as infâncias e seus conceitos, mas é possível analisar, pelas falas contempladas em sua pesquisa que retrata as indústrias em São Paulo no início do século XX, a clareza sobre a forma de pensar o trabalho infantil e consequentemente o que esperavam das crianças.

Ratificando a imagem de criança como um vir a ser moldável que precisa de preparação para viver em sociedade, Kishimoto (2014a) aponta o discurso de industriais de 1870, que

proclamavam não existir empreendimento mais humanitário e filantrópico do que proporcionar emprego apropriado para essa grande e crescente parcela da comunidade.

Kishimoto (2014a) ainda apresenta a possibilidade de analisar o conceito de infância por uma outra perspectiva: a das brincadeiras e os jogos de rua. Ao retratar os jogos infantis no município de São Paulo no início do século XX, a autora expõe a imagem de criança ao descrever o cotidiano dos bairros operários no início do século em São Paulo.

Conforme a autora, nos bairros operários, nas regiões do Brás, Mooca e Barra Funda, imigrantes italianos aglomeravam-se em habitações coletivas e crianças aproveitavam espaços das ruas para expressar suas brincadeiras. O grande contingente de crianças que ali afluía enquanto os pais ausentavam-se para a longa jornada diária de trabalho mobilizava religiosos e damas da sociedade, que se dedicavam a ações filantrópicas para retirá-los das ruas, batalhando para que as crianças fossem internadas em creches, escolas maternais e instituições infantis (Kishimoto, 1988).

Para as crianças ricas o quintal, aos pobres à rua torna-se extensão da casa. A autora assinala que na visão das autoridades, brincadeiras de rua pertenciam ao mundo das crianças de rua, filhas do operariado, consideradas miseráveis, maltrapilhas, promíscuas, desordeiras e imorais. Meninos de famílias mais abastadas eram proibidos de sair às ruas e suas brincadeiras restringiam-se ao espaço doméstico nos quintais e clubes (Kishimoto, 2014a).

Utilizando-se do discurso de Rago, Kishimoto aponta para a visão hegemônica presente na época da expansão das vilas operárias:

“No discurso do poder político, a rua era representada como ‘a grande escola do mal’, espaço público por excelência onde se gerariam os futuros delinquentes e criminosos irrecuperáveis. O Dr. Moncorvo relembra ainda o discurso de Lopes Trovão, proferido no Senado no final do século XIX: não preciso declarar, senhores, que me refiro à rua, ‘nossa rua’ [...] é nesse meio, peçonhento para o corpo e para a alma, que boa parte da nossa infância vive às soltas, em liberdade incondicional, em abandono, imbuindo-se de todos os desrespeitos, saturando-se de todos os vícios, aparelhando-se para todos os crimes”. (Rago, 1985 *apud* Kishimoto, 2014, p. 84)

O discurso do médico sanitarista Dr. Moncorvo Filho demonstra a percepção que tinham a respeito da infância e da criança. Na representação imaginária dos médicos e políticos, as crianças se pareciam com tabula rasa, facilmente moldável pelo ambiente promíscuo das ruas. Além do internamento dos menores, o discurso médico defendia a moralização pelo trabalho como forma de reprimir a vadiagem (Kishimoto, 2014a).

Assim, Kishimoto (2014a) aponta a apropriação da infância pela especialização e o aparecimento da pediatria, que transforma os médicos em novos gurus, os quais passam a ditar as normas relativas à idade infantil. Trata-se do domínio da higienização, do combate à

mortalidade infantil e das reflexões em torno das consequências morais, sociais e políticas do abandono de menores, o que entre os empresários manifesta-se em forma de caridade.

Dado o contexto político dos anos 1930, Sônia Kramer (1984) ressalta que o papel do Estado frente à criança era defendido pelas próprias autoridades governamentais de forma mais veemente que nos primórdios da República: enfatizavam-se as relações entre criança e pátria, e introduzia-se uma nova argumentação sobre a necessidade de formação de uma raça forte e sadia.

Nos apontamentos de Kramer (1984), no que se referia à responsabilidade do atendimento à infância, ao lado da ênfase dada ao papel do setor público, a iniciativa particular era também convocada. O governo dividiria os custos com os órgãos particulares mas centralizaria a direção e o controle do atendimento.

Associações religiosas e organizações leigas, bem como médicos, educadores e leigos eram solicitados a realizar, juntos com o setor público, a proteção e o atendimento à infância, com a direção e alguma subvenção deste último. Se desde o século XVII a assistência social privada, principalmente a católica, precedera a ação oficial no Brasil, a partir da década de 30, o Estado assumia essa atribuição e convoca indivíduos isolados e associações particulares a colaborarem financeiramente com as instituições destinadas à proteção à infância. (Kramer, 1984, p. 63)

A partir da década de 1930, diversas propostas começaram a surgir tendo em vista a infância brasileira, a preocupação com o patriotismo, com o futuro da nação. Essas questões, contribuíram para a movimentação política e influenciaram o surgimento de programas para a assistência à infância. Dentre eles, o Decreto 10.402, que criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual tinha como ministro Francisco Campos. Conforme Kramer (1984), foi o Ministério da Educação e Saúde Pública quem criou o Departamento Nacional da Criança²⁰.

Influenciados pelo contexto político e econômico da época, no ano de 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova²¹, o qual tinha, dentre suas reivindicações, a defesa da escola pública. O documento exigia a criação de jardins de infância destinados à população de zero a seis anos.

Segundo Santos (2005), a ideia de desenvolver a cultura por meio da educação, para alavancar a economia e a produção, condizia com o pensamento da intelectualidade da época, e justificava toda e qualquer ação educativa.

²⁰ Órgão que centralizou o atendimento à infância brasileira durante quase 30 anos. Sob uma política médica preventiva, distanciada da abordagem da origem dos problemas que eram sociais e econômicos latentes na divisão da sociedade em classes sociais tão desiguais (Magalhães, 2017, p. 104).

²¹ Elaborado por Fernando de Azevedo, foi assinado por mais de vinte e seis educadores brasileiros líderes do movimento denominado “renovação educacional”. Para mais informações sobre a questão, vide Santos (2005, p. 46).

É importante ressaltar que as discussões acerca das renovações pedagógicas e as novas metodologias importadas da América e da Europa (Dewey, Claparede, Kilpatrick Decroly, Montessori) eram direcionadas aos jardins de infância, frequentados pelas crianças dos grupos sociais privilegiados. Para Oliveira (2011), a creche e os parques infantis frequentados pelos populares eram submetidos a propostas de trabalho educacional que pouco tinham em comum com os preceitos escolanovistas.

A política educacional então emergente convergia não apenas com os interesses da burguesia industrial, mas também com o desejo de ascensão social da pequena burguesia e da classe trabalhadora dos centros urbanos mais expressivos. (Oliveira, 2011, p. 98)

Ao refletir sobre as políticas públicas, propostas pedagógicas e formas de atendimento à infância postas para educação infantil dos anos 1930, é possível identificar ainda nos dias atuais questões semelhantes ao atendimento dessas crianças. Mesmo contrariando o artigo 9 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96, o município de Votorantim, no âmbito do atendimento para vagas em creches, tem como critério o trabalho materno; portanto, a vaga é destinada à mãe.

Outra questão ainda perceptível na sociedade atual são as divergências das propostas pedagógicas, multiplicadas no ambiente escolar. Para as crianças da escola pública: pré-escolarização, carteiras, materiais xerocados com pontilhados de letrinhas a serem ligados pelos alunos, enquanto as classes privilegiadas gozam das vivências e experiências advindas das pedagogias participativas²². É fundamental demarcar os avanços: existem muitos trabalhos dignos de elogio no setor educacional público, mas, em sua grande maioria, a função é moldar a criança conforme as necessidades do mundo capitalista.

As políticas públicas são outras, os olhares para as infâncias e para as crianças foram ampliados por meio dos avanços sociais e das legislações²³, as quais asseguram o entendimento

²² Uma pedagogia centrada nas práxis de participação procura responder à complexidade da sociedade e das comunidades, do conhecimento, das crianças e de suas famílias, como um processo interativo de diálogo e confronto entre crenças e saberes, entre saberes e práticas, entre práticas e crenças, entre esses polos em interação e os contextos envolventes (Oliveira-Formosinho, Kishimoto, Pinazza, 2007, p. 15).

²³ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988 – Art. 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”; LEI 8069/ 90 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Art. 15: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”; LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 9394/96: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”; DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL – Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009: “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas

de que a elas são sujeitos históricos e de direitos; porém, ainda encontramos resquícios do passado em nosso presente. O passado está impregnado no cerne das instituições escolares, e nas práticas adultocêntricas frente às crianças.

Kuhlmann Jr. (2001, p. 32) afirma que pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico; isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico: “Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos mais diferentes momentos”.

A partir das reflexões postas, é possível perceber que as questões referentes à infância sempre estiveram presentes, com maior ou menor ênfase, partindo dos setores particulares ou do Estado, com objetivos diversos, todos eles se refletindo na forma de perceber e atender as crianças. Dessa forma, é preciso conhecer e refletir sobre esse passado trilhado pelas diferentes crianças e suas infâncias, e compreender como transcorreu a constituição das instituições de educação infantil no Brasil. Esse processo reflexivo colabora para a percepção de como a infância foi expressa em cada momento e porque somos o que somos hoje.

2.2 Instituições pré-escolares no Brasil

A compreensão da educação infantil em creches e pré-escolas no Brasil, enquanto primeira etapa do sistema educacional, ainda é recente. Apesar desse atendimento ter mais de um século de história, relacionado à assistência, ao cuidado extradomiciliar e à educação, somente em 1988 a educação infantil passou a ser considerada como direito das crianças e dever do Estado.

Esse avanço foi resultado da grande participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, de trabalhadores, de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação (Brasil, 2010).

No entanto, a educação infantil, primeira etapa da educação básica com a finalidade de desenvolvimento integral do aluno, oferecida em creches para crianças de zero até três anos e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos, como prevê legislação educacional brasileira²⁴, nem

que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”; A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, reafirma os pressupostos das DCNEIs. A BNCC na Educação Infantil estabelece seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

²⁴ LDB, lei 9394/96, Art. 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

sempre teve como características esses preceitos e condições. As conquistas dessa etapa da educação básica ainda são muito recentes.

A definição legal que encontramos hoje na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, para os estabelecimentos que deverão ser mantidos e garantidos pelo Estado, tem sua história marcada pelo assistencialismo e filantropia, recebendo diferentes nomenclaturas no decorrer do tempo.

Ainda sem referências ao termo pré-escolar, foi o Decreto 5.884, de 31 de abril de 1933, que instituiu o Código de Educação, no qual o ensino pré-primário foi introduzido como parte do sistema de ensino.

Art. 1.º - A educação publica no Estado de São Paulo compreende: a educação pre-primaria, ministrada nas escolas maternais, em curso de dois anos, a crianças de 2 a 4 anos; e nos jardins da infancia, em curso de 3 anos, a crianças de 4 a 7 anos.²⁵

Kishimoto (1988, p. 18), ao apresentar uma reflexão sobre as terminologias e significados do termo pré-primário, afirma que tal nomenclatura perpetuou-se até 1971 com a Lei 5.692/71, que regulamentou os ensinos de 1º e 2º graus no Brasil. A escola primária passou para escola de 1º grau, a qual englobaria as escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes. Segundo a autora, apesar da ausência do termo Pré-Escola na legislação federal que especifica o sistema de ensino brasileiro, o termo já havia sido discutido pela Organização Mundial da Educação Pré-escolar (OMEP) e pelo Ministério da Educação Cultura através do parecer CFE nº 792/80 (Kishimoto, 1988).

Foi somente na Constituição de 1988 que o termo pré-escola apareceu para designar o atendimento de crianças em instituições de educação infantil. Ela representou um grande avanço no que se refere aos direitos das crianças, considerando-as como sujeitos de direitos e proclamando a necessidade da oferta da educação infantil.

Dessa forma, ao tomarmos o termo pré-escola, nesta pesquisa, o concebemos tal qual se contempla na legislação educacional contemporânea, ou seja: o atendimento em creches e pré-escolas para crianças de zero a cinco anos.

Assim como a concepção da consciência de infância está para a história, considera-se aqui que as instituições de atendimento escolar, com as respectivas abordagens pedagógicas,

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - Pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

II - Pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.”

²⁵ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>. Acesso em: 05 nov. 2024.

também se inserem nessa perspectiva. Diante disso, faz-se necessário retratar, sinteticamente, na pesquisa, uma breve trajetória histórica dessas instituições no país.

Moysés Kuhlmann Jr. (2001, p. 81) apresenta uma análise da constituição histórica das instituições pré-escolares, creches, escolas maternais e jardim da infância à luz da assistência à infância, afirmando ser essa construção o resultado de articulações de influências jurídicas, médico-higienistas e religiosas, relacionando esses fatores as questões econômicas da época.

O autor reflete também sobre as influências internacionais no campo da assistência à infância no Brasil, com a participação de brasileiros em congressos e exposições que divulgavam o surgimento de creches e jardim da infância pelo mundo, e como reverberaram nas decisões empreendidas neste país (Kuhlmann Jr., 2001).

Nessa perspectiva, Mello (2008) afirma que a intervenção médica na sociedade francesa dos séculos XVIII e XIX terá influências na organização das instituições de atendimento à infância e nos modelos de atendimento aqui instituídos. Esse modelo de creche surgido na França em meados do século XIX se constituirá como referência ao modelo da instituição idealizado para o Brasil. Os médicos-higienistas, ao realizarem os primeiros discursos em favor da criação dessa instituição no país, fazem menção às ações da criação da creche na França e ao modelo de creche lá instituído.

Os médicos-higienistas no Brasil serão um dos primeiros segmentos sociais a terem acesso à discussão da implantação de creches em outros países; os exemplos dos outros países serão constantemente citados em seus discursos e manifestações. (Mello, 2008, p. 115)

Conforme Kuhlmann Jr. (2001, p. 82), as instituições foram difundidas internacionalmente a partir da segunda metade do século XIX, como parte de um conjunto de medidas que conformam uma nova concepção assistencial: a assistência científica²⁶, abarcando aspectos como alimentação e habitação dos trabalhadores e dos pobres. Nesse contexto, a creche para as crianças de 0 a 3 anos foi vista mais do que como o aperfeiçoamento da Casa de Expostos, que recebia as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a elas, para que as mães não abandonassem suas crianças

Kishimoto (1988) apresenta um panorama das influências mundiais na implementação das creches e pré-escolas no Brasil. Segundo a autora, a história da evolução da pré-escola no plano mundial permite observar, inicialmente, o aparecimento de salas de asilo ou custódia, creches e, posteriormente, jardins de infância e escolas maternais (Kishimoto, 1988).

²⁶ No final do século XIX e início do século XX, criaram-se leis e propagaram-se instituições sociais nas áreas da saúde pública, do direito da família, das relações de trabalho, da educação, iniciativas que expressam uma concepção assistencial a que denominamos assistência científica – por se sustentar na fé no progresso e na ciência, características daquela época (Kuhlmann Jr., 2001, p. 60).

Dessa forma, para compreender os papéis dados à educação infantil, é necessário retomarmos como as ideias e práticas nessas instituições foram construídas. Devemos recorrer, mesmo que sucintamente, a um contexto que envolve outros países além do Brasil: Alemanha, França, Estados Unidos, Inglaterra e Itália, países que viveram o processo de urbanização e desenvolvimento industrial aproximadamente um século antes do Brasil.

Kishimoto (1988) assinala três pontos fundamentais que se repetiram na estruturação da educação infantil nos diversos países. O primeiro são as influências dos teóricos da educação, como Comenius, Rousseau, Pestalozzi e Froebel, Montessori, Pape-Carpantier, Agazzi, Decroly, Dewey, Claparède, Kilpatrick, entre outros. O segundo é a presença de estabelecimentos assistenciais sem preocupações educativas, conhecidos como salas de asilo ou custódia, creches e o gradativo surgimento de estabelecimentos infantis com orientação educativa, denominados jardins de infância. Por fim, o terceiro é a marca da participação de grupos religiosos e damas da sociedade, vinculados ao trabalho filantrópico, indústrias, associações femininas, além do governo, na criação e manutenção desses estabelecimentos.

Acompanhando as diversas influências teóricas, no contexto mundial, encontramos aqui atendimentos em salas de asilo, creches, escolas maternais, jardim de infância, parques infantis e instituições que se aproximam e divergem quanto à faixa etária atendida e seu caráter de atendimento.

A princípio, instalam-se unidades com funções assistenciais, sem preocupações educativas, conhecidas como salas de asilo ou de custódia e creches e, paulatinamente, ocorre a penetração dos princípios e práticas froebelianos nessas instituições que passam a incluir algumas preocupações educativas paralelamente aos trabalhos de assistência social. (Kishimoto, 1988, p. 11)

A esse respeito, Kuhlmann Jr. (2001) ressalta que, durante as duas décadas iniciais do século XX, implantaram-se as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil.

Se na Europa, as salas de asilo – *salles de asile*, primeiro nome das *écoles maternalles* francesas – para as crianças de 3 a 6 anos, antecederam a criação das creches, aqui a situação se inverte: em geral, as entidades primeiro fundavam creches, prevendo uma posterior instalação de jardim de infância. (Kuhlmann Jr., 2001, p. 85)

Kishimoto (1988) salienta que a propagação da ideia de que qualquer instituição criada por grupos filantrópicos para atender gratuitamente crianças pobres seria denominada de asilo infantil tomou significado amplo, envolvendo tanto as instituições de amparo aos órfãos quanto aos filhos de operários e trabalhadores em geral. Nesse sentido, Kishimoto (1988) faz referência aos registros da repartição de estatística do estado de São Paulo de 1919, os quais indicavam todas as organizações assistenciais gratuitas de orfanatos até creches e escolas maternais na categoria de asilos infantis.

No entender da autora, ao referir-se às casas de asilo no estado de São Paulo, constata-se a existência de três tipos: aqueles para órfãos, aqueles para crianças abandonadas nas rodas dos expostos e aqueles para delinquentes que praticam atos condenáveis. Kishimoto (1988) explica que, independentemente da natureza desses locais, é a concepção de assistência social que predomina: eles não priorizam a educação, mas apenas o atendimento das necessidades de teto, alimento e roupa, não sendo classificados como pré-escolas (Kishimoto, 1988).

É importante salientar que o termo “asilo infantil” foi acompanhado dos preconceitos da sociedade da época, incluindo a discriminação contra as crianças pobres, órfãs e abandonadas, o que levou à substituição do termo para outros, como Casa da Infância, Escolas de Socialização, ou ainda, de Escolas Maternais, seguindo o modelo francês, no início da expansão da educação infantil, já com algumas tentativas de inserções pedagógicas.

Diferentemente do contexto internacional, no qual as creches eram destinadas aos filhos das mulheres durante seu turno de trabalho, no Brasil, ela se inicia com um caráter assistencialista, destinado aos filhos de indigentes e órfãos, como as creches de Anália Franco²⁷, com caráter filantrópico, que divergiam das europeias por atender em regime de internato, e não apenas em período diurno.

Em São Paulo, as creches atendem principalmente o contingente de mulheres e crianças na extrema miséria que aumentam nos núcleos urbanos, fruto do deslocamento de populações pobres, em busca de melhores condições de vida. (Kishimoto, 1988, p. 38)

Com o avanço da industrialização, instituições como as creches multiplicaram-se, uma vez que eram conhecidas por servirem de guarda para as crianças enquanto suas mães trabalhavam. Tais instituições não tinham finalidades educativas; nelas, as crianças ficavam à mercê da exploração comercial. Eram mantidas pela caridade, sem nenhuma atenção do governo.

No contexto de ampliação desse atendimento, surgem as creches modelares, mantidas geralmente pelos industriais em cooperação com o governo, para que os filhos dos operários não ficassem desamparados. Essas instituições tinham como foco a questão sanitária e o combate a proliferação de doenças, através da melhoria das condições higiênicas.

²⁷ Anália Emília Franco, mais conhecida por Anália Franco, nasceu na cidade de Rezende, estado do Rio de Janeiro, no dia 1º de fevereiro de 1856, e morreu em São Paulo com quase 63 anos, em 20 de janeiro de 1919. Com 5 anos de idade, entra para a escola primária dirigida por sua mãe. Torna-se professora pública em 1868. Aos 13 anos, em 1869, leciona em Guaratinguetá como assistente de sua mãe. Aos 15 anos, trabalha em Jacareí, já sozinha. Aos 16 anos de idade, frequenta a Escola Normal de São Paulo para completar seus estudos, diplomando-se em 1874, com 18 anos. Nem todos apoiavam Anália Franco por ela ser espírita (Kishimoto, 1988, p. 212).

Para Kishimoto (1988), esses estabelecimentos não ofereciam educação pré-escolar, restringindo-se à assistência médica e sanitárias. Não se pode atribuir caráter pedagógico a uma instituição que priorizasse apenas cuidados com a primeira infância.

As escolas maternas diferenciavam-se das creches ao apresentarem um caráter pedagógico associado à função de assistência e atenção. É a partir de 1920 que vemos a instalação dessas instituições pelo estado de São Paulo, impulsionadas pelo desenvolvimento das indústrias e pelo apoio financeiro do governo.

Kishimoto (1988) destaca que o caráter educativo da escola maternal transparece nos dispositivos legais, como no Decreto nº 3.708 de 30 de abril de 1924, o qual aponta a quem estavam destinadas essas escolas. Elas tinham o desenvolvimento físico, intelectual e moral como sua principal finalidade, o que resulta na adoção de formas metodológicas de Froebel²⁸ e Montessori²⁹ (Kishimoto, 1988). Trataremos dos decretos da escola maternal em capítulo posterior. Nosso intuito até este ponto foi demarcar como essas instituições foram diferenciadas por serem pedagógicas ou assistenciais.

No entender de Moysés Kuhlmann Jr. (2001), o pensamento educacional tem mostrado resistência em aceitar os elementos comuns entre as instituições constituídas para atender a segmentos sociais diferenciados.

Insiste-se na negação do caráter educativo daquelas associadas a entidades ou propostas assistenciais, como se educar fosse algo positivo, neutro ou emancipador, adjetivos que dificilmente poderiam ser aplicados a tais instituições. (Kuhlmann Jr., 2001, p. 73)

Para o autor, podemos observar essa diferenciação quando afirmamos que os jardins de infância criados por Froebel seriam instituições educativas, enquanto as creches e escolas maternas ou qualquer instituição semelhante às salas de asilo não seriam educativas por serem assistenciais. Para ele, ambas educam, porém, umas para a emancipação e outras, como o caso das assistenciais, para a subordinação.

As instituições têm sido classificadas como educacionais ou não a partir da identificação de origens diferentes das propostas. É um raciocínio que parte de um ponto de vista interno a cada uma delas e não acentuando dentro da história. (Kuhlmann Jr., 2001, p. 73)

²⁸ Froebel (1782-1852) defendia a ideia da evolução natural da criança e enfatizava a importância do simbolismo infantil. Considerava que o desenvolvimento verdadeiro provém de atividades espontâneas e construtivas, primordiais, segundo ele, para “integrar o crescimento dos poderes físico, mental e moral” (Kramer, 2007, p. 26).

²⁹ Maria Montessori (1870-1952), nos princípios filosóficos que embasam seu método, defende o ritmo próprio, a construção da personalidade através do trabalho, a liberdade, a ordem, o respeito e a normalização. Desses princípios derivam as diretrizes metodológicas de Montessori, que estão calcadas: na importância da escola ativa; na visão de que a criança “absorve” o meio; na noção de “silêncio” e autocontrole; na progressão; na modificação e adaptação do mobiliário à crianças e na utilização de materiais específicos que visam promover a aprendizagem nas diferentes áreas (sensorial, vida prática, linguagem, matemática etc.) (Kramer, 2007, p. 27).

Para sustentar suas colocações, o autor cita as exposições sobre educação que incluíam as creches e asilos em seus grupos de trabalhos. O que diferenciava as instituições não eram as origens nem a ausência de propósitos educativos, mas o público e a faixa etária a que se propunham a atender. “É a origem social e não a institucional que inspirava objetivos educacionais diversos. A creche, para os bebês, embora vista como apenas para atender a classes populares, seria o primeiro degrau da educação” (Kuhlmann Jr., 2001, p. 78).

O autor ressalta, ainda, que as concepções educacionais vigentes nessas instituições se mostravam explicitamente preconceituosas, o que acabou por cristalizar a ideia de que, em sua origem, no passado, aquelas instituições teriam sido pensadas como lugar de guarda, de assistência, e não de educação. Para ele, o que cabe avaliar e analisar é que, no processo histórico de constituição das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo, ele mesmo, foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. O fato dessas instituições carregarem as suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional (Kuhlmann Jr., 2001).

Ao contrário das creches, Kuhlmann Jr. (2001) esclarece que os chamados jardins de infância foram direcionados às crianças da classe burguesa, pois já apresentavam características mais educacionais, o que os diferenciavam da função de guarda reservadas às creches para as classes populares.

Os Jardins de Infância – os “*Kindergarten*” de Froebel, em 1840 – iniciam-se na Alemanha e ganham proporções maiores nos Estados Unidos, com a participação de grupos filantrópicos, influenciando também outros países que gradativamente foram introduzindo um novo olhar pedagógico na educação das crianças.

A multiplicação dessa modalidade de educação não depende apenas do reconhecimento do valor pedagógico do jardim de infância, mas do rápido crescimento das cidades e o aumento da imigração colocam em evidência a questão da criança pobre, levando as entidades filantrópicas a encamparem a ideia do jardim de infância como antídoto para tirar a criança da rua, oferecendo-lhe, paralelamente, proteção e educação. (Kishimoto, 1988, p. 07)

A primeira escola a instalar o Jardim de Infância em nosso país foi o colégio Menezes Vieira, no Rio de Janeiro, em 1875. Posteriormente, aparecem outras instituições, como a Escola Americana, em São Paulo, primeira instituição particular a instalar o jardim de infância em 1877, e o anexo à Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, no ano de 1896.

Kishimoto (1988) comenta que o “*Kindergarten*” froebeliano destinava-se à educação de crianças de 3 a 7 anos, com currículo composto por atividades que envolviam a formação religiosa, o cuidado com o corpo, a observação da natureza, o aprendizado de poesias e cantos,

exercícios de linguagem, trabalhos manuais, desenho, conto de lendas, cantos e realização de viagens e passeios. Com esse intuito, as professoras eram denominadas “*jardineiras*”³⁰ e deveriam empregar jogos, cantos, danças, pinturas, marchas como estímulos à aprendizagem infantil (Kishimoto, 1988; Magalhães, 2017)

Após analisar os relatórios, depoimentos e legislações apresentados pelos jardins de infância, Kishimoto (1988) indica que os objetivos dessas instituições absorvem efetivamente a orientação de Froebel. Um dos registros apresentados pela autora é o Decreto nº 397 de 9 de outubro de 1896, que aprova o regulamento da Escola Normal da Capital.

O Jardim da infância, anexo à Escola Normal da Capital, é destinado a preparar, pela educação dos sentidos, segundo os processos de Froebel, os alunos de ambos os sexos que se destinarem à escola modelo preliminar. (Kishimoto, 1988, p. 54)

Apesar da fundamentação teórica dessas instituições terem como referência os preceitos froebelianos, a autora salienta que não foi fácil a aceitação pela sociedade, o que foi demonstrado pelos discursos da época, com confusão em relação aos conceitos e objetivos desses estabelecimentos. Um exemplo é o discurso da professora Alice Meirelles Reis, docente do jardim de infância oficial:

A finalidade e o valor das organizações pré-primárias não são, geralmente compreendidas no nosso meio. Alguns são de opinião que essas instituições só são necessárias ao lado das fábricas, para atender aos operários. Outros e até mesmo professores, acham que o jardim de infância é um estabelecimento de luxo, e portanto, dispensável. Essas pessoas encaram o problema das organizações pré-escolares, somente por um dos seus aspectos como o lado econômico, por exemplo, ou desconhecem a necessidade de uma orientação educativa pré-escolar. (Reis, arquivo pessoal da autora, p. 61 *apud* Kishimoto, 1988, p. 59)

Conforme Kishimoto (1988), Alice Meirelles Reis pontua de forma clara a posição pouco privilegiada alcançada pela educação infantil: para alguns, só serve para atender os filhos de operários; para outros, representa um artigo de luxo. Reis atribui tais concepções à falta de compreensão das finalidades educativas da educação pré-escolar.

Outra questão a se destacar no florescimento dos jardins de infância é a diferenciação quanto ao seu atendimento. Conforme Magalhães (2017), a prática escolar no século XIX recebeu muito a influência dos jardins froebelianos; com isso, fixou-se a ideia de criança criativa. Para a autora, o evento da chegada dos jardins de infância ao Brasil, com esse caráter, institui duas modalidades de atendimento às crianças de zero a seis anos; os jardins de infância para as crianças da elite e as creches e escolas maternas, que ofereciam assistência e educavam as crianças com menos recursos financeiros.

³⁰ Termo que tem origem nos ideais de Froebel, o qual compara o crescimento das crianças ao das plantas e o papel das professoras ao de jardineira (Kishimoto, 1988; Magalhães, 2017).

A diferença dessa concepção do atendimento às crianças dentre as instituições pré-escolares é constatada por Kishimoto (1988), ao recordar que, entre as finalidades de caráter social, apresentadas por Prestes³¹ no jornal o Estado de São Paulo, em 7 de janeiro de 1897, para instalar o jardim de infância oficial, destacava-se a necessidade de atender o grande número de crianças confiadas a governantas. Ainda segundo a autora, essa instituição oficial, criada como escola-padrão, ao invés de favorecer o povo, tem suas vagas disputadas pelos filhos da elite cultural e econômica da sociedade paulistana.

Diante do exposto, podemos observar concepções divergentes sobre a finalidade sociais de atendimento à criança nas diferentes instituições.

No Brasil, creche e pré-escola se constituíram historicamente em dois campos diferentes de atuação, sendo que seu surgimento e transformações estão envolvidos num conjunto de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos que resultaram das rupturas e continuidades da cada período histórico. (Magalhães, 2017, p. 135)

Para Magalhães (2017), o movimento da pré-escola, desde sua origem, ratifica um caráter educativo, nomeadamente de preparação para a escola regular; a creche, por sua vez, atravessa sua história com a marca do assistencialismo como particularidade do seu atendimento à criança.

Kishimoto (1988) aponta que, contrariando a argumentação de que a diferença existente entre jardins de infância e creche/escola maternal tivesse origem social, despontam alguns discursos de educadoras como Villalba Alvim e a professora Alice Meirelles Reis, que defendiam a idade como critério para classificar os dois estabelecimentos infantil.

A Escola Maternal é uma instituição para as criancinhas de 2 a 4 anos e o jardim de infância para os de 4 a 6 anos. No nosso projeto, não é a classe social mas a idade das crianças que diferencia primeiramente as duas instituições. (Kishimoto, 1988, p. 61)

Apesar dos esforços das educadoras paulistas em caracterizar a diferença entre as instituições pelas idades, Kishimoto (1988) ressalta que, na prática usual dos paulistas, foram criados dois sistemas de educação infantil, tendo como critério a classe social de seus alunos: escolas maternais para os filhos de operários, com características assistenciais, ficando implícita a ausência de fundamentação froebeliana, e jardins de infância, como instituições tipicamente froebelianas, para as classes mais abastadas.

Nesse contexto, encontramos a Escola Maternal e Creche Votorantim fundada oficialmente pelo industrial Comendador Pereira Ignácio, no ano de 1926, uma instituição criada com o intuito de atender os filhos dos operários da fábrica de tecidos, que contava com o atendimento para as crianças em idade pré-escolar.

³¹ Júlio Prestes, governador do estado de São Paulo de 1927 a 1930.

Uma escola dentro da fábrica de tecidos, com pedagogias supostamente influenciadas por teorias escolanovistas, mas que também prezava pela higiene, disciplina e ordem. A questão preeminente posta é: seria essa instituição diferente das outras? Teria o então distrito de Votorantim uma Pré-Escola plantada nos ideais da Escola Nova e destinada aos filhos dos operários?

3 VOTORANTIM E SEU CONTEXTO SOCIAL

Este capítulo terá como foco o advento do município de Votorantim, como ele se consolidou de Distrito/Vila do Município de Sorocaba a Município. Esse percurso dentro da pesquisa contribuirá para a ampliação do conhecimento da história deste local, bem como a compreensão de como se dá o surgimento da Escola e Creche Maternal dentro de seu contexto histórico. Conhecer a formação da Vila Operária e a condição de vida dos trabalhadores que ali viviam e construíram de fato a história desse município favorece o entendimento da constituição e consolidação desta instituição escolar assim como os motivos de sua criação.

3.1 Votorantim – de vila à cidade: a formação da vila operária

A oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo. Para a criança, “compreender o tempo significa libertar-se do presente” (Piaget), mas o tempo da história não é nem o do psicólogo nem o do linguista. Todavia o exame da temporalidade nestas duas ciências reforça o fato de que a oposição presente/passado não é um dado natural, mas uma construção. (Le Goff, 2003, p. 03)

Ao nos referirmos à cidade de Votorantim e à formação da Vila Operária, é fundamental pontuarmos que, enquanto município, Votorantim, apenas logrou sua emancipação política, no ano de 1965. Dessa forma, no período retratado, a localidade ainda permanecia sendo um distrito do município de Sorocaba.

Considerando tal fato, entende-se, portanto, que a trajetória histórica da cidade de Votorantim está arraigada na história sorocabana. Nesse sentido, consideram-se como referência neste trabalho obras que retratam a historiografia do município de Votorantim, tratando de sua gênese, a partir da sua estreita relação com a história do município de Sorocaba.

A obra de Martins foi publicada nos anos 2000. Seu trabalho, realizado em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo, e com contribuição do historiador Paulo Fontes, foi promovido pelo próprio município e acabou se tornando um documento oficial dessa cidade. Nessa obra, identifica-se um discurso linear, eloquente e romantizado, em que o distrito de Votorantim só teve seu desenvolvimento expandido a partir da instalação da fábrica de tecidos pela presença e ações do Banco União e das Indústrias S.A Votorantim, representadas na figura de seu dono, o Comendador Antônio Pereira Ignácio, como a pedra fundamental desta expansão.

Por outro lado, a dissertação de Dessotti (2007) faz um retrato da história de Votorantim a partir da conexão operário-fábrica-educação e das relações de dominação nesse contexto.

Trata-se de uma pesquisa importante, com contribuições críticas, por se retratar a gênese da educação neste município.

Outra pesquisa de grande relevância para a história do município de Votorantim é a dissertação de Oliveira (2008). Trata-se de um trabalho bastante criterioso que apresenta uma análise de obras já existentes, referente à história de Votorantim, a partir de um olhar crítico da pesquisadora. Uma das questões apresentadas por Oliveira é a valorização da história contada por meio da imprensa local, sem questionamentos, valorizando a trajetória dos “heróis”:

Não percebo na abordagem de nossos pesquisadores, qualquer análise em relação aos operários, quer como protagonistas, quer como coadjuvantes da História. Portanto, cabe a pergunta: a riqueza foi produzida pelos dirigentes do Grupo Votorantim, ou por seus operários, a classe trabalhadora? As obras aqui estudadas parecem naturalizar a história, na forma idealizada patrocinada pelos grupos ligados às indústrias e ao poder local. (Oliveira, 2008, p. 63)

As terras que hoje são demarcadas pelo município de Votorantim, até algum tempo, em torno de meio século de existência, ainda pertenciam jurídica, política e economicamente à cidade de Sorocaba.

A história de Sorocaba/Votorantim³² tem sua trajetória marcada pela presença das bandeiras³³ que aqui passaram, principalmente na figura de Braz Tevez, Paschoal Moreira Cabral e o capitão Baltazar Fernandes³⁴. Porém, antes que estes estrangeiros por aqui estivessem, supõe-se que:

tupis-guaranis costumavam montar seus acampamentos junto ao morro de Araçoiaba e junto à serra de São Francisco ou às margens do rio que hoje se denomina Sorocaba, no local em que encontra a cidade do mesmo nome. Tais acampamentos não eram fixos e tinham de ser mudados de local devido aos frequentes desmoronamentos de terra que ocorriam na região, decorrentes da infiltração de água das chuvas. (Martins, 2000, p. 19)

³² A historiografia conta que a primeira povoação na região de Sorocaba deu-se por volta de 1589, com Afonso Sardinha e seu filho homônimo, em local próximo ao morro Araçoiaba ou Ipanema, onde encontraram um tipo de metal que entenderam ser prata. Tratava-se, na verdade, de uma jazida de magnetita; como para a época o metal encontrado não tinha valor, a povoação não vingou. Por volta de 1654, com a chegada de Baltazar Fernandes, acompanhado de sua numerosa família e 370 índios administrados, vindos da região do Parnaíba, foi se formando outro povoado não muito distante do primeiro (Dessoti, 2007, p. 20-21).

³³ Foi um movimento ocorrido entre os séculos XVII e XVIII; entre seus principais objetivos estavam o apresamento indígena, a busca por metais preciosos e a exploração e posse de territórios. Esses personagens históricos salientam a hierarquização do período colonial, colocando indígenas e negros em posição de inferioridade, para atender aos interesses da elite branca. Para alguns, são heróis; para outros, vilões, responsáveis pela morte de muitos indígenas sertão adentro (Azevedo, 1999, p. 56).

³⁴ Braz Teves estabeleceu, além de Ipanema, sogro de Paschoal Moreira Cabral, que se fixou em Itapeva, na terra de São Francisco (a qual pertence ao território de Votorantim). Lá ele construiu, em 1679, a “Capela de Nossa Senhora del Popolo de Itapeva”. Segundo a historiografia local, eles foram os primeiros habitantes de Votorantim. Baltazar Fernandes estabeleceu-se na região do Lageado, no morro de Araçoiaba, por volta de 1654, construiu a igreja Nossa Senhora da Ponte, fundador do povoado Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (Martins, 2000, p. 20).

Considera-se também como fator preponderante para o desenvolvimento do povoado de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba sua localização privilegiada, ao favorecer o movimento conhecido como tropeirismo³⁵ e a instalação da feira de muares³⁶ nesse local.

Foi através das feiras de muares que muitas pessoas vieram povoar a região de Sorocaba e Votorantim e aqui se instalaram. Em consequência, houve uma diversificação das atividades de comércio e das indústrias artesanais, o que fez com que crescesse a mão de obra especializada nessas oficinas, estimulando o surgimento das primeiras tentativas fabris (Oliveira, 2008).

O plantio de algodão arbóreo, utilizado na fabricação de roupas para os escravos, além de redes e baixeiros para utilizarem nos muares, foi um dos motivos propulsores da construção da estrada de ferro. Segundo Martins (2000), em 1856, a produção de algodão era exportada para a Inglaterra, transportada para Santos em lombo de burro.

Sofrendo as restrições desse meio de transporte para o escoamento de uma produção de algodão crescente, os produtores começaram a pensar na construção de uma estrada de ferro para escoar a safra. Em 1875, resultando do esforço conjunto de Luís Matheus Mailasky e de líderes sorocabanos, foi inaugurada a Estrada de Ferro Sorocabana. (Martins, 2000, p. 23)

Ainda sob a perspectiva de Martins (2000), a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1875, facilitou o escoamento da produção. Por outro lado, o enorme potencial hidrelétrico da represa de Itupararanga³⁷, aliado à extensa produtividade do algodão herbáceo na região e a existência de jazidas para a exploração de calcário e mármore foram os elementos que contribuíram para o estabelecimento de indústrias na região.

³⁵ O tropeirismo foi um ciclo econômico que, em função de condicionantes próprias e do tempo de permanência, atuou diretamente na vida e nos costumes das vilas que se desenvolveram ao longo dos caminhos do sul. Entre as vilas envolvidas, destaca-se Sorocaba, que abrigou a maior Feira de Animais da região centro-sul do país nos séculos XVIII e XIX (Martins, 2000, p. 23).

³⁶ “Muare” se refere aos burros e mulas. Animais de grande força, resistentes, eram criados no Rio Grande do Sul e carregavam, em seus lombos, mercadorias e alimentos que vinham para outras regiões e fomentavam as trocas comerciais.

³⁷ Em 1904, Bernardo Lichtenfels Júnior adquiriu o Sítio do Salto Grande de Itupararanga e, em 05 de janeiro de 1905, inaugurou a Empresa Elétrica de Sorocaba. Sem construir uma represa, e tão somente com a água tirada do salto, conseguiu uma usina que produzia 2000kW. Em 1910, chega a São Paulo Frederick Stark Pearson-engenheiro norte-americano, a serviço da São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd. – para estudar a viabilidade da construção de uma usina hidrelétrica de porte que atendesse à crescente demanda por energia da capital paulista, que dava seus primeiros passos rumos à industrialização. Na ocasião, foi procurado por Lichtenfels, que vislumbrava um futuro promissor quanto ao potencial das corredeiras do Rio Sorocaba. Pearson retorna ao Canadá e lá fundou a *São Paulo Electric Company*, conseguindo autorização do governo paulista para levar adiante seus planos no Brasil; dentre eles: a edificação de uma represa, reservatório, canais, túneis, usina geradora e linhas de transmissão, em Itupararanga. A Usina de foi parcialmente inaugurada no ano de 1912, gerando 4000 kW para o atendimento da demanda de Sorocaba e região, bem como para a continuação das obras de Itupararanga. Segundo Gaspar, 1954, a usina de Itupararanga à época de sua construção era o maior empreendimento hidrelétrico da América do Sul e o sétimo do mundo. A usina de Itupararanga, que se situa entre os atuais municípios de Votorantim, Piedade, Ibiúna e Alumínio, foi vendida, em 21 de janeiro de 1974, à CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim (Martins, 2000, p. 100).

De outra parte, foi nas terras da Fazenda São Francisco, local em que viveram Braz Teves e Paschoal Moreira Cabral, e de posse da família Madureira e seus descendentes, que se iniciou a extração de calcário na região, por volta de 1790. Um século depois, aproximadamente em 1873, aproveitando as águas da Cachoeira Votorantim, beneficiavam-se algodão, utilizando de uma máquina movimentada pela água da própria cachoeira, existente na mesma propriedade.

Segundo Dessotti (2007), nas últimas décadas do século XIX, Votorantim começou a despontar como possibilidade econômica para Sorocaba. O salto³⁸ deixa de ser reconhecido apenas por sua beleza. Aqueles com visão de futuro, conhecedores das mudanças do mundo industrial, viam nele um grande potencial hidráulico para mover uma fábrica.

A compra das terras de Votorantim, atrativas aos olhos dos industriais, devido às condições excepcionais (principalmente os recursos hídricos)³⁹ que oferecia para a instalação e desenvolvimento de estabelecimentos industriais, foi efetivada pelo Banco União de São Paulo, em 1890.

As aquisições marcaram um divisor de águas na história daquele pacato recanto, que era conhecido como Fazendinha, onde o que não era coberto por muita vegetação nativa era um grande brejo. A vida que transcorria devagar e sem grandes nem bruscas mudanças, tomou um ritmo frenético. Vieram os homens de fora, de países distantes. Eles abriram picadas no mato, aterraram o brejo e passaram a construir represas, usina hidrelétrica, fábricas, estrada de ferro, vila operária. (Martins, 2000, p. 37)

As obras foram iniciadas no mesmo ano, demonstrando que já havia um projeto muito bem estruturado para estas terras. Dessotti (2007) argumenta que o Banco União não tardou em começar suas obras, visando à instalação da fábrica de tecidos.

O Banco União empreendeu simultaneamente: a construção da estrada de ferro, a construção da ponte sobre o rio Sorocaba, a construção dos prédios para a estamparia, e a montagem dos equipamentos. Tudo isso exigia mão-de-obra que Sorocaba não conseguia suprir com sua população. A certeza do emprego passou a atrair pessoas, principalmente imigrantes europeus. (Dessoti, 2007, p. 40)

³⁸ O Salto de Votorantim era conhecido por suas quedas d'água. Dessoti (2007) assinala que o rio Sorocaba atravessa o município de Votorantim e vem desde a represa de Itupararanga, que em tupi-guarani corresponderia a “águas barulhentas”, situada na serra de São Francisco. Segundo a autora, esse primeiro trecho é bastante acidentado em virtude do relevo montanhoso, resultando numa sequência de saltos que além da beleza (narrada por Auguste de Saint Hilaire em 1820, em seu livro *Viagem à Província de São Paulo*), favoreceram a instalação das fábricas a partir da construção de represas, sendo a maior e mais importante a de Itupararanga. Seguindo uma ordem crescente, o último salto é o da atual cachoeira da Chave, que, antes da construção da fábrica, era o famoso salto do Votorantim (Dessoti, 2007, p. 28).

³⁹ Em relação aos recursos hídricos, Almeida (1969), ao retratar a história de Sorocaba, evidencia a importância dos recursos hídricos, referindo-se ao salto de Itupararanga, cuja cachoeira menor foi utilizada, em 1938, pela fábrica de cimento Votoran, e ao salto de Votorantim, aproveitado pela fábrica de tecidos, cuja importância reside, também no fato de haver recebido visitas imperiais. Os recursos hídricos nas terras de Votorantim eram tão ricos que evidenciam-se na construção da cidade, na aquisição das terras pelos bandeirantes, bem como nas três visitas do Imperador Dom Pedro II, narradas por Antônio Francisco Gaspar, pesquisador e autor de várias obras sobre a história de Sorocaba. Segundo esse autor, a visita do Imperador Dom Pedro II deu-se em três momentos: em 1846, quando teria vindo a cavalo, com grande comitiva. Outras duas visitas aconteceram em 1875, para conhecer a Estrada de Ferro Sorocabana, e outra em 1878 (Martins, 2000; Dessotti, 2007; Oliveira, 2008).

No anseio de ver as fábricas funcionando, as obras não paravam; em pouco mais de dois anos, a maioria delas já estavam prontas e funcionando. Em abril de 1892, entrava em funcionamento a estampa de chitas, também conhecida como Fábrica de Chitas, hoje chamada de fábrica velha, cujo belo prédio de tijolos aparentes, no estilo inglês, ainda pode ser avistado.

Figura 2 – Vista panorâmica da Fábrica de Estamparia Votorantim



Fonte: Acervo Sheyla Gianolla, cerca de 1895 (*apud* Martins, 2000, p. 36).

Martins (2000, p. 38) relata que

no início das produções fabris, as chitas vinham cruas da Inglaterra e aqui passavam pelo processo de branqueamento, estampa e acabamento. Posteriormente, foram acrescentados outros setores como de fiação e tecelagem que trabalhavam tanto com o algodão produzido na região como advindos de Pernambuco, em outubro de 1904, a S. A. Fábrica Votorantim tornou-se a maior tecelagem da América do Sul, produzindo, mensalmente, 1.300m de chitas, morins, brins, flanelas e lenços. (Martins, 2000, p. 38)

Para retratar melhor tamanha dimensão deste empreendimento na região de Votorantim, Martins (2000) cita trechos da obra de Wright (1913), *Impressões do Brasil no século XX*:

[...] uma das maiores empresas do Brasil e da América do Sul, possuindo maquinaria a mais completa em seu gênero, mantida em perfeito estado de conservação, num ambiente de extrema limpeza e ordem, que é uma característica da empresa. [...] São 1.300 os seus teares, número que não para de crescer, em que são produzidos artigos em algodão, desde tapetes até as mais finas chitas e grande número de tecidos para vestimentas em variados padrões. (Wright, 1913, p. 410, *apud* Martins, 2000, p. 38-39)

No contexto exposto aqui, a partir da narrativa dos diferentes autores citados (Martins, 2000; Dessotti, 2007; Oliveira, 2008), é possível constatar que a presença e os investimentos do Banco União, do estado de São Paulo, foram de grande relevância para o desenvolvimento de Votorantim. Apesar do grande patrimônio construído, os autores relatam a falência deste

Banco em 1918 decorrente das dificuldades encontradas como: o incêndio que acometeu o depósito de algodão da fábrica e as greves de 1917⁴⁰. Em Votorantim, os operários ficaram por mais de três meses sem salários e também aderiram à greve.

Figura 3 – Capa do jornal Cruzeiro do Sul



Fonte: cervo digital do Jornal Cruzeiro do Sul, data de 17 jul. 1917, p.1.
Página para consulta: digital.jornalcruzeiro.com.br. Acesso em: 15 nov. 2024.

É importante ressaltar a condição de vida dos operários nesse contexto: tanto em São Paulo como em Votorantim, o trabalho era árduo e mal remunerado. Segundo Dean (1976, p. 163):

Homens, mulheres e crianças realizavam trabalho extenuante e perigoso, por longas horas e baixo salário, em média, um industrial paulista, nos anos 1920, recebia por volta de quatro mil-réis (sessenta centavos de dólar) por dia e, para ganhá-los, trabalhava dez horas ou mais, durante seis dias por semana.

Dessotti (2007), citando uma matéria publicada no jornal Cruzeiro do Sul, em julho de 1917, expõe a situação do operariado votorantinense.

⁴⁰ Em julho de 1917, o súbito aparecimento da inflação e a escassez de gêneros alimentícios, motivados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), causaram tremendas dificuldades para as empresas e para os operários. Estes se defenderam com maior sindicalização e militância, provocando inúmeras greves, a primeira das quais foi a de 1917, que começou pelo setor têxtil e se transformou em greve geral. Iniciada na cidade de São Paulo, ela se alastrou para todo interior do Estado (Martins, 2000 p. 56).

Segundo informações que obtivemos de fonte insuspeita há famílias no Votorantim, que, reduzidas à extrema miséria, padecem fome. Fechou-se o armazem fornecedor mas mesmo que estivesse aberto, os operarios faltos de recursos pecuniarios, nada poderiam comprar para matar a fome de seus filhos. É sempre collorindo com magua as suas palavras que os operarios do Votorantim nos contam o que vae por la. A fabrica de tecidos esta fechada, não tendo ainda sido resolvida a sua reabertura por varios impecilhos existentes. Ao que nos consta um comissão operaria precatoria vem a Sorocaba angariar recursos para socorrer os mais necessitados daquela população e minorar-lhes os padecimentos. Parece que é esse por ora, o melhor caminho a seguir. (Cruzeiro do Sul, 1917, p. 02 *apud* Dessotti, 2007, p. 56)

É neste cenário que encontramos a figura de Antônio Pereira Ignácio⁴¹, considerado, dentro da historiografia, uma personalidade importante na história de Votorantim. O Comendador Pereira Ignácio entrou para a história dessa empresa a princípio como arrendatário da fábrica, prestes à falência, e, em 1918, adquiriu suas ações em um leilão, por apenas 5 mil contos de réis em sociedade com Nicolau Scarpa. Mais tarde, compra a parte de seu sócio por 2 mil contos de réis, tornando-se o único proprietário. Oliveira (2008) salienta:

Pereira Ignácio arrendou a fábrica do Banco União, mas não conseguiu evitar sua falência em 1918. Posteriormente, junto com Nicolau Scarpa, comprou em leilão suas dependências. Com o tempo, tornou-se o único proprietário e, dando continuidade aos investimentos, criou a Fábrica de Cimento Votoran, construiu nova usina hidrelétrica, a Santa Helena, cujo nome homenageia sua filha, modernizou a estrada de ferro e alterou o nome do local onde ficava a Serraria de Mármore para Nova Baltar, em homenagem à sua terra natal. (Oliveira, 2008, p. 21)

A formação da Vila Operária dá-se ao redor, inicialmente, da Fábrica de Tecidos; por ali circularem muitas pessoas, vieram para esta região muitos imigrantes, que contribuíram para a formação da cultura local.

Decca (1983), ao retratar o cotidiano da vida operária, refere-se às vantagens das vilas industriais, pois os industriários ofereciam facilidades para que os trabalhadores se dispusessem a permanecer junto aos locais de trabalho. Para a autora, os operários das vilas tinham melhores condições de vida, principalmente nas vilas operárias no interior do estado, como a fábrica Votorantim, localizada a 6km de Sorocaba e 115 km de São Paulo. A indústria teve, no entanto, que construir uma linha férrea para comunicar-se com Sorocaba e praticamente erguer uma cidade operária para moradia de seus trabalhadores.

⁴¹ Antônio Pereira Ignácio nasceu na cidade de Baltar, em Portugal, em 29 de março de 1874. Quando tinha dez anos, emigrou para o Brasil junto com seu pai, fixando-se inicialmente, em Sorocaba. Teve uma modesta sapataria em São Manuel, depois um armazém de secos e molhados em Botucatu, onde se casou com Lucinda Rodrigues Viana, relação da qual tiveram três filhos: João, Paulo e Helena (a qual mais tarde virá a se casar com José Ermírio de Moraes, futuro dono e administrador das empresas Votorantim). Lucinda era nascida em Boituva, local onde Pereira Ignácio, montou um descarçador de algodão e uma serraria. Em Sorocaba, dedicou-se à exploração de algodão, sendo pioneiro no refino do óleo de algodão. Sentindo carência de novos conhecimentos e técnicas mais avançadas, foi para os Estados Unidos; lá passou dois anos trabalhando em fábricas de tecidos de algodão e em usinas que trabalhavam com o caroço do algodão, em Charote, Carolina do Norte. De volta ao Brasil, montou um negócio de descarçamento de algodão e de produção de óleo, ampliando o seu patrimônio. A diversificação da produção da S.A. Votorantim incluía tecidos, cimento, cal, papel, siderurgia e tijolos refratários (Dean, 1971 p. 111; Martins, 2000, p. 58).

Figura 4 – Vila Operária de Votorantim



Fonte: Pinto Jr. (2003, p. 182).

A fábrica está situada em uma vila industrial com população de cerca de 6.000 almas e cerca de 500 casas operárias de propriedade da fábrica, além de 200 casas mais de propriedades de particulares [...] tem água encanada, esgoto, luz elétrica, cinema, clube, igreja (em construção) campo de esportes, futebol, quadra de tennis, enfim, todos os atrativos e passatempos necessários para amenizar a vida dos operários [...] A vida dos operários é muito facilitada com a redução das despesas de alugueis de casa, que a fábrica facilita às famílias operárias de 9\$000, 10\$000 e 12\$000 por mês e por família, casas estas que na capital custariam 45\$000 a 60\$000. Os gêneros alimentícios também [...] nunca excedem os preços dos da capital e de Sorocaba, ao mesmo tempo que os salários são mais elevados que em qualquer outro lugar do estado. (Decca, 1983, s/p).

A instalação desses espaços incentivados e financiados pelo Comendador Antônio Pereira Ignácio pressupõe, no imaginário local, sua grande benesse em relação ao povo. Porém, Dean (1976) afirma que os empresários paulistas suplementavam os baixos salários dos trabalhadores possibilitando acesso a esses benefícios. O autor ironiza:

Sem embargo, pode-se conjecturar que um espírito de paternalismo tenha levado Pereira Ignácio a proporcionar esses serviços tão dadivosamente que o epíteto de “pai dos pobres” caiu espontaneamente aos lábios sinceros dos operários. (Dean, 1976 p. 166)

E continua:

Não transparece desses relatos, todavia, que a administração dirigisse tais serviços com prejuízo. A folha de pagamento da fábrica parece ter sido consideravelmente inferior à da média da indústria de tecidos no Estado; daí o poder argumentar-se que até as instalações de assistência à infância e de recreação fossem deduzidas do ganho dos operários. Além disso, apenas uns poucos dentre esses serviços eram gratuitos. (Dean, 1976 p. 166)

Nessa perspectiva, o trabalho de Pinto Jr. (2003) contribui com a crítica à história dos grandes personagens, em que se evidenciam os poderosos e privilegia-se, através da imprensa local, a visão da elite sorocabana, romantizando o poder exploratório do capitalismo.

Ao analisar matérias publicadas na imprensa sorocabana, Pinto Jr. (2003) posiciona-se diante da visão poética nas notícias transcritas que abordavam as instalações da fábrica Votorantim. Em uma das publicações transcritas pelo autor, afirma-se que, “animados pela vida de trabalho, sentindo-se o palpitar das almas felizes; ouvindo-se os pulmões de aço das máquinas colossais e o vozear dos pulmões fortes dos operários [...]” (Pinto Jr., 2003, p. 170).

Em contraposição, Pinto Jr. (2003, p. 171) destaca:

O olhar romântico apaga o barulho ensurdecedor do interior de uma tecelagem, não vê a poluição causada pela atividade industrial, desconsidera o cansaço das longas jornadas de trabalho e destaca a felicidade dos operários fortes de todas as idades. [...] Pensar em operários fortes significa encontrar boas condições de trabalho e de vida, isto é, bons salários, boa alimentação, boas condições de higiene e moradia. Mas todos os indícios encontrados sobre as condições de trabalho na fábrica Votorantim no início do século XX problematizam esse olhar.

Marcar as contradições é fator condicionante para a compreensão das tramas das relações sociais, em torno da fábrica de tecidos e no distrito de Votorantim como um todo, pois foi esse empreendimento que possibilitou a vinda de muita gente, incluindo imigrantes, em busca de trabalho.

Não é intenção deste capítulo retratar fio a fio a história de Votorantim, mas sim compreender, no entrelaçar das relações, como ela foi se constituindo. Entende-se, dessa maneira, o papel da Vila Operária nos desdobramentos que culminariam na emancipação desse distrito.

Com o aumento populacional e industrial⁴², Votorantim era fonte importante de receita, devido à sua enorme produção industrial, e pouco se via de retorno no distrito por parte da prefeitura de Sorocaba. Consequentemente, o desejo pela emancipação começa a tomar forma

⁴² A diversificação da área de atuação da empresa esteve sempre ligada à demanda do país, algumas vezes até se antecipando a essa demanda por insumos que permitissem o desenvolvimento da indústria brasileira. Isto fez com que a S.A. Fábrica Votorantim, que em 1923 contava com 3400 empregados diretos em algumas poucas indústrias concentradas quase que exclusivamente em Votorantim, se tornasse, por volta dos anos 2000, sob a denominação de Grupo Votorantim, um gigante composto por onze empresas, carregando cerca de 22 mil empregados diretos e com uma receita líquida de algo em torno dos 5 bilhões de reais (Martins, 2000 p. 56).

no final dos anos 1950. No entanto, somente na década de 1960, o movimento pela separação do distrito de Votorantim em relação a Sorocaba tornou-se mais forte, ganhando contornos de reivindicação comunitária (Oliveira, 2008).

Votorantim vivenciou um cenário de disputas entre pessoas que defendiam o SIM (favoráveis à emancipação), apoiados pelas Indústrias Votorantim (Votorantim Tecidos, Votocel e Votoran), que tinham grandes interesses nesse processo, uma vez que Sorocaba pretendia sobretaxar os cimentos da empresa, e o grupo de pessoas que defendiam o NÃO.

Até o início dos anos 60, apesar de possuir inúmeras indústrias e ser poderosa economicamente, dando emprego a quase toda a sua população e para um grande número de sorocabanos, Votorantim não passava de um simples distrito esquecido da administração política de Sorocaba. Toda a assistência necessária à comunidade vinha das fábricas do Grupo Votorantim. Os impostos pagos para a Manchester Paulista eram fabulosos, mas sem retorno. Foi então que nasceu a idéia da emancipação política e econômica. A fábrica distribuía cortes de tecidos estampados com os motivos do desmembramento e com eles as pessoas faziam vestidos, saias, lenços, toalhas de mesa, lençóis, cortinas, camisas, etc. As ruas cobertas de faixas e cartazes, as pessoas vestidas com roupas alusivas ao acontecimento, aglomeradas em passeatas, comícios, reuniões e festividades, davam o tom colorido da campanha, que ganhava força e culminou com a vitória do SIM. No meio da multidão eufórica, o gerente da fábrica de tecidos, senhor Gianolla⁴³, subiu na parte mais alta do escritório da fábrica. Lá ele hasteou a bandeira, que era um dos cartazes da campanha, que tremulava no alto, admirada pela multidão que cantava, dançava e soltava fogos de artifício. Votorantim tornara-se independente política e economicamente. Passado algum tempo, despertava para a realidade aquilo que fora feito no papel. Aqui está Votorantim, a cidade prosperando, seguindo para o futuro. (Campos, 2000, *apud* Martins, 2000, p. 183)

Após o plebiscito, com a vitória do SIM, Votorantim, torna-se independente política e economicamente, no dia 1 de dezembro de 1964, oficializada pela Lei Estadual 8.092/64. Porém, as eleições só puderam ocorrer em 1965, ano oficial da instalação político administrativa de Votorantim.

Com o passar dos anos, a cidade de Votorantim se expandiu; muitos imigrantes vieram com suas famílias em busca de trabalho. O distrito, que até a década de 1950 contava com aproximadamente 15000 habitantes, hoje, segundo fontes do IBGE (censo do ano de 2022), conta com a população estimada de 127.923 pessoas⁴⁴.

⁴³ Mathias Gianolla, gerente da fábrica de tecidos, começou a trabalhar na fábrica quando ainda tinha 12 anos, como porteiro. Passou por vários cargos na Fábrica, trabalhou como chapeiro, contínuo, escriturário, chefe e diretor. Tinha contato direto com o senador José Ermírio de Moraes (Martins, 2000 p. 180).

⁴⁴ Para mais informações sobre a cidade de Votorantim, pode-se consultar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/votorantim/panorama>. Acesso em: 06 nov. 2024.

3.2 A criação das escolas maternas a partir das demandas da classe operária

Figura 5 – Mães operárias⁴⁵



Fonte: Acervo AVAM. Data: 06 jan. 1944.

A imagem acima retrata mães operárias, com seus filhos no colo, indo deixá-los para poderem trabalhar, ou buscando-os, após um dia de muito labor. Se é ida ou volta, não é possível identificar: sabe-se apenas que os registros fotográficos da Escola Maternal e Creche Votorantim eram encomendados pelo Comendador Pereira Ignácio, sempre que havia alguma comemoração ou visita que ele considerava de notoriedade. Nesse sentido, Kossoy (2020) salienta:

Toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros – que foram produzidos como uma finalidade documental – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico. (Kossoy, 2020, p. 51)

⁴⁵ Embora a imagem tenha sido retratada na década de 1940, como explicitado no item metodologia, essa relação das mães com as crianças, pode ser observada nos registros escritos também, das décadas de 1920 e 1930, esse registro fotográfico pode contribuir com a visão tanto do espaço como do significado dessas mães com o trabalho.

Deixar os filhos na Escola Maternal e Creche Votorantim não seria muito uma “escolha” para as mães e pais que precisavam sustentar seus lares; os operários sofriam com a exploração do seu trabalho, por longas jornadas mal remuneradas, abuso do trabalho infantil e feminino, pagamento ainda menor para estes últimos.

Nesse sentido, a condição de vida do operário era muito difícil; não havia muitas diferenças entre o que aconteceu na Inglaterra nos tempos da industrialização ou Brasil afora, tanto em São Paulo quanto em Sorocaba, nos aglomerados de fábricas de tecidos⁴⁶, ou ainda, na Fábrica Votorantim.

Em decorrência do trabalho feminino, em que a mulher passava em torno de 10, 12 ou até mais horas diárias, ela não poderia cuidar dos filhos e nem mesmo da sua casa. As crianças menores, que ainda não podiam trabalhar, eram deixadas aos cuidados dos filhos mais velhos, familiares e vizinhos, enquanto a mãe trabalhava para lhes dar sustento. Nesse período, não havia uma instituição que cuidasse das crianças⁴⁷.

Como já foi exposto anteriormente, as greves operárias do início do século XX atingiram diretamente as fábricas Sorocabanas; os trabalhadores reivindicam redução de jornada, melhores condições e regulamentações para o de trabalho fabril. Locais que cuidassem das crianças também foram assunto tratado pelos operários e industriais.

A necessidade da creche, como forma de assistência aos funcionários, foi evidenciada por Dessotti (2007); a autora aponta a existência da Sociedade Beneficente dos Empregados da Fábrica de Votorantim, que, em suas palavras, teve vida longa. A autora relata o fato exposto no jornal *Cruzeiro do Sul*, em setembro do ano de 1914, quando os sócios (operários) foram convocados para uma reunião com a diretoria da Fábrica que ainda pertencia ao Banco União para tratar sobre a incorporação da sociedade à Caixa Médica, que seria organizada pela administração da fábrica; naquele momento, ela estava sob direção do senhor Antonio Pereira Ignácio.

⁴⁶ Desde 1909, a Cia Nacional de Estamparia conta com moderno centro de fiação e tecelagem, composta por indústria de fiação, tecelagem e estamparia. Fábrica São Paulo (estamparia), Fábrica Santo Antônio (fiação e tecelagem) e Fábrica Santa Rosália (fiação e tecelagem) (Kishimoto, 1988, p. 247).

⁴⁷ Ainda em relação às más condições de trabalho, Rago (2002 *apud* Mello, 2008, p. 165) constata que – de modo geral – as mulheres trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem com escassa mecanização, estando ausentes dos setores como metalurgia, calçados e mobiliário, ocupados pelos homens. No ano de 1912, segundo o Departamento Estadual de Trabalho, de sete estabelecimentos visitados, num total de 1.775 operários, 1.340 eram do sexo feminino; em 1919, as mulheres continuavam a ser a maioria no ramo. Os jornais operários também denunciavam a situação das mulheres e crianças, sendo que algumas fábricas de fiação chegavam a ter 90% de seus empregados entre mulheres e crianças; empregavam até mesmo crianças com apenas 7 anos de idade. Muitas mulheres eram também costureiras e completavam sua renda trabalhando em casa, até 18 horas por dia, para alguma fábrica de chapéu ou alfaiataria, um negócio lucrativo para os industriais, que deixavam de pagar impostos.

A caixa médica criará um “crèche” azilo este onde se recolherão as crianças menores de dois anos cujas mães estejam a trabalhar na fabrica, manterá um medico, um farmacêutico residente aqui, uma pharmacia onde por módicos preços os associados encontram tudo que precisem, uma parteira e um dentista; organizará um fundo especial destinado à hygiene publica (Cruzeiro do Sul, 1914, p. 02).

Segundo Dessotti (2017), nessa ocasião, estranhamente, os funcionários decidiram por dissolver a sociedade e passaram a integrar a caixa médica proposta pela empresa. A autora, explica a estranheza da atitude pelo fato desses operários terem participado das greves exigindo a saída do diretor Antonio Pereira Ignácio e do mestre Piatti, pela maneira truculenta com que tratavam seus empregados.

Esse trecho da matéria publicada pelo Jornal Cruzeiro do Sul evidencia também que a Escola Maternal e Creche não existia “informalmente”, como foi considerado por Martins, antes de 1925/1926. Uma outra publicação do mesmo Jornal, em fevereiro de 1925, também expõe a necessidade de reforma no prédio para adequá-lo, para o funcionamento da Escola Maternal, pois esse local fora construído a fim funcionar como um pensionato/hotel para receber pessoas que vinham de fora para trabalhar na fábrica de tecidos.

A vida dos operários era controlada pelas benfeitorias de seu patrão; os que não tivessem bom comportamento perdiam seus privilégios; de forma consentida ou não, eram silenciados, pela necessidade de sobrevivência. Nesse sentido, Dessotti (2017) afirma:

O pseudo paternalismo é uma estratégia de manipulação eficaz em que o empregado não tem consciência dessa dependência ou é compelido a aceitá-la pelas vicissitudes da vida. Nem sempre o controle e a dominação precisam ser necessariamente explícitos ou pela força, as algemas podem ser de lã. (Dessotti, 2017, p. 73)

No caso das Vilas Operárias, e principalmente em Votorantim, objeto de estudo dessa pesquisa, toda a vida operária era controlada por Antonio Pereira Ignácio. Warren Dean (1976) relata os custos e controle da fábrica sobre os operários.

A habitação custava de nove a doze mil réis, descontados de um salário médio de oitenta e oito mil réis mensais, a eletricidade mais dois – mil réis por lâmpada, e os serviços médicos se deduziam à razão de 2% do salário mensal. Os professores eram pagos pelo estado, a fábrica só fornecia o prédio e o armazém era arrendado, mas inspecionado pela administração da fábrica. Os trabalhadores que desejassem visitar Sorocaba viajavam pela estrada de ferro da companhia e, ao que tudo indica, pagavam um mil-réis por passagem, valor alto, que se justificaria pelo interesse de que não houvesse contato dos operários com o exterior. (Dean, 1976, p. 166)

Além do controle exercido pelos proprietários das indústrias, Kishimoto (1988) apresenta uma reflexão apoiando-se nos estudos de Eva Blay (1985, p. 38) sobre a participação da mão de obra imigrante na formação das vilas operárias. Esses imigrantes eram alfabetizados, profissionais, conscientes dos problemas sociais. Eram fruto de todo o desenvolvimento

industrial inglês na segunda metade do século XVIII em diante, o que poderia levá-los a reivindicar por melhores condições de habitações e educação.

É evidente que não havia benfeitorias sem que houvesse interesses por parte da administração: todo o investimento nas vilas traria um retorno financeiro aos capitalistas. Oferecer creche e escola maternal para os filhos dos operários garantiria uma maior produção, uma vez que essas mães poderiam trabalhar tranquilas sabendo que teriam seus filhos amparados e bem cuidados.

O interesse pela produtividade, em consonância com a criação da creche e escola maternal, pode ser percebido no relato sobre o trem dos homens e o trem das mulheres, apresentado por Martins (2000, p. 52):

A primeira turma de operários da Fábrica de Tecidos, que entrava às cinco horas da manhã, ia separada: homens iam num trem e as mulheres em outro. O trem das mulheres, no qual só havia dois homens, o chefe do trem e o motoneiro, saía às 4h15 min. No banco da frente, que chamávamos de “blindado”, iam só mulheres que tinham crianças. Nos demais carros iam mulheres que não tinham filhos. Aquele trem saía primeiro (o trem dos homens saía às 4h25 min.) para que as mulheres pudessem chegar na frente, agasalhar os seus filhos e colocá-los na creche, onde algumas mulheres e uma professora ficavam tomando conta deles. Na volta acontecia o inverso.

O trem das mulheres com filhos saía ainda mais cedo: não bastasse a sobrecarga das horas trabalhadas em casa e dentro da fábrica, a mulher operária deveria sair de sua residência mais cedo para deixar seu filho na creche ou escola maternal; a máquina não poderia esperar, a trabalhadora – mulher e mãe – não poderia se atrasar. Além da sobrecarga feminina, encontramos também no relato o machismo posto nas relações, destinando a responsabilidade dos filhos apenas às mulheres.

A questão é saber: seria benevolência da administração fabril destinar um trem 10 minutos mais cedo para que as mães operárias deixassem seus bebês na creche ou seria interesse na produção e no capital que estariam ganhando? Nesse caso, tempo é dinheiro.

4 A ESCOLA MATERNAL E CRECHE VOTORANTIM

Este capítulo tratará da trajetória histórica da Escola Maternal e Creche das Indústrias Sociedade Anônima Votorantim, compreendendo as demandas de seu advento, bem como a oficialização de seu funcionamento e consolidação do atendimento dispensado às crianças do operariado da fábrica. Este percurso não foge à lógica de seu tempo histórico, considerando-se o seu entrelaçamento com os aspectos de cunho político, social e econômico.

Figura 6 – Escola Maternal e Creche



Fonte: Acervo AVAM; sem data⁴⁸.

4.1 Legislações e o funcionamento da Escola Maternal e Creche Votorantim

No contexto de modernização da Primeira República, e da regularização por meio de normativas e legislações das creches e escolas maternas e do atendimento às crianças, é importante recordar que a preocupação do Estado, nesse momento, era ínfima; o discurso propagado referente à necessidade desses estabelecimentos ligava-se com a preocupação da

⁴⁸ Foram encontradas várias imagens que retratam a fachada da Escola Maternal e Creche Votorantim, as fotos não datavam um período específico, mas foi possível perceber que a fachada permaneceu a mesma durante décadas.

disseminação de moléstias e epidemias, devido à situação precária de higiene em que viviam as classes populares urbanas.

Os discursos políticos e dos médicos higienistas da época, como Dr. Moncorvo Filho, foram importantes para a mobilização e a participação do Estado com apoio financeiro a essas instituições. No ano de 1890 é que se constatam, por meio do Decreto nº 439, as primeiras intenções do Estado em subvencionar as instituições de atendimento à infância no país.

Art. 11º. – O Governo providenciará, pelos meios a seu alcance, afim de que a administração da Santa Casa de Misericórdia modifique o regulamento da denominada – Casa de Expostos – de modo que a protecção á vida e saúde dos recém-nascidos abandonados por seus progenitores se realize por modo mais efficaz, assim como auxiliará com os recursos de que dispuzer e segundo regras que por lei foram estabelecidas, as crèches e casas de asylo fundadas por iniciativa particular no município da Capital Federal⁴⁹.

Segundo Mello (2008), apesar do decreto, a situação não se modifica. O Estado apresenta uma intenção de modificar a situação da Roda dos Expostos e de estender às instituições, como creches e asilos, as funções de guarda e cuidados das crianças desamparadas, com auxílio público. O Estado se compromete com o auxílio financeiro às instituições de caráter privado ou filantrópico, não como uma ação de expansão promovida diretamente pelo próprio Estado, e sim com um auxílio subsidiário às instituições já existentes.

No Brasil, a participação efetiva do Estado nas políticas destinadas ao atendimento às crianças em creche e escolas maternas dar-se-á a partir da promulgação da Lei 1750 de 8 de dezembro de 1920. Ela trata da abrangência do ensino público, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, que diz: “Onde houver continuidade do ensino, e o exigirem as necessidades sociaes, o Governo installará escolas maternas, de preferência junto a fabricas que offereçam casa para a installação e alimentos às crianças”⁵⁰.

Retrato da situação política e social do país, a participação oficial na criação e manutenção de creches e escolas maternas, conforme Kishimoto (1988), insere-se na concepção do Estado com a função de suplência em matéria de educação. Para a autora, essa questão aparece desde a discussão da Constituinte em 1891, na proposta vencedora de João Monteiro, que defendia a necessidade de intervenção oficial na educação, atribuindo ao Estado a função supletiva da incapacidade individual. Kishimoto (1988) reforça ainda que, uma vez que a ação supletiva se destinava para instituições que não provinham de recursos públicos, na

⁴⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-439-31-maio-1890-503049-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 nov. 2024.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html>. Acesso em: 27 nov. 2024.

prática, o Estado acabou por subvencionar toda e qualquer associação particular que se propusesse a criar e manter escolas (Kishimoto, 1988, p. 243).

Após a publicação da lei nº1750 em 1920, foi promulgado o decreto nº 3.356⁵¹, no dia 31 de maio de 1921, o qual determinava as condições para a instalação das escolas maternas junto das fábricas, com a participação do Estado. Em seu Capítulo II, das “Escola Maternaes”, consta:

Artigo 86. - Onde houver continuidade de ensino, e o exigirem as necessidades sociais, o Governo instalará escolas maternas. (Lei n. 1.750, art. 1.º § 1º)

Artigo 87. - O governo instalará escolas maternas junto às fabricas cujas direcções assumirem o compromisso:

1.º - de fornecer local conveniente a juizo do governo, para 120 alumnos pelo menos, durante o prazo mínimo de tres annos;

2.º - de fornecer alimentação necessaria, para esse mesmo numero de crianças, durante prazo identico.

Artigo 88. - Durante as horas do trabalho, serão recebidos nas escolas maternaes, os filhos dos operarios, aos quaes será proporcionada a educação analoga á dos jardins da infancia.

Artigo 89. - Para a matricula nas escolas maternaes a criança deverá reunir os seguintes requisitos:

a) ser filho de operario;

b) ter mais de tres annos e menos de oito;

c) não padecer de moléstia contagiosa, repugnante ou que possa diffcultar a disciplina do estabelecimento.

Artigo 90. - O governo escollerá para servir em comissão, o pessoal necessario para as escolas maternaes, entre os professores que por terem sido supprimidas as suas classes estiverem em disponibilidade nos grupos escolares e escolas reunidas.

Artigo 91. - Em tempo opportuno o governo dará um regimento interno as escolas maternaes.

Artigo 92. - As escolas maternaes funcckionarão todos os dias uteis, das 8 ás 17 horas, não havendo ferias.

Artigo 93. - Os funcionarios das escolas maternaes terão direito a 15 dias de ferias por anno, sem desconto de seus vencimentos.

Desse modo, o fornecimento do local para a instalação das Escolas Maternais era de responsabilidade das fábricas, bem como a alimentação das crianças, além da garantia de que seu funcionamento fosse no período das 8h00 às 17h00.

No ano de 1924, mais uma legislação foi publicada no âmbito do governo do Presidente do Estado Carlos de Campos. A Lei nº 2014 de 26 de dezembro de 1924⁵² dispunha especificamente da Instalação das Escolas Maternais e Creches anexas às fábricas.

Artigo 1.º - O Poder Executivo poderá installar escolas maternaes e crèches annexas, junto às fabricas, cujas direcções fornecerão predio conveniente para 120 alumnos, pelo menos assim como a alimentação necessaria para esse numero de crianças e para o pessoal docente e administrativo.

⁵¹ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto-3356-31.05.1921.html>. Acesso em: 25 nov. 2024

⁵² Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2014-26.12.1924.html>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Artigo 2.º - As escolas maternas e crèches destinam-se a receber os filhos dos operários, proporcionando aos de menos de 3 annos os cuidados necessários e aos de 3 a 7 annos a educação analoga á dos jardins da infancia, durante as horas de trabalho dos operários.

Artigo 3.º - Fôr o medico e o dentista, que forem necessários e cujos serviços deverão ser custeados pela direcção das fabricas, o pessoal administrativo e docente compor-se-á de:

[...]

Artigo 4.º - As escolas maternas e crèches funcionarão todos os dias uteis, durante o periodo do funcionamento das fabricas, não havendo férias.

Artigo 5.º - Os funcionários das escolas maternas e crèches terão direito a 15 dias de férias, por anno, sem desconto nos seus vencimentos.

Artigo 6.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os necessários credits para execução da presente lei, que entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 7.º - Revogam-se as disposições em contrario.

Figura 7 – Custos das escolas maternas com administrativo e docente, especificado na Lei nº 2014

	Annues
1 directora com	7:200\$000
1 sub-directora com.	9:000\$000
4 professoras a 6:600\$000.	26:400\$000
4 auxiliares a 3:000\$000	12:000\$000
3 guardeans a 2:400\$000	7:200\$000
3 auxiliares (para a créch) a 2:400\$000	7:200\$000
1 porteiro	3:000\$000
2 serventes a 1:800\$000	3:600\$000
2 cozinheiras a 1:800\$000	2:600\$000
1 copeiro e dispenseira.	1:800\$000

Fonte: Lei nº 2014 de 26 de dezembro de 1924.

A Lei 2014 de 1924 alterou algumas questões previstas na legislação anterior; a partir dessa lei, em seu artigo 2º, a idade máxima para as crianças permanecerem nas instituições passou a 7 anos, um a menos que o previsto anteriormente; além disso, a responsabilidade com a alimentação se estendeu aos funcionários administrativos e professores. Nessa nova lei, aparecem também a figura do médico e do dentista como responsabilidade das fábricas, bem como todos os cargos necessários para que a escola maternal e creche viesse a funcionar, tais como: 1 diretora, 1 sub-diretora, 4 professoras, 4 auxiliares, 3 guardiãs, 3 auxiliares para a creche, 1 porteiro, 2 serventes, 2 cozinheiras e 1 copeiro.

A regulamentação desta lei veio por meio do Decreto nº 3.708⁵³, em 30 de abril do ano de 1924. Ele aprovou o Regimento Interno das Escolas Maternais, previsto no artigo 91 do decreto nº 3.356 de 1921, o qual dispunha que, em momento oportuno, o governo criaria um regimento para as escolas maternas. Ao tratar das questões pedagógicas, o referido documento afirma que o ensino será ministrado pela educação dos sentidos, segundo formas preconizadas por Froebel e Montessori, adaptadas às condições do meio existente à época.

⁵³ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1924/decreto-3708-30.04.1924.html>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Uma nova regulamentação para as escolas maternais foi publicada em 1925⁵⁴, a partir do decreto nº 3.847 do dia 14 de maio desse mesmo ano. Dentre as proposições estabelecidas, fica claro que esses estabelecimentos são destinados a prestar cuidados familiares às crianças dos operários em horário de trabalho, além da obrigatoriedade da oferta da creche para as crianças menores de 3 anos (anexa à escola maternal). Segundo consta no referido decreto, em seu artigo 2º, essas instituições terão como objetivo principal: cuidar da educação, da higiene e do desenvolvimento físico, intelectual e moral das crianças nelas matriculadas.

Esse decreto, de 87 artigos e 4 anexos complementares, é bastante consistente: especifica desde a planta do prédio onde deverá ser instalada a Escola Maternal e normatiza questões referentes à higiene, à disciplina, à chamada dos alunos, às atribuições de todos os funcionários que trabalham na instituição e aos critérios para frequentar o ambiente escolar. Um exemplo é o artigo 6º, que, além de propor quais deveriam ser os quesitos necessários para a matrícula, estabelece em seu parágrafo único: “A prova de qualidade de operário será feita mediante attestado do proprietario da fabrica; a de idade, mediante certidão de registo civil; e a dos requisitos da letra c, mediante attestado do medico da Escola”.

Fica bastante claro que esse parágrafo é uma forma legal de condicionar os operários à boa vontade de seu patrão, uma vez que a permanência dos filhos na Escola Maternal ou creche também dependeria da postura do pai, no serviço. Caso os pais participassem de greves ou “promovessem a desordem” no ambiente de trabalho, a criança perderia a vaga na creche.

A questão pedagógica também foi pontuada neste Decreto, em seu Capítulo III, dos artigos 15 ao 18. Considerando a questão educativa das escolas maternais, elas deveriam utilizar materiais e mobiliários montessorianos para a educação e desenvolvimento dos sentidos, bem como outros materiais que a prática e a observação julgassem necessárias, como os cantos de atividades. Os trabalhos manuais deveriam ser ensinados pela própria professora e suas auxiliares.

As questões pedagógicas voltam ao corpo, no último artigo do Decreto, afirmando como as crianças devem ser tratadas por seus cuidadores, assim como toda a liberdade que elas deveriam gozar no ato de aprender.

Artigo 83. - A directora e professoras das Escolas Maternaes não deverão perder nunca de vista o objectivo do artigo 2.º, pondo em acção todos os recursos de sem tacto e delicadeza moraes para corrigirem as más inclinações das crianças e estimularem-lhes as boas devendo considerar a Escola como uma familia ampliada, e conduzir a educação das criancinhas como o faria uma mãe solicita e intelligente em relação aos seus filhos.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3847-14.05.1925.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Parapho unico. - As crianças precisam, pois deixadas em inteira liberdade, afim de se lhes conhecer as tendencias, podendo entrar e sair a bel prazer, para as salas de aula, para o jardim, sem qualquer coação à sua liberdade; assim as aulas não poderão ser collectivas e a reunião das crianças para qualquer lição estará em relação ao grau de interesse que esta lhes despertar.

A questão que emerge aqui é: as determinações pedagógicas constantes do Decreto Estadual nº 3.847 teriam saído do papel? O ideário pedagógico montessoriano/froebeliano tenha alcançado efetivamente a prática docente da Escola Maternal e Creche da Vila Operária em Votorantim? Questionamentos que só poderão ser respondidos após a análise da documentação coletada na escola, dentre elas, o livro de inspeção escolar, bem como registros iconográficos, e documentos oficiais que reportam à instituição.

Como podemos perceber, o interesse pela criação e manutenção das escolas maternas, parte, sim, da demanda operária, das reivindicações por melhores condições de trabalho. Porém, também está diretamente ligada ao interesse da indústria, do controle dos funcionários e do aumento da produção, da mesma forma que atende ao interesse do governo em fomentar as indústrias, em ampliar e em criar melhores condições para o desenvolvimento industrial no Estado de São Paulo, o que resultaria em uma maior arrecadação de impostos, na medida em que permite maior produtividade nas indústrias.

A primeira escola maternal nesse segmento foi instalada em Sorocaba, iniciando suas atividades em março de 1924, nas empresas da Cia Nacional de Estamparia, de Oetterer, Speers & Companhia, uma escola maternal para atender operários das fábricas Santa Rosália e Santo Antônio. Essas duas fábricas estavam rodeadas pela vila operária, com cerca de 150 a 230 casas, e a escola maternal atendia os filhos dos operários residentes nessa vila.

Kishimoto (1988) comenta a publicação do jornal matutino Sorocabano⁵⁵, o qual afirmava, em publicação no dia 22 de abril de 1924, que a razão que levou o governo paulista à instalação das escolas maternas seria “a moderna concepção de assistência social”.

Associar a instalação de estabelecimentos infantis às questões de natureza social parece contradizer as características do governo Washington Luís, para o qual a questão social seria caso de polícia. Kishimoto (1988, p. 247) explica:

É provável que o protecionismo às indústrias tenha sido a motivação política mais profunda para a aprovação da proposta de natureza social de Sampaio Dória. Parece mais lógico entender que o favorecimento das indústrias seja responsável pela concretização de duas medidas concomitantes, no polo sorocabano, a saber: a instalação de escolas maternas para os filhos dos operários e a criação de uma estrada de rodagem que liga São Paulo a Sorocaba. (Kishimoto, 1988 p. 247)

⁵⁵ Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 22 de abril de 1924 (*apud* Kishimoto, 1988 p. 247).

Figura 8 – Visita do Governador do Estado a Escola Maternal Santa Rosália

Was- ouza, ossas reta- soas oços for- erra orço pelo sus- icia- ude non- osas do uma lpes o da con- pre- O o a a ente em- está no ser su- na dis- uno dos dos go- do, A visita official de hoje apre- senta ainda para Sorocaba outra face brilhante: a inauguração da escola maternal de Santa Rosá- lia, importante estabelecimento de assistência e de instrução à infancia operaria local e instituto dos mais modernos, que veio acudir a uma necessidade laten- te num centro de importancia industrial como o nosso. Gosando das primicias dessa nova iniciativa no ramo adminis- trativo que superintende aos as- sumptos da instrução publica, a Manchester paulista grato será, sem duvida, ver surgir no seu operoso meio social o rebento de uma sementeira magnifica, outro valor inestimavel nesta hora creditado ao benemerito Governo do Estado. Consequencia de ideas novas e da moderna concepção da as- sistencia official, educativa e in- structiva, resultante das contingen- cias provocadas pela propria ci- vilização, a escola maternal re- presenta tanto de grandioso, na sua modesta apparencia, que a sua criação dá direito ás benções dos corações bons e bem for- mados. E folgamos deveras ao lembrar que, ao lado das benções lançadas sobre a benemerencia dessa iniciativa official, uma parte deve ficar como um direito dos dignos directores da firma Oette- rer, Speers & Cia., a cujo espirito adeantado e culto de moder- nos industriaes, deve o Gover- no do Estado o indispensavel au- xilio para a realisação do novo e grande empreendimento.	 cimento ao applauso incondicio- nal. Pessima escola essa, que veio annuiar o entendimento das populações, offuscando o brilho da virtude, desmerecendo o qui- late adamantino da sinceridade. Homens que, guindados ao po- der pela extravagancia mysterio- sa da Sorte, com a ajuda da má politica e ainda como consequen- cia da nossa inercia civica, des- governaram com escandalo, des- graçando o Paiz ou infelicitando determinadas regiões, têm re- cebido dos thuriferarios de emer- gencia incenso em profusão. Si tal fosse a regra absoluta, eter- namente infeliz seria esta rica as homenagens que hoje lhe tributa o nosso povo, o «Cru- zeiro do Sul», o velho organ do Partido Republicano local, apresenta as suas mais effusivas saudações. As festas de hoje E' hoje finalmente que se rea- lisam as grandes festas promo- vidas pela n ssa Camara Muni- cipal em homenagem ao exmo. sr. dr. Washington Luis, digno Presidente do Estado, aos seus distinctos secretarios de Governo e á illustre comitiva que o accom-	São I ceiro São I rigir s do o depois será s Ao presen- cia de um pe Força nacion ção musica honras guida, blico Vicent um pe execut escolh Ser partirá Rosali entra trial, p ma O operar lisada, sino e ta Ros mo n ao edi será in estabe infanci o disc Marian do do A's tincta da na mercial senhor recebid
---	--	---

Fonte: Acervo digital do Jornal Cruzeiro do Sul, 22 de abril de 1924, p. 1.

Ao analisar o conteúdo e os idealizadores do que se publica na imprensa periódica, Luca (2006) afirma:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegera como digno de chegar até o público. (Luca, 2006, p. 139)

Na matéria da Figura 8, fica manifesto a escolha feita pela imprensa Sorocaba, apresentando um discurso persuasivo e ufanoso, elevando os grandes feitos do Governador e de seus industriais. Propagam-se palavras eloquentes e romantizadas, tratando-os praticamente como heróis por promoverem tantas benfeitorias em favor das crianças filhas das mães operárias e pais operários, contribuindo para o progresso da cidade.

4.2 O início das atividades na Escola Maternal e Creche e o papel de Joana Grassi Fagundes

A implementação e funcionamento da Escola Maternal e Creche Votorantim contou com a participação fundamental da inspetora de Escola Maternal Joana Grassi Fagundes⁵⁶. Desde os primeiros dias e funcionamento desta instituição, esteve presente para acompanhar e orientar na organização do estabelecimento educacional.

Seu papel nesse movimento inicia-se antes do começo das atividades, quando participa da inspeção da futura acomodação da Escola Maternal e Creche. No ano de 1925, já em vias de instalação desta instituição, o jornal *Cruzeiro do Sul* noticiava a comitiva de educadores, dentre eles o diretor geral da instrução pública, Pedro Voss, os quais tinham por finalidade examinar as dependências do prédio oferecido pela fábrica Votorantim para o funcionamento do estabelecimento. Conforme a notícia,

seguiram todos para Votorantim em bonde especial, posto á disposição pela administração da fábrica ali localizada, afim de ser examinada pelos distintos educadores a casa que a fabrica Votorantim oferece para provisoriamente ali se instalar a segunda escola maternal oficial do Estado. Alvo da proverbial gentileza dos altos funcionários daquele estabelecimento industrial, srs. José Ermírio de Moraes, cap. Augusto César do Nascimento Filho e dr. Gastão Bierrembach Lima. Aceitaram a oferta da casa em que ate há bem pouco funcionou o Hotel e Pensão Votorantim. A nova escola, que feita no prédio ligeiras adaptações, deverá se instalar em começos próximo mez de abril, será mais um centro proveitoso de educação da infância que virá beneficiar o nosso meio operário. (*Cruzeiro do Sul*, 1925, p. 02)

Segundo Dessotti (2007 p. 187), algum tempo após a vinda do diretor geral da instrução pública, compareceu a Sorocaba a inspetora das escolas maternais, a professora Joanna “das Graças” Fagundes. A autora ressalta ainda que os cargos para a direção e inspeção de escolas maternais somente poderiam ser ocupados por mulheres, uma vez que a puericultura não seria compatível com as atribuições masculinas.

O nome correto dessa professora era Joanna Grassi Fagundes, que, à época da inauguração da escola, foi convidada para desempenhar o cargo de inspetora especial de Creches e Escolas Maternais, contribuindo com sua prática e experiência, no processo formativo das educadoras da Escola Maternal.

⁵⁶ Joana Grassi, professora do Jardim de Infância Caetano de Campos, conforme dados biográficos do Arquivo do dessa instituição, dispunha de boa formação, com cursos de música, trabalhos manuais, francês, além de diploma da Escola Normal. Por ser “bonita, mocinha, alegre, comunicativa, educada e mimosa”, parece ter sido convidada a ser mestra antes mesmo de terminar os exames da escola. Para os companheiros de trabalho, “D. Joaninha” representava o ideal de jardineira. Amava as criancinhas, com elas se identifica, por elas estudava e esforçava-se. Posteriormente, essa jardineira ocupou cargos de direção e inspeção (Kishimoto, 1988 p. 103).

Joana Grassi Fagundes nasceu em Rio Claro (SP) no dia 27 de maio de 1877, filha de João Batista Grassi e Marcolina Rodrigues de Almeida Grassi. Chamada desde pequena de Joaquina pelos irmãos, acabou assim conhecida por toda sua vida. Mudou-se com a família para Descalvado (SP) onde passou toda a sua infância. Foi aluna da escola primária dirigida pelos professores Olímpio e Maria Catão e por lá iniciou seus estudos de música, que a revelaram uma talentosa pianista. Quando a família mudou-se para São Paulo, passou a estudar no Externato São José, onde se preparou para ingressar na Escola Normal, de onde sairia formada em 1895. (Golombek, 2016, p. 194)

Joana Grassi foi auxiliar da professora Rosina Soares⁵⁷ na implementação do Jardim de Infância, anexa à Escola Normal, no ano de 1896, a pedido de Gabriel Preste, diretor da Escola Normal, que empolgado com a metodologia froebeliana, pretendia difundir e introduzir em São Paulo esse método para crianças de quatro a sete anos.

Para isso, Rosina Nogueira Soares, que conhecia o idioma alemão, e tinha experiência com os jardins de infância onde já havia trabalhado, foi responsável por preparar e “formar” as primeiras professoras que iriam assumir as salas do Jardim da Infância. Dentre elas, estava Joana Grassi, que conheceu os estudos e materiais froebelianos por intermédio dessa professora.

Golombek (2016) reitera que os materiais froebelianos foram importados dos Estados Unidos e chegaram no Brasil por volta de maio de 1896. Entre esses materiais, havia caixas com elementos como cilindros, cones, cubos, e esferas de madeira, jogos diversos, instrumentos musicais, além da espécie de um órgão portátil. Durante muito tempo, esses instrumentos foram utilizados nas aulas de canto e marchas cantadas.

É interessante notar que, nesse período, é publicada a Revista Jardim de Infância Vol. I, com o intuito de difundir as práticas empregadas nesses estabelecimentos, bem como organizar o sistema de trabalho froebeliano. Ela deveria tornar-se, nas palavras de Gabriel Prestes, “um guia prático”. Nessa edição, a inspetora da escola, Maria Ernestina Varella, comenta em seu relatório enviado ao diretor da Escola Normal, sobre a falta de materiais e as necessidades de se fazerem adaptações, por ainda terem pouco conhecimento sobre o sistema froebeliano.

A prática de escrever revistas e cartilhas de ensino são aspectos partilhados de um legado fundamentado entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Para Golombek (2016), muitos dos professores da Escola Normal da Capital contribuíram para a fundação desse movimento.

Eles integravam a elite educacional que após a reforma republicana da instrução pública paulista, iniciada em 1890, foi responsável pela proposição e implementação modelos de instrução pública seguidos em outros estados brasileiros. (Golombek, 2016, p. 162)

⁵⁷ Rosina Nogueira Soares nasceu na Itália, fez curso na Escola Magistral de Trento e praticou no Jardim de Infância e na sua Escola modelo anexa. Lecionou em seguida no *Kindergarten* de Kaltern, na região de Tirol, e em St. Polten, ambas na Áustria (Golombek, 2016, p. 305).

Figura 9 – Zalina Rolim, Rosina Soares e Joana Grassi à direita



Fonte: Acervo CRE Mario Covas – EFAP-SEE- SP (*apud* Golombek, 2016 p. 194).

Joana Grassi também contribui com publicações na Revista Jardim de Infância vol. I e vol. II, escrevendo artigos com o tema “O Brinquedo no Jardim de Infancia” em 1896 e “Números Quebrados” em 1897. Em sua primeira publicação, a professora afirma a importância da utilização da música e do brinquedo para a educação das crianças pequenas, salientando serem esses recursos capazes de despertar os sentimentos mais nobres das crianças, além de desenvolver hábitos de ordem e valores morais. Para isso, salienta que nada melhor do que a prática para provar sua afirmação.

Achando-se as crianças sentadas nos seus lugares, dá-se o primeiro signal com a campainha afim de ficarem atentas; ao segundo, devem ficar em pé e com as mãosinhas pousadas sobre os encostos das cadeirinhas e, ao terceiro, colocarem estas embaixo da mesa.

Ao som do piano as crianças saem marchando umas atraz das outras, até que, a um outro signal da campainha , formem o circulo, de mão dadas. (Grassi, 1896, p. 254)

É possível perceber, no discurso apresentado, como as questões de ordem e disciplina preocupações sociais da época, foram alinhadas as novidades metodológicas do ensino, como a valorização da brincadeira no aprendizado das crianças pequenas.

Em 1909, Joana Grassi Fagundes⁵⁸ tornou-se inspetora do Jardim de Infância, cargo no qual permaneceu até 18 de junho de 1925, ano em que foi nomeada, pelo presidente do estado de São Paulo, como Inspetora Especial de Creches e Escolas Maternais⁵⁹. Ela passou a trabalhar junto à secretaria de Educação, na orientação da criação de classes de Jardim de Infância anexas aos grupos escolares.

⁵⁸ Joana Grassi casou-se no ano de 1889 com o major João d'Oliveira Fagundes, adotando seu sobrenome.

⁵⁹ Cargo criado pelo Decreto 3858 de 11 de junho de 1925.

Antes mesmo de assumir o cargo de Inspeção Especial das Escolas Maternais, Joana Grassi Fagundes contribui ainda com um artigo publicado na Revista de Ensino em 1912, sobre o tema “Algumas Lições aos Alunos do Jardim da Infância”. Essa publicação promoverá o conhecimento teórico da metodologia de Froebel, e também a análise de suas observações escritas posteriormente nos termos de visita da Escola Maternal e Creche Votorantim.

Na investidura do cargo de Inspetora de Escolas Maternais, Joana Grassi passa a orientar e organizar os trabalhos realizados nas Escolas maternais e Creches de Santa Rosália e Votorantim, ambas no município de Sorocaba. Pelos registros oficiais, esses trabalhos iniciam-se em 1925 e encerram-se em 1927. Joana deixou suas impressões marcadas nos termos de visitas realizados nessas instituições, documentos que contribuirão para o diálogo, reflexão e compreensão do que acontecia nas relações instaladas entre o discurso, teorias e práticas educativas realizadas nelas.

O cargo de inspetor escolar passou por várias denominações ao longo da história da educação. No que se refere ao período estudado, uma das atribuições previstas para esse cargo era dar aulas modelos (Decreto 3.356, de 31 de maio de 1921), além de orientações didáticas (como previsto no Decreto 4.600, de maio de 1929, que regulamente a Instrução Pública do Estado).

DOS INSPECTORES GERAES

Artigo 13. - Os trabalhos dos inspectores geraes serão distribuidos da seguinte forma: 1.º - Orientação didactica; programmas e horarios; inspecção das Escolas Normaes officiaes e livres e escolas maternaes; e organização do Anuario. (Decreto 4600, de 30 de maio de 1929)

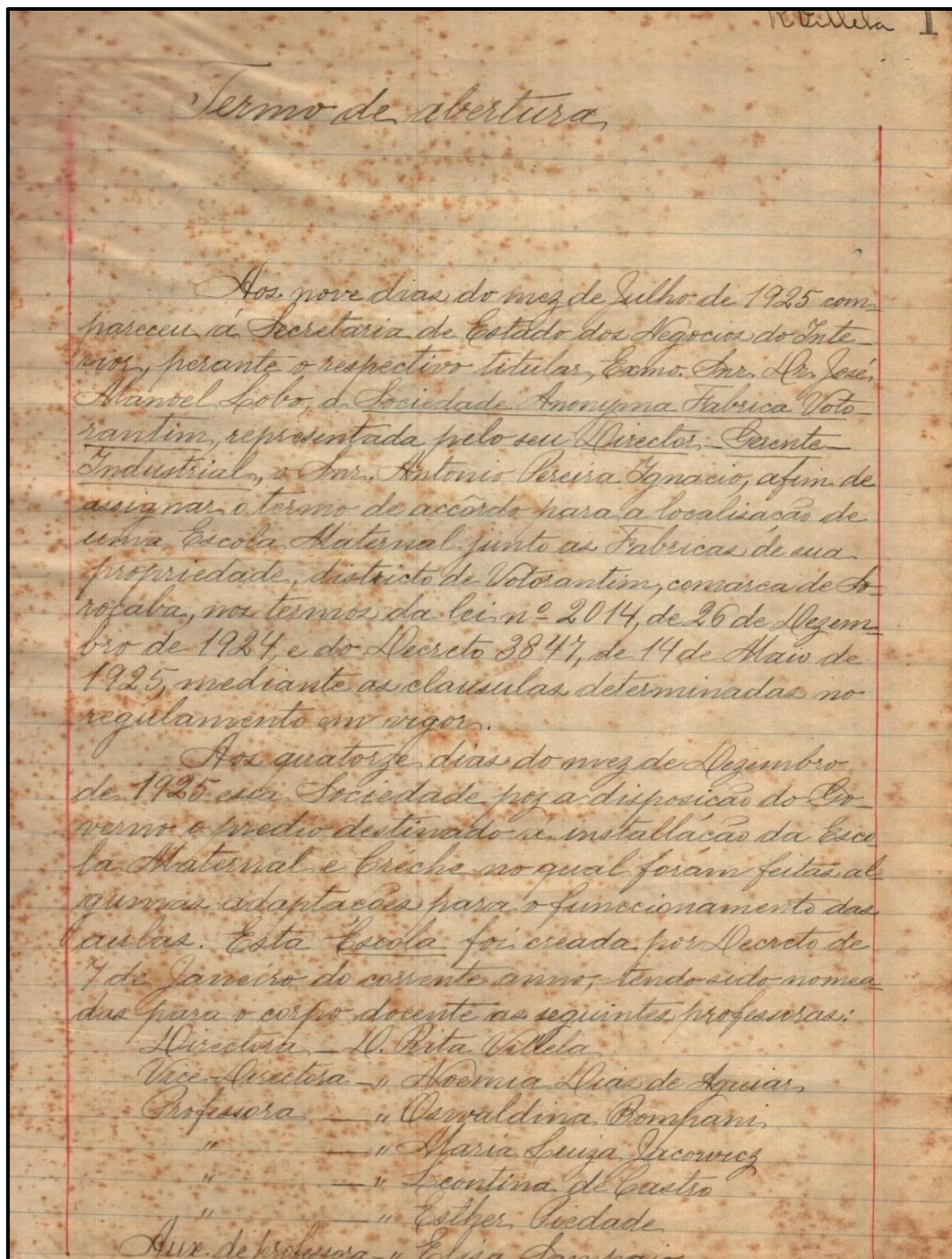
O Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, publicado no ano de 1926, acentuava que, entre as atividades do inspetor especial, não estaria apenas a fiscalização do trabalho do professor, mas também a dedicação e a orientação sempre que necessária, auxiliando e ministrando aulas modelos constantes. Essas aulas foram registradas nos documentos.

Partindo da análise e do diálogo com os registros iniciais realizados por Joana Grassi no ano de 1925 e seguindo os demais inspetores escolares até o ano de 1935, poderemos compreender como se deu o início das atividades e instalações, da Escola Maternal e Creche Votorantim. Quem foram os professores e processos formativos? Quais as teorias que embasam a prática educativa nessa instituição? Quais materiais pedagógicos eram utilizados para as atividades? De fato teoria e prática se concretizavam nesta instituição?

4.3 Escola Maternal e Creche Votorantim

Dar o nome de pessoas e lugares ligados à própria história de vida era uma forma que Pereira Ignácio encontrava de se apropriar daquilo que criava, de deixar em sua criação a marca incontestável do criador. Não foi assim, no entanto, que ele agiu em relação à creche por ele criada em 1926. Ele a denominou simplesmente Escola Maternal e Creche Votorantim. (Martins, 2000, p. 80)

Figura 10 – Termo de abertura da Escola e Creche Maternal



Fonte: Livro termo de visita da Escola Maternal e Creche Votorantim, 1925, p. 1.

A imagem inicial dessa seção é o primeiro registro oficial do termo de abertura e autorização de funcionamento da Escola Maternal e Creche Votorantim, documento escrito pela professora Joana Grassi Fagundes, designada como inspetora especial de ensino, nesta escola maternal. Ele foi disponibilizado pela Associação Votorantinense de Amparo ao Menor (AVAM), escola que ocupa as instalações da antiga Escola Maternal da Vila Operária. Segue transcrição de parte dele:

Aos nove dias do mês de julho de 1925 compareceu à Secretaria de Negócios do Interior, perante o respectivo titular, Exmo. Senhor Dr. José Manoel Lobo, a Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, representada pelo seu Diretor-Gerente Industrial, o Senhor, Antonio Pereira Ignácio, afim de assinar o termo de acordo para a localização de uma Escola Maternal junto à Fábrica de sua propriedade, distrito de Votorantim, comarca de Sorocaba, nos termos da lei nº2014, de 26 de dezembro de 1924 e do Decreto 3847, de 14 de maio de 1925, mediante as cláusulas determinadas no regulamento em vigor.

Fonte primária de informação, os registros de Inspeção de Ensino favorecem as investigações das questões propostas nessa pesquisa e serão lidos principalmente à luz das referências propostas por Le Goff (2003), respeitando-se o período de análise e os objetivos da pesquisa.

Ao referir-se à forma como são caracterizados os documentos pelos historiadores, Le Goff (2003) conclui:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. (Le Goff, 2003, p. 538)

Nessa perspectiva, a análise dos registros no livro termo de visita da inspeção de ensino contribuirá para trazer à luz a constituição da Escola Maternal e Creche, bem como para responder a questões postas à época, tanto referentes ao ensino e suas práticas, quanto à sociedade que a produziu.

Os registros produzidos pela inspetora Joana Grassi nas atividades da Escola Maternal e creche Votorantim tiveram início no ano de 1926. No entanto, sua preparação antecedeu a dezembro de 1925, quando o prédio para instalação foi colocado à disposição do Estado, após serem feitas algumas adaptações para o funcionamento das aulas.

Sobre o prédio onde foi instalada as acomodações da Escola Maternal e Creche Votorantim, Joana Grassi descreve no relatório publicado no Anuario do Ensino do Estado de São Paulo do ano de 1926:

A Escola Maternal e a Crèche foram instaladas num edifício da Sociedade Anonyma da Fabrica de Votorantim, mas que ainda precisa de alguns melhoramentos, que satisfaçam as suas condições hygienicas e, principalmente, pedagogicas.

O prédio, que é de dois planos, está situado num lugar aprazível, rodeado de bello e espaçoso jardim.

No 1º plano está a Escola Maternal e no 2º, a Crèche, amplo refeitório, gabinete da directoria, gabinete das professoras, vestiário, sala de banho para as creanças e dois pavilhões.

O 1º pavilhão, consta de cosinha, sala de banho, de passagem a ferro e o 2º de despensa e sala de porteiro.

A Crèche consta de 4 salas que se comunicam com o refeitório das criancinhas, sala de banheiras e vasos hygienicos. Esta parte do prédio necessita de um salão para a perfeita liberdade das creanças e, copa. (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1926, p. 326)

Nesses registros, fica evidenciado que o prédio ainda precisava de reformas e ajustes para estar adequado ao atendimento das crianças, apontamentos que também foram observados e registrados no Livro Termo de Visitas no dia 29 de setembro 1926.

Procurei o gerente da Fábrica, com fim de entender-me com esse Senhor para que desse andamento em alguns melhoramentos precisos no prédio em que funciona essa Escola, como sejam: arranjo da escada que dá ascensão à Crèche, construção de pavilhões, etc. (Termo de visita, p. 4)

Joana Grassi continua a insistir na questão das reformas necessárias, como pode ser identificado no verso da página 5 deste documento no dia 17 de dezembro de 1926. A inspetora afirma ter conversado com o gerente da Fábrica sobre os melhoramentos que precisam ser realizados no prédio. Notável também nas observações da Inspectora de Escola Maternais é a necessidade de um salão para a liberdade das crianças que frequentam a creche, apontando sua visão sobre as condições dessa fase de desenvolvimento.

Nos primeiros registros constantes no relatório publicado no Anuário e formalizado no Termo de Visitas está também o quadro de funcionários contratados para trabalhar na instituição, e que foram nomeados no início de janeiro do ano de 1926 para atender as crianças que ali foram matriculadas. Dentre os registros estão as seguintes professoras: Rita Villela (Diretora), Noemia Dias Aguiar (Vice-Diretora), Professoras: Osvaldina Bompani, Maria Luiza Jacowicz, Leontina de Castro, Esther Piedade, e as auxiliares das professoras: Elisa Sampaio, Maria Conceição Duarte, Alice Rebouças, Cynira Teixeira.

Para compor os demais cargos, foram nomeados: Joaquim Monteiro de Barros (Porteiro), Maria Isabel Nogueira, Maria Isabel Bellinello e Maria Isabel Rodrigues (Guardiãs), Anna Figueiredo Rocha, Maria Nardi, Barbara Ferraz (Auxiliares de Creche), Romana Frederico e Maria José Braga (Serventes), Isolina Barbo (Cozinheira), Orminda Oliveira (Cozinheira auxiliar), Josephina Bandeira (Copeira).

O Decreto de nomeação também foi anunciado no Jornal Cruzeiro do Sul. Segundo o periódico, as nomeações foram todas feitas com a audiência do diretório político local ao qual,

com a cooperação “*digna e eficiente*” do comendador Antonio Pereira Ignácio, se deveria mais esse “notável melhoramento” para Sorocaba (Cruzeiro do Sul, 09 de janeiro de 1926, p. 2).

Nessa matéria, é possível perceber como o jornal Cruzeiro do Sul propaga e se apodera do discurso ideológico oficial, bem como enaltece a figura de Antônio Pereira Ignácio. O redator da matéria afirma, com eloquência, a importância de tal fato para o desenvolvimento de Sorocaba.

A ninguém é lícito ignorar a importância de que se reveste este facto, taes as vantagens dele decorrentes para todos nós, com mais esse estabelecimento, cujo principal fito é desenvolver as aptidões da creança, preparando a assim para vencer as dificuldades da vida. (Jornal Cruzeiro do Sul, 09 de janeiro de 1926, p. 2)

Os funcionários iniciaram suas atividades no ano de 1926, assinando um termo de compromisso, no qual prometiam manter fidelidade à causa da República, observar as leis e regulamentos, e ser exatos nos cumprimentos dos deveres inerentes aos seus cargos. O livro de contratos assinados pelos funcionários foi um dos documentos consultados nesta pesquisa; ele ainda está preservado.

Conforme afirmado acima, Joana Grassi esteve na unidade escolar do dia 12 até o 15 de janeiro para auxiliar na organização do espaço, contando com a ajuda da diretora Rita Vilella e demais professores. Segundo a inspetora: “Houve grande interesse por parte de todos, pois nesses poucos dias a Escola ficou mais ou menos em condições de se proceder a matrícula para os diversos períodos da Escola Maternal e para a Creche” (Termo de Visita, p. 02).

Faz-se necessário pontuar que o atendimento dispensado às crianças da Escola Maternal e creche eram ininterruptos: seu período de funcionamento era do dia 2 de janeiro ao dia 31 de dezembro. Para a diretora interina e para as serventes, as férias eram de 15 dias. Para as professoras efetivas e substitutas, não havia férias (Martins, 2000).

No dia 25 de janeiro do ano de 1926, iniciaram-se as atividades na Escola Maternal e Creche Votorantim, atendendo 171 crianças matriculadas. Vide nos Quadros 8 e 9 a distribuição entre creche e escola maternal.

Quadro 7 – Número de matrículas da Creche em 1926

Nº de matrículas femininas	Nº de matrículas masculinas
29	21

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 8 – Número de matrículas na escola Maternal em 1926

Período	Nº de matrículas Femininos	Nº de matrículas Masculinos
1 º período	15	8
2 º período	11	13
3º período	17	23
4º período	16	18

Fonte: elaborado pela autora.

Pode-se entender que os períodos estão divididos conforme as idades das crianças, pois, por determinação do Decreto nº 3.847, de 14 de maio de 1925, em seu artigo 6º, “exige-se para a matrícula, ter três annos completos e menos de sete; ou, no caso de Creche, menos do três annos”!

Dessa forma, o quadro de matrículas ficaria estabelecido do seguinte modo:

Quadro 9 – Período/idade de atendimento

Período	Idade
1 º período	3 a 4 annos
2 º período	4 a 5 annos
3º período	5 a 6 annos
4º período	6 a 7 annos

Fonte: elaborado pela autora.

O que chama atenção no quadro dos períodos dispostos para o atendimento das crianças é a existência do 4º. Ele nos assinala mais uma diferença entre o atendimento das Escolas Maternais e o Jardim de Infância da Capital.

Pelo decreto Nº 3858 de 11 de junho de 1925, o atendimento ao Jardins de Infância seria ofertado para crianças de 4 a 7 annos divididos entre 1º, 2º e 3º período conforme legislação exposta:

Artigo 57. - No Jardim da Infancia serão matriculadas crianças de mais de tres annos e de menos de sete annos de idade.
 Artigo 58. - A orientação de seu ensino deverá obedecer, com parte, ao systema de Montessori, cujos apparatus serão nelle usados.
 § unico. - O curso do Jardim da Infancia será de tres annos, ou tres periodos.
 Artigo 60. - Os alumnos que completarem o terceiro periodo, serão promovidos para o 1.º anno da escola modelo.

Para colaborar com a compreensão das diferenças estabelecidas legalmente entre o atendimento das Escolas Maternais e os Jardins de Infância, elaborou-se um quadro comparativo proposta nos atendimentos dispensados a ambas as instituições.

Quadro 10 – Diferenças entre os atendimentos da Escola Maternal e Jardim de Infância

Idade	Escola Maternal	Jardim de Infância
3	1º período	X
4	2º período	1º período
5	3º período	2º período
6	4º período	3º período

Fonte: elaborado pela autora a partir das legislações acima citadas.

Nota-se que os Jardins de Infância não dispõem de atendimento a crianças menores de 3 anos, nem mesmo aos bebês, contando com a creche. O período destinado às crianças a partir dos 3 anos seria apenas para as da Escola Maternal.

O atendimento em quatro períodos pode ser constatado também pelo número de professoras contratadas para desempenharem as atividades na Escola Maternal e nos registros no livro de matrículas. Apesar dos livros dos anos iniciais terem sido perdidos durante a reforma do prédio da Escola Maternal e Creche, o livro dos anos 1940 até 1968 apontam matrículas efetivadas no 4º período, conforme indicado no registro nº 44 da imagem abaixo:

Figura 11 – Livro de Matrículas alunos de 1940 a 1968

NÚMERO DE MATRÍCULA	NÚMERO DE FOLHA	NÚMERO DE CADERNETA	NOMES	IDADES	NATURALIDADE	FILIAÇÃO	PROFISSÃO E NACIONALIDADE DO PAI	RESIDÊNCIA	EPOCAS DAS INSCRIÇÕES			ELIMINAÇÃO			OBSERVAÇÃO
									1ª MATRÍCULA PERÍODO	2ª MATRÍCULA DO 2º PERÍODO	3ª MATRÍCULA DO 3º PERÍODO	1ª ELIMINAÇÃO	2ª ELIMINAÇÃO	3ª ELIMINAÇÃO	
				Dia	Mês	Ano			Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano	
43	11		José Quevedo Toro	18	Março	1937	Ricardo Quevedo	Operário	11	Março	1940				
44	17		Francisco Cassóla Neto	24	Setembro	1933	Miguel Cassóla	Operário	25	Março	1940				
45	10		Edson Campioni	24	Maio	1935	Oldolfo Campioni	Operário	22	Abril	1940				
46	12		Olí de Sousa	5	Março	1937	Isabel S. Dias	Operário	2	Maio	1940				
47	16		Jorge Rodrigues	4	Maio	1937	Jorge Rodrigues	Operário	2	Maio	1940				
48	14		Benedito Camargo	27	Junho	1937	Waldomiro Camargo	Operário	10	Julho	1940				
49	11		Ricard Tor di Paulo	26	Setembro	1937	Caetano Paulo	Operário	11	Julho	1940				
50	18		Rubens Bal Oliveira	3	Junho	1937	Alcides Bal Oliveira	Operário	12	Julho	1940				
51	19		Rubens Pinheiro	2	Junho	1937	Cláudio Pinheiro	Operário	12	Julho	1940				

Fonte: Livro de Matrícula Escola e Creche Maternal Votorantim – 1940, p.1.

Para que as informações registradas no Livro de Matrículas da Escola Maternal e Creche Votorantim referentes aos anos de 1940 a 1968 pudessem contribuir para a pesquisa, optou-se por transcrevê-las.

Quadro 11 – Transcrição do Livro de Matrículas da Escola Maternal e Creche Votorantim (1940-1968)

Nº de Matrícula	Descrição das Informações constantes no Livro de Matrículas
43	José Quevedo Toro, nascido em 18 de março de 1937, filho de Ricardo Quevedo, operário, residente em Sorocaba, matriculado no dia 11 de março de 1940, no 1º período. (3 anos)
44	Francisco Cassóla Neto, nascido em 24 de setembro de 1933, filho de Miguel Cassóla, operário, residente no bairro da Chave, matriculado no dia 25 de março de 1940, no 4º período. (6 anos)
45	Edson Campioni, nascido em 24 de maio de 1935, filho de Oldolfo Capioni, operário, residente na Rua Bernardino de Campos, matriculado em 22 de abril de 1940, no 3º período. (5 anos)
46	Olí de Sousa, nascido em de março de 1937, filho de Isabel S. Dias, operário, residente em Sorocaba, matriculado em 2 de maio de 1940, no 1º período. (3 anos)
47	Jorge Rodrigues, nascido em 4 de maio de 1937, filho de Jorge Rodrigues, operário, residente em Sorocaba, matriculado em 2 de maio de 1940, 1º período. (3 anos)
48	Benedito Camargo, nascido em 27 de junho de 1937, filho de Waldomiro Camargo, operário, residente na Chave, matriculado em 10 de julho de 1940. 1º período. (3 anos)

49	Rivail Vers. Di Cunto, nascido em 25 de outubro de 1934, filho de Carmo Cunto, operário, matriculado no dia 11 de julho de 1940 no 3º período. (5 anos)
50	Rubens Bat. Oliveira, nascido em 3 de junho de 1934, filho de Fulgêncio D. Oliveira, operário, matriculado no dia 12 de julho de 1940 no 4º período. (6 anos)
51	Rubens Olnóbio, nascido em 2 de dezembro de 1933, filho de Pedro Olnóbio, operário, residente na Represa, matriculado em 12 de julho de 1940 no 4º período. (6 anos)

Fonte: elaborado pela autora a partir do Livro de Matrícula da Escola Maternal e Creche Votorantim⁶⁰.

Das informações apresentadas no Livro de Matrícula, podemos observar que: os livros eram separados por gênero, no caso do selecionado para esta pesquisa, havia apenas o registro de matrículas de meninos. As crianças matriculadas eram filhos de operárias e operários, advinham de qualquer região da cidade, mesmo mais distante, como quando referem-se a Sorocaba. Não foi transcrito o número da carteira de trabalho dos pais, porém, constam juntamente com seus nomes o número e folha de registro.

Ressalta-se também, referente às idades e matrículas apontadas, que, durante o período pesquisado, houve alterações nas idades de atendimento, como o previsto no Código de Educação do Estado.

Art. 1.º - A educação publica no Estado de São Paulo compreende:
a) a educação pre-primária, ministrada nas escolas maternais, em curso de dois anos, a crianças de 2 a 4 anos; e nos jardins da infancia, em curso de 3 anos, a crianças de 4 a 7 anos. (Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933)

Essa alteração, pode ser vista nos registros do termo de visita dos dias 10 de maio de 1933 e 12 de setembro 1933, respectivamente, descritos pelo inspetor escolar Benedicto de Paula França:

Em companhia da Sra Diretora visitei a Creche e os 4 períodos ainda da antiga organização da Escola Maternal. Assisti ainda o ensaio de cantos do 1º e 2º períodos, com o piano, tendo ainda verificado em classes da Escola Maternal, vários trabalhos manuais dos alunos. Troquei ideias com a Senhoras Diretoras e Vice-Diretora e professora do 4º período sobre a orientação do ensino pré-primário e sua finalidade. Em tudo muita ordem e asseio. (Termo de Visitas, p. 15 verso,)

Em companhia do Sr. Delegado Regional de Ensino, estive hoje neste estabelecimento [...] Visitamos os 4 períodos da antiga organização da Escola Maternal e as 3 seções da Creche, notando boa disciplina, ordem e asseio e aproveitamento dos alunos. (Livro Termo de Visitas, p. 16)

Na observância da legislação, e no cruzamento com os registros do termo de visita e livro de matrículas, percebe-se que passa a existir uma lacuna nas idades a serem atendidas pela instituição e a legislação vigente. Pelas orientações e observações do Inspetor Benedicto de Paula França, o atendimento provavelmente deveria ter sido reorganizado. Porém, pelo

⁶⁰ Livro aberto em 8 de março de 1940 por Maria do Carmo Padilha e encerrado em 8 de abril de 1968 pela Diretora Carmela Paula Cipullo.

apontado no Quadro 12, ao mínimo até o final da década de 1960⁶¹, as matrículas de crianças no 4º período continuam sendo efetivadas.

Dessa forma, fica constada a existência do 4º período, e uma organização singular para o atendimento das crianças da Escola Maternal e Creche Votorantim. Tal peculiaridade pela talvez se explique pela falta de outro tipo de atendimento infantil, como os Jardins de Infância, que veio a ser ofertado na Vila de Votorantim, somente no ano de 1958 com a inauguração do primeiro Parque Infantil “ Helena Pereira de Moraes” , também patrocinado pelas Indústrias Votorantim S/A.

4.3.1 Das professoras contratadas

Figura 12 – Professoras da Escola Maternal e Creche Votorantim



Fonte: Gazeta de Votorantim⁶².

⁶¹ O último registro no livro de matrículas encontrado no Antigo prédio da Escola Maternal e Creche (1940-1968) tem como data o dia 01 de março de 1968. Nessa data, tem-se assentada, no 4º período, a matrícula do aluno Nilson de Oliveira Campos, nascido em 12 de novembro de 1962, filho de Maria I. Campos, operária.

⁶² Em matéria publicada no jornal local A Gazeta de Votorantim, no ano de 1978, em comemoração aos 75 anos da professora Maria Luiza Jacowicz, conhecida como Dona Luizinha pelos votorantinenses, foi publicada a foto em que aparecem as professoras contratadas pelo Estado para trabalharem na Escola Maternal.

É importante salientar que refletir, em seção própria, sobre a formação das professoras que atuaram nas salas de aula da Escola Maternal vai ao encontro do objetivo principal desta pesquisa. Isso porque elas são os sujeitos que, de fato, receberam as orientações, estudos e colocaram em prática ou não as diretrizes recebidas em sua formação ou no contato direto com os inspetores escolares.

Na Figura 12, vemos a imagem das primeiras professoras que lecionaram na Escola Maternal nos seus primeiros anos de constituição. Apesar de o Jornal a Gazeta de Votorantim legendar a imagem como “professoras de creche”, sabe-se que foram contratadas professoras normalistas apenas para a Escola Maternal, no atendimento das crianças a partir dos 3 anos de idade.

Nesse sentido, Kishimoto (1988) afirma que as escolas subsidiadas pelo Estado preenchem inicialmente seu corpo docente com professores que se encontram disponíveis nos grupos escolares e escolas reunidas por terem suas classes suprimidas. Essa prática de aproveitamento de professores ociosos, especificada pelo artigo 90 do decreto nº 3.356, de 31 de maior de 1921, modifica-se posteriormente.

O Decreto 3847 de 1925, que trata do Regimento das Escolas Maternais, determina, em seu artigo 64, que as funções de diretora, subdiretora e professoras só poderiam ser exercidas por normalistas formadas em qualquer Escola Normal do Estado; reforça ainda a preferência sob as professoras que tenham mais de 3 anos de experiência no magistério e sejam dotadas de carinho pela infância.

Para entender um pouco sobre a formação dada a essas professoras, que vieram a trabalhar com as crianças da Escola Maternal, recorreremos às legislações que regulamentaram o funcionamento dessas instituições para perceber que seu foco era o ensino para a alfabetização.

Em meios às transformações e preocupações do período republicano, o modelo instituído pela Reforma da Instrução Pública anunciava que ela seria o mais forte e eficaz elemento do progresso do governo; nesse sentido, sem o preparo dos professores constituídos nos modernos processos pedagógicos, o ensino não seria eficaz.

Tal modelo era propagado através do Decreto n. 27, de 12 de março de 1890; essa lei determinava que as Escolas Normais fossem instituições que formassem professores para o magistério primário no Brasil⁶³, tendo como foco o preparo desses profissionais o combate ao analfabetismo:

⁶³ Disponível em : <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-27-12.03.1890.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Artigo 1.º O ensino da Escola Normal, instituida para preparar professores publicos primarios, comprehenderá as materias seguintes:
 Lingua portugueza (leitura, exercicíos de composição, declamação e grammatica);
 Arithmetica, algebra e geometria e escripturação mercantil;
 Physica e chimica;
 Geographia e cosmographia;
 Historia do Brazil, com especialidade a de S. Paulo;
 Educação cívica;
 Noções de economia política, com especialidade da rural;
 Organização e direcção das escolas;
 Biologia;
 Calligraphia e desenho;
 Gymnastica;
 Exercicios militares e escolares;
 Musica.

É também nesse mesmo decreto que são instituídas às Escolas Modelos, para que os normalistas pudessem colocar em prática o saber teórico no contato com crianças entre 7 a 10 anos⁶⁴.

Dessa forma, fica evidenciado que as professoras tinham como formação inicial a Escola Normal. Esse processo destinava o seu foco formativo às práticas de alfabetização; não havia preparo ou conhecimento para o trabalho na educação infantil, a não ser “o carinho” pelas crianças.

Abaixo, podemos observar um diploma de conclusão da Escola Normal de Itapetininga-SP, da professora contratada: Maria Luiza Jacowicz. Ela cursou seus estudos entre os anos de 1921 a 1922. Também vemos o contrato de trabalho assinado por ela.

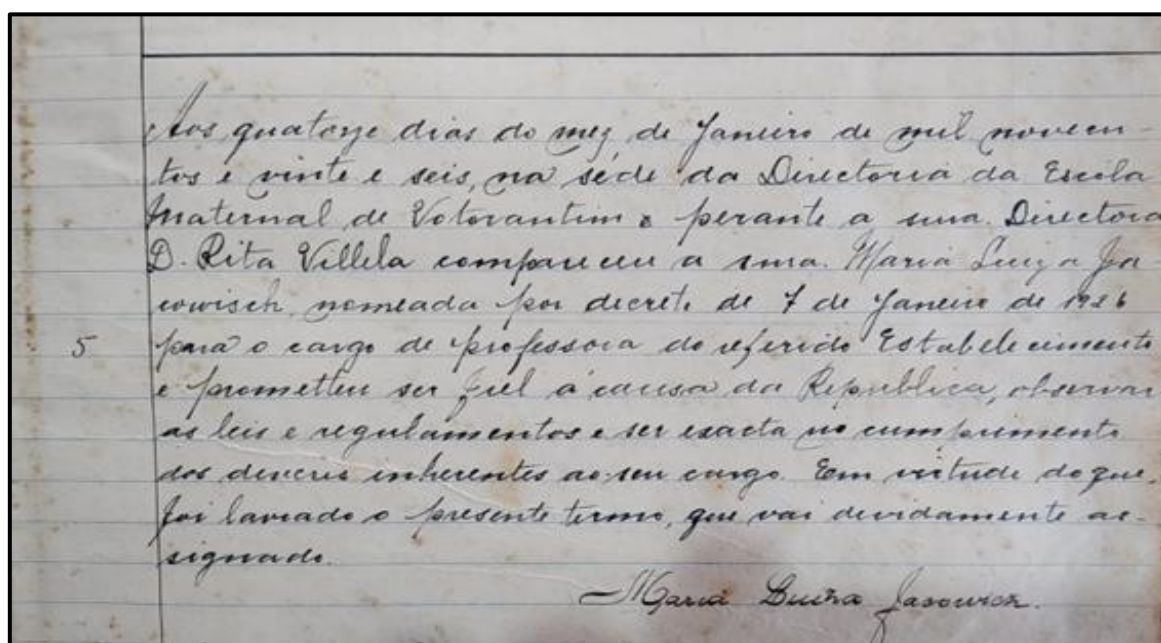
⁶⁴ Sobre este assunto é recomenda-se a Leitura de: TANURI, Leonor Maria. O Ensino normal no Estado de São Paulo 189-1930. São Paulo: COMGRAF, 1979. 234 p.

Figura 13 – Diploma de Normalista – Professora Maria Luiza Jacowicz



Fonte: imagem cedida pela Família de Maria Luiza Jacowicz.

Figura 14 – Contrato assinado pela Professora Maria Luiza Jacowicz



Fonte: imagem retirada do Livro Termo de Compromisso da Escola Maternal de Votorantim.

A Escola Normal de Itapetininga foi a segunda do Estado fundada aos moldes da Escola Normal Caetano de Campos. Segundo Golombek (2016), no início da Primeira República, era comum o envio de professores de outros estados para frequentarem a Escola Normal da Praça, então na vanguarda dos institutos de formação de professores. Esse movimento foi anunciado e comparado aos discursos proferidos, na época, ao bandeirismo, uma vez que outros estados vinham à São Paulo em busca de profissionais bem formados.

É percebendo a necessidade de ampliação dessas instituições e formações de professores que as Escolas Normais começam a ser criadas em outras localidades.

A Escola Normal constitui, nestes últimos cinquenta anos, a réplica pedagógica do bandeirismo. De um jeito ou de outro, mandou a sua palavra pelo Brasil inteiro. Começou espalhando professores primários dentro do Estado, de cidade em cidade, de bairro em bairro. Continuou a espalhá-los depois através de escolas que dela se formaram à sua imagem e semelhança: as normais secundárias de São Carlos e Itapetininga; as dez normais primárias de 1911, distribuídas estrategicamente por Oscar Thompson; e; mais tarde, as sete dezenas de outras, oficiais e livres, jogadas aos quatro ventos. (Antônio Almeida Júnior, *apud* Golombek, 2016, p. 312)

Apesar de a frequência e a formação na Escola Normal ser um requisito para o exercício do magistério na legislação, pelo aumento do número de salas e crianças atendidas e devido ao número reduzido de alunas formadas, ainda era admitido que professoras leigas exercessem o magistério nos lugares afastados, conforme regulamentado pela Lei 2095 de 24 de dezembro de 1925:

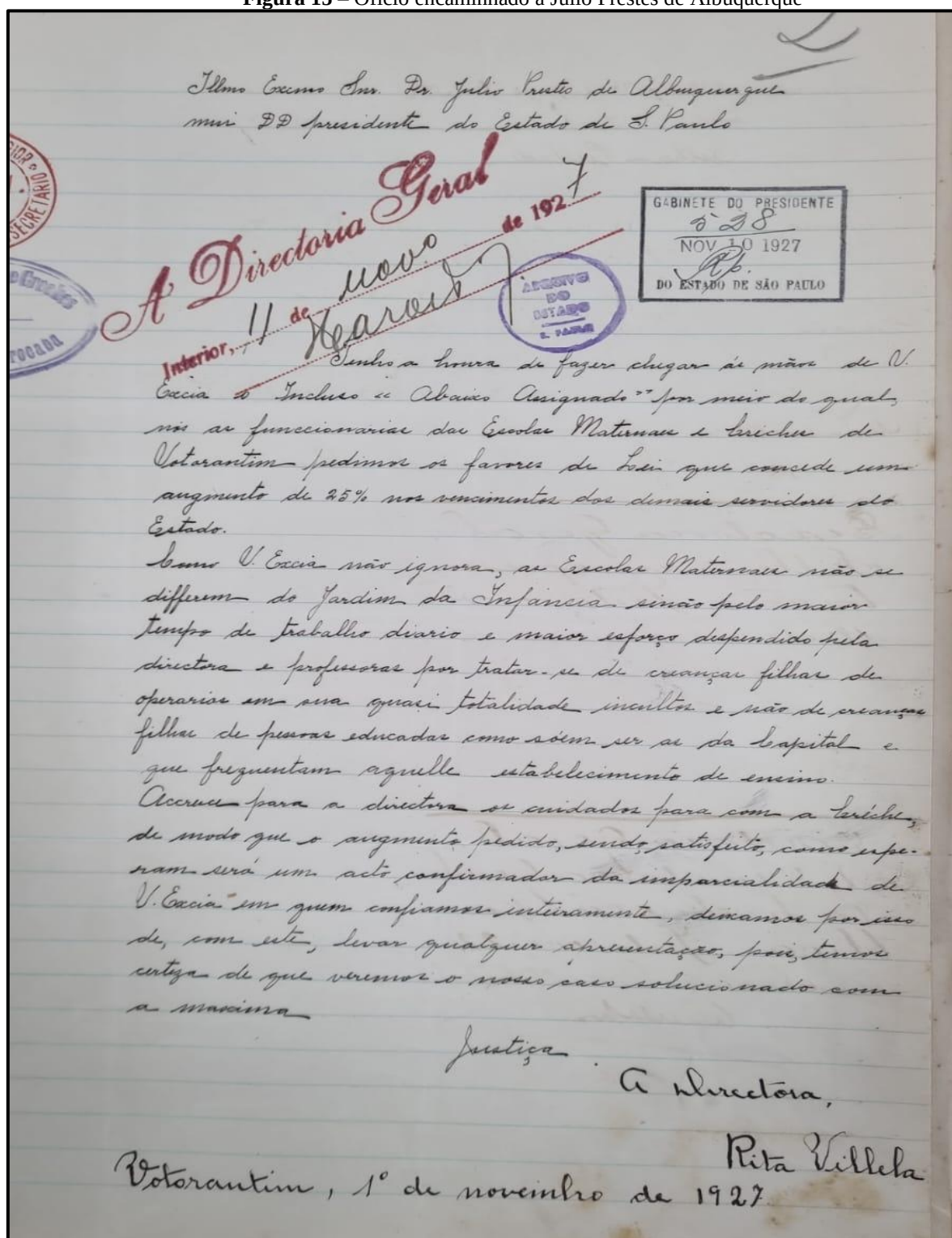
Para as escolas ruraes de logares afastados dos centros mais populosos e sem comunicação por via ferrea onde por falta de pessoal diplomado, verificado nos concursos annuaes, não for possivel fazer-se nomeação effectiva, poderá o governo nomear professores interinos, examinados por uma commissão de três membros nomeados, presidida pelo inspector geral da zona.

§ 1.º - Os professores interinos a que se refere este artigo deixarão as respectivas cadeiras logo que se apresentarem, requerendo-as, professores diplomados.

Ao buscar fontes que tratassem da formação das professoras contratadas e do trabalho realizado por elas, encontrou-se, nos documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, no setor de Instrução Pública, um abaixo assinado enviado pela diretora escolar Rita Villela ao então Presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque, reclamando pelos direitos de aumento de salário em 25%⁶⁵, em vistas à concessão aos demais funcionários do Estado, em nome das professoras e funcionárias da Escola Maternal e Creche Votorantim.

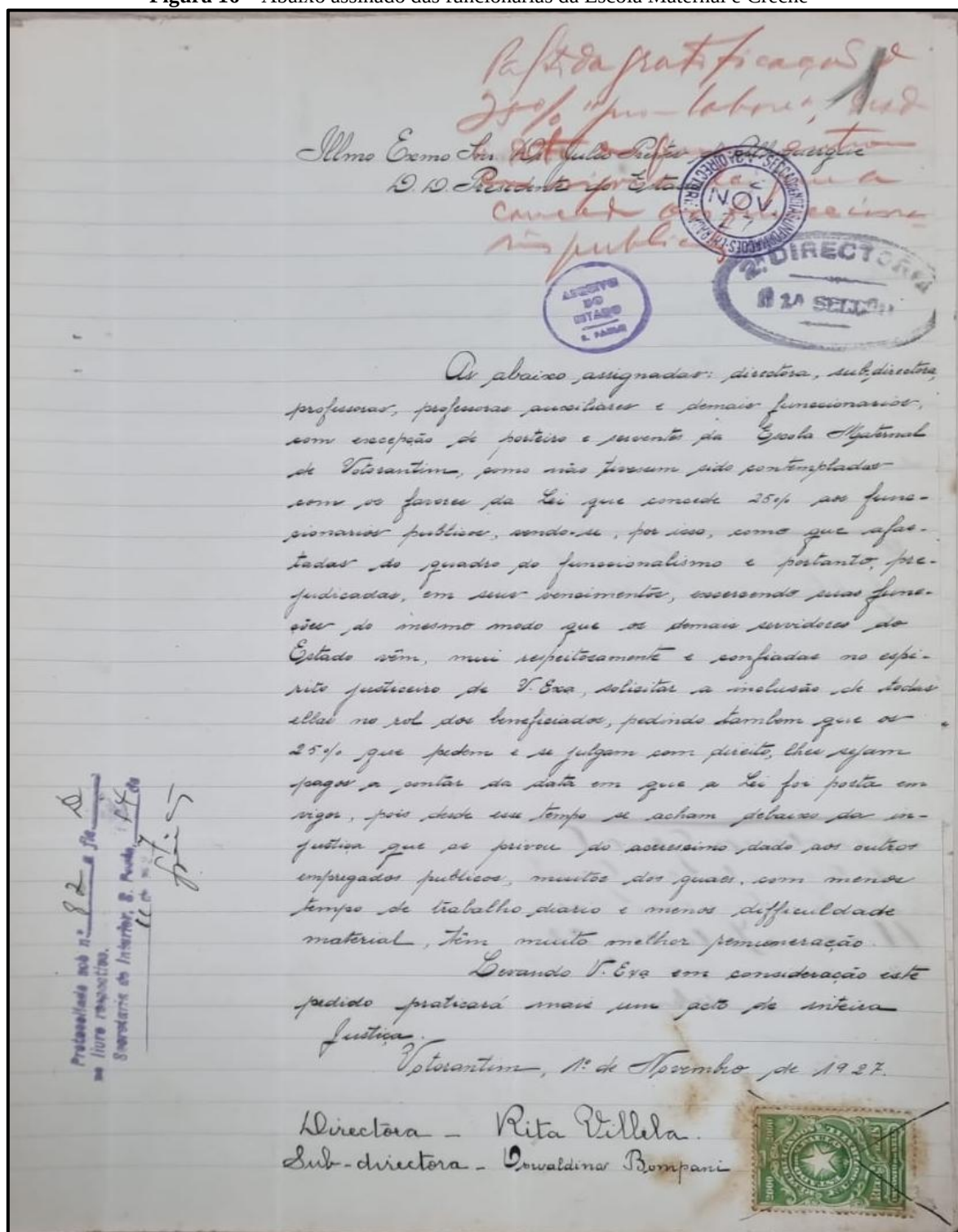
⁶⁵ DECRETO N. 3.858, DE 11 DE JUNHO DE 1925, Artigo 101: “Os funcionarios dos estabelecimentos de ensino, cujos vencimentos não estiverem determinados nas tabellas annexas, bem como os professores dos jardins de infancia, escolas modelo e escolas modelo isoladas, grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas urbanas e ruraes, terão os seus vencimentos accrescidos da 25 %, a partir de 1.º de Julho do corrente anno”.

Figura 15 – Ofício encaminhado a Júlio Prestes de Albuquerque



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa CO672.

Figura 16 – Abaixo assinado das funcionárias da Escola Maternal e Creche⁶⁶



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa CO672,

⁶⁶ Registro assinado pelas professoras: Alcira Rodrigues Doretto, Maria Luiza Jacowicz, Esther Piedade e Paulina Cipullo; pelas professoras auxiliares: Maria Conceição Duarte, Alice Rebouças da Silva e Elisa Sampaio Madureira; pelas guardiãs: Maria Isabel Rodrigues, Maria Isabel Nogueira e Maria de Lourdes Versolato; e pelas auxiliares de Creche: Maria Nardi e Anna Figueiredo Rocha.

Ressalta-se, nesses registros em relação ao trabalho de professores das Escolas Maternais, a diferenciação econômica e social até mesmo ao cargo de professores que trabalhavam com crianças filhas de operários.

No trecho transcrito abaixo, é possível notar que além de se sentirem desvalorizadas por sua jornada de trabalho ser maior do que a jornada das professoras do Jardim de Infância, percebe-se ainda a visão preconceituosa das próprias professoras em relação à educação das crianças que frequentavam a escola maternal, comparando-as com as crianças que frequentam o Jardim da Infância da Capital, dadas serem inferiores culturalmente por serem filhas de operários.

Como vossa excelência não ignora as escolas maternais não se diferem do jardim da infância senão pelo maior tempo de trabalho diário e maiores esforço despendido pela diretora e professoras por tratar-se de crianças filhas de operários, esses nas gerais totalidades incultos e não de crianças filhas de pessoas educadas como soem ser as da capital e que frequentam aquele estabelecimento de ensino. (Trecho transcrito do Ofício redigido por Rita Vilella, Figura 15)

Nesse sentido, Kishimoto (1988) nos alerta sobre o preconceito e a diferenciação existente entre as instituições pré-escolares escolas maternais *versus* os jardins de infância. A autora salienta que, apesar de seu caráter educativo, o preconceito manifesto pela sociedade diante de estabelecimentos assistenciais dificultava a aceitação da escola maternal como unidade típica de educação pré-escolar.

No corpo do texto do ofício e do abaixo-assinado registrados por Rita Vilella, as palavras usadas pelas funcionárias denotam o sentido de exclusão por parte da administração pública referentes ao trabalho realizados na escola maternal. Sentimentos que ficam evidentes quando pedem “imparcialidade” contando com o “espírito justiceiro” por parte da administração, sentindo-se “afastadas” do quadro do funcionalismo público, uma vez que não são contempladas com o aumento de 25% em isonomia com outros funcionários (no caso, as que trabalham no Jardim de Infância) que desempenham menos trabalho diários, passam por menores dificuldades materiais e mesmo assim recebem melhor remuneração.

Dessa forma, fica explícito que existe mais uma diferença entre a educação dispensada às crianças da escola maternal em relação ao jardim de infância, não apenas se restringindo à forma do atendimento dispensado, mas também ao valor dado ao profissional que as educa.

Pode-se afirmar, a partir do exposto, que a formação inicial das professoras da escola maternal e creche era a mesma exigida para o trabalho no jardim de infância; porém, os trabalhos desenvolvidos nessas instituições eram diferentes, como fica explicitado também no Decreto que regulamenta o funcionamento das escolas maternais.

CAPITULO IV

Das professoras

Artigo 68. - As professoras compete.

- 1- prestar compromisso e tomar posse do seu cargo perante a directora;
- 2- assignar diariamente o ponto antes de inclinadas as aulas;
- 3 - executar com esvelo e interesse, dentro do horario, o programma adoptado, nunca se occupado em classe com objecto extranho ao ensino;
- 4 - manter a disciplina na classe;
- 5 - auxiliar a directora em tudo o que, para bem da Escola, fôr por ella solicitado;
- 6 - preencher com exatidão os boletins e livros de escripturação escolar;
- 7 - tratar a directora e suas collegas com distinção e polidez, assim como guardar, na Escola e no meio social, a compostura exigida pelo cargo;
- 8- enviar ao Governo, por intermedio da directora, quaesquer pretenções manifestadas em requerimento;
- 9 - conservar em boa guarda os moveis e utensilios de sua classe;
- 10 - comparecer às festas da Escola ou justificar a sua ausencia;
- 11- representar, á directora, sobre duvidas, que occorerem no exercicio de suas funcções, e solicitar intrucções sobre o cumprimento dos deveres a seu cargo;
- 12 - se empenhar com todo interesse, as tendencias mentaes e moraes das crianças sob e sua direcção, dando à direcção as informações precisas para as respectivas gebas.⁶⁷

Exposto todas as suas competências acrescentam-se ainda:

Art. 84- As professoras das Escolas Maternaes não são obrigadas somente aos trabalhos nas classes, mas a todo trabalho educativo que se tornar preciso no estabelecimento com relação às crianças. (Decreto nº 3.847, 14 de maio de 1925)

Fica expresso no decreto, de forma clara em seu artigo 84, que as professoras das escolas maternas, além das incumbências pedagógicas relacionadas ao ensino, deveriam também educar as crianças para o convívio social, realizando “todo o trabalho educativo que for preciso”.

Partindo do entendimento de que as professoras aqui citadas, contratadas para trabalhar na Escola Maternal e Creche, não tinham a experiência do trabalho com as crianças pequenas, entende-se que aprenderam na prática e no contato diário como seria o trabalho docente na educação infantil.

No campo formativo, encontramos, nos Termos de Visita e no Anuario do Ensino do Estado de São Paulo do ano de 1926, com os registros da Inspectora Especial de Escola Maternais Joana Grassi Fagundes, indícios de um princípio formativo identificados em suas visitas, nas quais applicava suas aulas modelo. Como podemos perceber no registro do dia 03 de fevereiro de 1926, página 2, verso, em que Joana expõe: “Nesse dia, só me foi possível orientar a Diretora e suas auxiliares dando instruções a todas sobre diversas disciplinas e manejos escolares”.

Os registros de Joana Grassi Fagundes estão de acordo com as incumbências de seu cargo de inspetora especial de escolas maternas, apontando sua disposição ao dar aulas

⁶⁷ Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3847-14.05.1925.html&ved=2ahUKEwj6v66nrqeLAXU1pZUCHSZuMZkQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw2h_QH8kRDMT-WWP0wNoWZ4. Acesso em: 15 nov. 2024.

modelos, aulas de demonstração e orientação para as professoras. Eles mostram também o caráter formativo prático em uma época na qual não havia formação oficial destinadas a essas professoras.

As impressões de Joana Grassi demarcam também as influências teóricas que embasavam o trabalho nos jardins de infância e escolas maternais, marcas situadas num tempo histórico, como foi exposto no primeiro capítulo desta pesquisa, e que serão analisadas adiante, num diálogo entre imagens, documentos oficiais e as teorias pedagógicas propagadas na época.

4.3.2 Das influências teóricas e as práticas pedagógicas

Conforme já foi apontado neste trabalho, segundo o Decreto Estadual nº3.847, as escolas maternais deveriam contemplar a pedagogia dos ideários da Escola Nova, preceitos análogos aos praticados no Jardim de Infância, instituição que marcou a introdução das inovações pedagógicas no início do período republicano.

As referências teóricas que embasaram a educação infantil no início da república podem ser percebidas nas publicações das Revista Jardim da Infância Vol. I em 1988 e volume II em 1987, na contemplação dos currículos e programas praticados no Jardim de Infância, os quais proclamavam a utilização do método froebeliano e da educação pelos sentidos, que posteriormente vão servir de modelo para as demais instituições, incluindo a Escola Maternal e Creche Votorantim.

Sobre esse assunto, Golombeck (2016, p. 197) afirma:

Maria Enerstina Varella preparou uma programação, desenvolvida com as crianças de 1896 até 1926, quando a professora Alice Meirelles Reis, após assistir às aulas de Lourenço Filho, na Escola Normal, cogitou de introduzir em sua classe a reforma trazida pela Escola Nova. Alice contou com o apoio da inspetora do jardim, Irene Branco da Silva, que, procurando “transfundir um pouco de seiva nova” na tradição antiquada dos jogos froebelianos, propõe-se a organizar algo baseado no método Decroly (seção para crianças normais) e encontrou bastante entusiasmo pela inovação.

É relevante pontuar que Alice Meirelles Reis⁶⁸ teve um papel marcante na propagação das novas práticas educativas, trazendo para sua sala de aula inovações pedagógicas para além de Froebel relacionadas a teóricos como Dewey, Decroly e Montessori. Essas inovações puderam ser observadas, ainda que inicialmente e por pouco tempo, por Joana Grassi, enquanto ainda era Diretora do Jardim da Infância em que Alice lecionava no ano de 1923.

Para elucidar os teóricos que aparecem como referência e influência nas práticas pedagógicas docentes tanto nos Jardins da Infância quanto nas Escolas Maternais, no período

⁶⁸ A professora Alice Meirelles Reis foi uma pesquisadora, observadora e aplicadora de processos alternativos em educação infantil que surgiram, na época, nos Estados Unidos e Europa (Golombek, 2016, p. 450).

retratado nesta pesquisa, o quadro abaixo apresenta um breve histórico destes personagens, que posteriormente terão suas pedagogias abordadas no decorrer das discussões.

Quadro 12 – Lista de teóricos abordados na pesquisa

TEÓRICOS	ANO	PAÍS	PROPOSTA DE TRABALHO DESENVOLVIDA
FROEBEL Friedrich Wilhem	1782-1852	Alemanha	Discípulo de Pestalozzi, a influência da filosofia alemã permite a criação de uma instituição que diverge das casas assistenciais de sua época por incluir uma dimensão pedagógica e um currículo centrado na criança, pressupõe a criança como ser criativo e propõe a educação pela auto-atividade e pelo jogo – criou o Jardim de Infância Kindergarten. (1840) (Kishimoto; Pinazza, 2007)
MONTESORI Maria Montessori	1870-1952	Itália	Pioneira do movimento escolanovista europeu sua metodologia , assenta princípios de liberdade, atividade e necessidade de ambiente adaptado às crianças, incorporado à prática educativa de crianças normais. (Kishimoto, 1988)
DECROLY Jean Ovídio Decroly	1871-1932	Bélgica	Influenciado por Dewey cria o método dos centros de interesses bem como diversos jogos de larga utilização na educação infantil. (Kishimoto, 1988)

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir de referencial teórico (Kishimoto 1988; Formosinho; Kishimoto; Pinazza, 2007).

A professora Tizuko Morchida Kishimoto (2014b), ao narrar as práticas pedagógicas da professora Alice Meirelles Reis entre os anos 1923-1935, apresenta a foto de sua primeira turma no ano de 1923 e indaga sobre as outras profissionais que estariam presentes na imagem. Segundo Kishimoto, seriam estagiárias? Ou outras professoras do agrupamento?

Figura 17 – 1ª turma de Alunos de Alice Meirelles – 1923



Fonte: Kishimoto (2014b, p. 11).

Após análise de vários retratos referente ao período estudado aqui, é possível constatar que a professora, ou estagiária indagada por Kishimoto, na lateral direita da foto, de vestido preto, assemelha-se às imagens de Joana Grassi Fagundes, à época diretora do Jardim de Infância e que estaria presente na “foto da turma”.

É claro que o contato de Joana Grassi com o trabalho de Alice Meirelles foi efêmero, já que as mudanças de fato em suas práticas começam a ocorrer posteriormente. No entanto, pode-se pensar que ela tenha sim acompanhado o trabalho de Alice, uma vez que trabalharam juntas.

Dessa maneira, partindo da análise do percurso e formação de Joana Grassi Fagundes, será abordado as tendências teóricas e metodológicas que vieram a ter influência nas práticas educativas realizadas no âmbito da Escola Maternal e Creche Votorantim; assim como propor

a intersecção de fontes e informações que marcaram presença nos discursos, imagens, documentos e principalmente no livro termo de visita desta instituição.

Figura 18 – Apresentação na Escola Maternal e Creche Votorantim



Fonte: Acervo AVAM; imagem sem data.

A foto acima foi encontrada no acervo de fotos da Escola Maternal e Creche Votorantim, sem data específica. Ela nos auxilia a compor o cenário retratado nos registros de Joana Grassi Fagundes, bem como a compreender como as teorias pedagógicas atingiam as práticas educativas, além de difundir um discurso ideológico. Dessa forma, as fotos apresentadas nesse capítulo observarão os preceitos defendidos pelo historiador Boris Kossoy (2020, p. 49):

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/ tempo retratado. O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui fonte histórica.

Na perspectiva de Kossoy (2020), as imagens nos fornecem resíduos e fragmentos de um determinado tempo. Nas fotografias reproduzidas aqui, percebe-se que o bailado, as apresentações, os cantos, as declamações de poemas, os festejos relacionados à pátria e datas comemorativas faziam parte do programa curricular do jardim de infância, como pode ser observado também na imagem registrada por Alice Meirelles no ano de 1923 e publicado por Kishimoto (2014b):

Figura 19 – “Odete e Marina no Minueto”(1923)



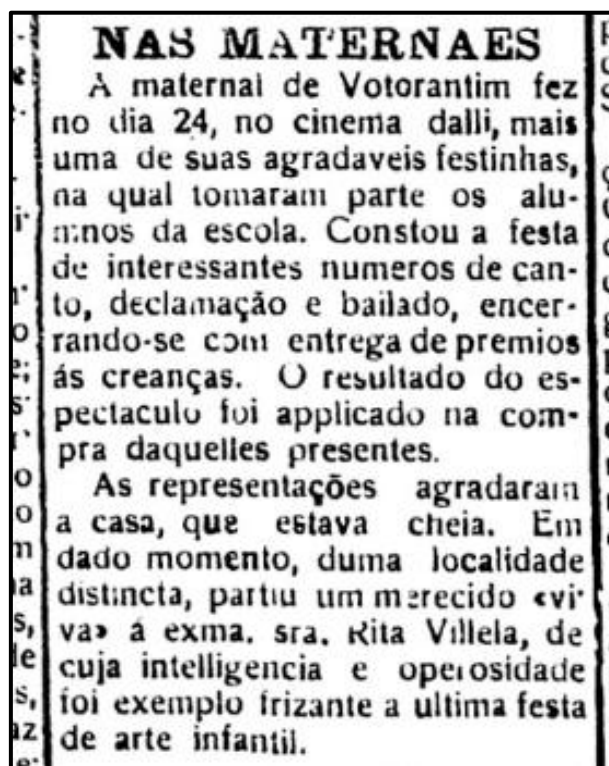
Fonte: Kishimoto (2014b, p. 16-17).

Os eventos e apresentações realizados na Escola Maternal e Creche Votorantim foram anunciados em vários momentos nas descrições no livro do Termo de Visita, especialmente pela inspetora de escola maternais Joana Grassi Fagundes, que parecia ter prazer em participar de seus ensaios, dedicando, em várias ocasiões, visitas a estes fins.

Estive até às 13h30 nessa Escola, me ocupando nos ensaios para a festa do dia 12 de outubro, Assisti os bailados ensaiados por dona Alice Rebouças. Ensaiei; os brinquedos; o bom doutor; o sapateirinho; canto geral; o vento. (Termo de Visita, 23 de setembro de 1926, p. 4, verso)

Os números e apresentações também movimentavam toda a comunidade da Fábrica Votorantim. Nas celebrações de final de ano, por exemplo, todos se reuniam no teatro para prestigiar as crianças, fato que é narrado pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, para divulgar o trabalho que esta “escola”/“indústria” faz em favor de suas crianças.

Figura 20 – Publicação Cruzeiro do Sul



Fonte: Acervo Jornal Cruzeiro do Sul, dez. 1926.

As apresentações teatrais e números de bailados apresentados pelas crianças da Escola Maternal partem também dos pressupostos da metodologia froebeliana. Chamados por Froebel de “brinquedos”, a narração de história e a recriação dos contos com fundo moral e religioso fazem parte da cultura histórica, e foram introduzidas nos jardins da infância como eficaz meio educativo.

Kishimoto (1996) afirma que Froebel acreditava na criança, enaltecia sua perfeição e valorizava sua liberdade; desejava a expressão da natureza infantil por meio de brincadeiras livres e espontâneas.

É importante salientar que, enquanto filósofo do período romântico, Froebel cresceu junto à natureza, órfão de mãe desde a mais tenra idade. Foi criado pela madrasta e pelos irmãos em meios aos bosques e flores, o que influenciou diretamente sua forma de pensar o mundo.

Dessa forma, a pedagogia instituída por Froebel contém concepções e valores que definem a visão de criança que aprende livremente, em contato com a natureza e seu ambiente, e de Educação Infantil que foca o brincar, com imitações de animais, de objetos, de atividades das pessoas, cantos, contos, versos, linguagem e outros recursos.

Froebel, acreditava no valor educativo do jogo; colocava-o como parte essencial do trabalho pedagógico, ao criar o jardim de infância com uso dos jogos e brinquedos (Kishimoto, 1996, p. 6).

O método de Froebel consistia no princípio de que toda educação se desenvolve pelo desejo de atividade e os materiais utilizados nos jogos eram chamados de dons ou dádivas.

Essa visão de criança e de educação pelo jogo de Froebel viabiliza a organização de materiais (dons), que possibilitam a representação de objetos (formas de objetos reais, como igreja, casa) e formas ideais (mosaicos, letras) e devem ser integrados aos brinquedos na educação das crianças. Segundo Kishimoto (2023, p. 64),

A partir de sua filosofia educacional baseada no uso dos jogos infantis, Froebel delinea a metodologia dos dons e ocupações, dos brinquedos e jogos, propondo: 1 dons, materiais como bola, cubo, varetas, anéis etc., que permitem a realização de atividades denominadas ocupações, sob a orientação da jardineira, e 2 brinquedos e jogos, atividades simbólicas, livres, acompanhadas de músicas e movimentos corporais, destinadas a liberar a criança para a expressão das relações que estabelece sobre objetos e situações do seu cotidiano. Os brinquedos são atividades imitativas livres, e os jogos atividades livres com o emprego dos dons.

Depois de as crianças ouvirem as histórias contadas, narradas, imitadas e, nos momentos oportunos, apresentadas, as narrativas tornam-se instrumento para os jogos, nos serão empregados os “dons”, como pode ser visto nesta explicação de Zalina Rolim⁶⁹ (1897, p. 95).

Depois seguir-se-ão os jogos de movimento: «os passarinhos no bosque» ou «as flores» etc. Com os dons se poderá construir a casinha do jardineiro, com as taboinhas, o vaso de flores, com o desenho se poderão representar as árvores em duplas fileiras, com os pausinhos, a cerca que circunda o jardim. Depois se dará a cada criança a imagem da planta, para ser primeiro desenhada com pontos, perfurada, chamando a educadora a atenção das crianças para cada uma de suas partes, e depois, recortada e colada. Por último, a mesma imagem e também as imagens destacadas de suas flores e fructas serão contornadas com seda ou algodão fino, colorindo-se, a tinta vermelha, as partes que ficaram em branco.

Nesse sentido, entende-se que, a partir de uma história contada para as crianças, no exemplo acima, com a temática “flores”, a jardineira prepara situações para que as crianças utilizem-se dos “dons” (o material) para aprender outras habilidades.

Para a utilização e aplicação dessa metodologia no Jardim de Infância, esses materiais foram importados dos Estados Unidos. Da lista de dons froebelianos constam:

- Seis bolas de borracha, cobertas com tecido retos ou de lã de várias cores
- Esfera, cubo e cilindro de madeira
- Cubo dividido em 8 cubozinhos

⁶⁹ Maria Zalina Rolim Xavier de Toledo foi nomeada em 1896 como auxiliar de diretora do Jardim de Infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos. Ali trabalhou durante quatro anos, convivendo com as crianças, contando-lhes histórias e recitando versos, fazendo inclusive adaptações versificadas de jogos cantados, traduzidos do alemão por Rosina Soares. Também adaptou traduções e produções originais para a Revista do Jardim de Infância, tendo assim grande relevância na pedagogia e literatura (Golombek, 2016, p. 195).

- Cubo divisível em metade quartas partes
- Cubo consistindo de partes oblongas, duplamente divididos (todos esses servem para construções)
- Tabuinhas quadradas e triangulares para compor figuras
- Varinhas para traçar figuras
- Anéis e meios anéis para compor figuras
- Material para desenho
- Material para picagem
- Material para alinhavo
- Material para recorte de papel e combinações
- Material pra tecelagem em papel
- Varetas para entrelaçamento
- Gonígrafo (régua com dobradiças)
- Fitas para entrelaçamento
- Material para dobradura
- Material para construções
- Material para modelagem. (Golombek, 2016, p. 197)

Os discursos anunciados nos registros dos inspetores escolares, iniciando com Joana Grassi, fornecem subsídios para averiguar a dimensão desses materiais e responder ao questionamento se os jogos froebelianos eram utilizados efetivamente na Escola Maternal Votorantim e se as ações das professoras iam, de fato, ao encontro das pedagogias norteadas pelas ideias de Froebel, Decroly e Montessori.

Nesse sentindo, Kishimoto (1988, p. 272-273) analisou alguns relatórios de visitas da inspetora Joana Grassi, e aponta:

Os relatórios da inspetora de creche e escolas maternas, Joana Grassi Fagundes, demonstram que a pedagogia que tradicionalmente fundamenta esse nível de ensino, desde o século passado, é a froebeliana e que a mesma continua presente nas escolas maternas sob sua orientação. Nomeada em 1925, Fagundes incluiu em suas atividades de inspeção uma série de aulas de demonstração sobre metodologia de Froebel englobando os dons, aulas de canto, uso de “gonigrapho”, anéis, contagem de pauzinhos ou com objetos e bolinhas. A propósito da metodologia montessoriana, a inspetora aponta a necessidade de introduzi-la, desde 1926, e para isso reivindica a compra do referido material para atender as escolas sob sua supervisão.

Em consonância com as investigações de Kishimoto (1988), o registro de Joana Grassi no dia 4 de fevereiro de 1926 expõe sua rotina desde às 6h30 da manhã, horário que segundo ela, tomou o bonde.⁷⁰

Tive assim ocasião de verificar todo o movimento desde a entrada até a saída das crianças. Nesse dia orientei as professoras de todos os períodos, dando diversas aulas modelos, como sejam:
 No 1º período- Contagem com bolinhas- mosaicos (construções de figuras)
 No 2º período- Varetas- Construções com (letras) números impressos- mosaicos. (maior ampliação que no 1º período)
 No 3º período Varetas (entrelaçamentos mais complicados- construções com letras impressos- números impressos,-mosaicos triangulares.

⁷⁰ Refere-se ao bonde que ligava Sorocaba a Votorantim.

No 4º período além das aulas já mencionadas nos outros períodos foi a professora orientada nas seguintes aulas: aneis (ensino das linhas- curvas- gonigrapho- ensino das formas geométricas). (Joana Grassi Fagundes, Termo de Visita, 4 de fevereiro de 1926, p. 02)

Figura 21 – Material Pedagógico utilizado na Maternal Votorantim



Fonte: Acervo AVAM, sem data definida.

Na Figura 21, percebe-se que as crianças, provavelmente do 2 período, com idades aproximadas entre 4 e 5 anos, posam para a foto manipulando o material denominado por Froebel como “segundo dom”.

A respeito desse dom , Joana Grassi aponta em seu artigo

Consta esse “dom” de três sólidos geométricos – esfera, cubo e cilindro – colocados em uma caixa de madeira, de forma retangular, com tampa corrediça, trazendo também cinco pausinhos para os diversos exercícios. Eses sólidos são também feitos de madeira, havendo em cada um deles um pequeno anel fixo para se enfiar um cordel de 45 centímetros de comprimento. (Grassi, 1912, p. 102)

Figura 22 – Segundo dom froebeliano



Fonte: Brosterman (1997, p. 47).

O material descrito por Joana Grassi como segundo dom froebeliano se assemelha ao observado na Figura 22, indo também ao encontro do que foi descrito em seus registros no Termo de Visitas que apontam a compra de tais materiais para a Escola Maternal de Santa Rosália e para a Maternal de Votorantim.

Verifiquei com a diretora o material recebido do almoxarifado, como sejam: duas coleções de Montessori e material Froebel. A metade do Material de Froebel foi por mim separada e enviada para a Escola Maternal de Santa Rosália. Dei uma explicação completa desse material a todos os funcionários. (Joana Grassi Fagundes, Termo de Visita, 28 de abril de 1926, p. 3, verso)

No que diz respeito à aquisição dos materiais pedagógicos para a Escola Maternal e Creche Votorantim, não foram encontradas listas com a prestação de contas, ou o Livro de

Inventário de Material, como era determinado na legislação que regulamenta as escolas maternas. Há, contudo, um registro de materiais disponíveis na escola no ano de 1935 (vide anexo a este trabalho). Nesse ano, o governo do estado solicitou um levantamento de todos os materiais existentes nas unidades de ensino. As escolas encaminharam para o setor de contabilidade da Secretaria do Estado de Negócios do Interior toda a relação e valores aproximados dos materiais de que dispunham.

Em pesquisas realizadas nos registros do Arquivo Público do Estado de São Paulo, foi encontrado o despacho do Delegado Regional de Ensino para o então Diretor Geral da Secretaria da Educação e Saúde Pública, Doutor Meirelles Reis Filho, sobre as relações de materiais existentes nas Escolas Maternas de Votorantim e Santa Rosália, ambas em Sorocaba.

Seguindo a Relação de Materiais existentes na Escola Maternal de Votorantim⁷¹, foi elaborado, para melhor visualização e entendimento dos materiais disponíveis nos primeiros anos desta instituição, um quadro com o que foi relacionado por Rita Vilella, diretora responsável pelo inventário.

Quadro 13 – Relação de Materiais Pedagógicos na Escola Maternal Votorantim

Quantidade	Descrição	Ano de Entrada
1	piano	12/01/1926
15	pacotes de cartões perfurados	12/01/1926
1	caixa de fitas tecelagem	12/01/1926
10	caixas de palhinha	12/01/1926
1	caixa escovas (unhas)	12/1/1926
1	caixa de dobradura	12/01/1926
30	caixas com 12 cubinhos	12/01/1926
28	almofadas perf.	12/01/1926
1	coleção de Parker	9/1931
8	colares de contas	9/1932
10	10 Atlas do Brasil 6/1932,	6/1932
40	40 mapas do Brasil 6/1932,	6/1932
2	Lições de Sericultura	6/1932
20	livros de leitura	18/08/1933
2	cavaletes(mapas)	12/08/1933
15	coleções de lápis de cor	12/12/1934

⁷¹ A relação de materiais foi solicitada sob a circular nº 1 de 1 de agosto de 1935. Vide anexo a este trabalho.

1	caixa de penas	12/12/1934
1	caixa de comp. (tinta)	12/12/1934
6	caixas de giz	15/10/1934

Fonte: elaborado pela autora a partir da Relação de Materiais da Escola Maternal e Creche Votorantim, ano de 1935.

Observa-se, na lista a existência de “cubinhos”, “palhinhas”, “dobraduras”, “fitas de tecelagem”, “pacotes de cartão perfurado”, materiais ligados à metodologia froebeliana. Ainda uma “coleção Parker”, programa americano para o Jardim de Infância, publicado por Gabriel Prestes no Volume I da Revista Jardim de Infância em 1896.

Na relação de materiais existentes na Escola Maternal de Santa Rosália, a diretora anuncia explicitamente em seu registro a existência dos “dons”. Eles constam como recebidos no dia 29 de abril 1926: caixas do 1º, 2º, 3º e 4º dom.

Figura 23 – Relação de Material existente na Escola de Santa Rosália no ano de 1935

Material	Estado	Data	Preço	Avaliação	Observações
2 Aparelhos laboratoriais	dom	22-10-923	60.000	50.000	
5 Armários simples	regular	29-4-924	70.000	60.000	
2 Armários, tela met.	"	29-4-924	70.000	50.000	
8 Armários	"	14-3-924	32.000	30.000	
1 Ap. para contar	dom	23-2-935	240.000	240.000	
1 Balança p. crianças	regular	21-11-923	200.000	200.000	
2 Balanças p. taller	"	29-4-924	5.000	4.000	
40 Box 1º Dom	"	29-4-926	200.000	190.000	
40 Box 2º	"	29-4-926			
40 Box 3º	regular	29-4-924			
40 Box 4º	"	29-4-926			
1 Cadeira giratória	"	29-4-924	100.000	100.000	

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – Caixa SE 985.

É pertinente lembrar, como já foi referido acima, que os materiais pedagógicos froebelianos eram vindos dos Estados Unidos. Golombek (2016), ao tratar dos materiais utilizados no Jardim de Infância, cita a inspetora Maria Ernestina Varella a respeito da dificuldade para adquirir tais materiais, uma vez que eram caros, importados e não existiam no país.

A organização de um Jardim entre nós não é possível ficar completa no primeiro ano de sua vida, não é por ser ainda pouco conhecido o sistema de tal instituição de ensino, e ser este o primeiro fundado em São Paulo, como também pela falta absoluta do material didático próprio do nosso país. (Revista Jardim da Infância, vol. I, 1886 *apud* Golombek, 2016, p. 176)

Partindo da observação da lista de materiais e contrapondo aos discursos de serem materiais advindos do estrangeiro, parece-nos no mínimo questionável que tais materiais (somando o total de 160 caixas de materiais froebelianos, 40 de cada dom) terem como valor aproximado R\$ 200.000 mil réis, ou ainda serem equivalentes a compra de 50 açucareiros simples.

É possível que os materiais vindos e adquiridos para as escolas maternais tenham sido fabricados no próprio país ou ainda muitos deles adaptados pelas próprias professoras, uma vez que muitos eram constituídos de pauzinhos, madeirinhas, bolinhas de lã, recortes com papel, desenhos, mosaicos, etc.

Figura 24 – Primeiro dom froebeliano



Fonte: Brosterman (1997, p. 43).

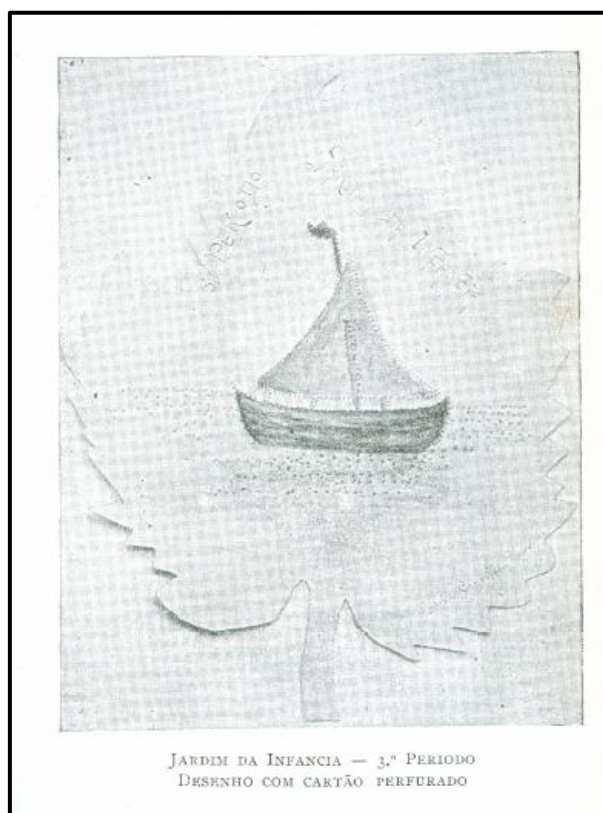
Sobre a imagem acima, a inspetora comenta em seu artigo *Algumas Lições aos Alunos do Jardim da Infância*, publicado na Revista de Ensino em 1912:

O 1º Dom consiste em 6 bolinhas de borracha cobertas de lã, sendo a lã de cada bolinha de uma das cores seguintes: vermelha, amarela, azul, alaranjada, verde e roxa. Cada bolinha dessas possui um cordãozinho e as seis juntas são guardadas em uma caixinha de forma retangular. Nessa caixinha, são também guardados três pauzinhos que servem para nos auxiliar em alguns brinquedos com as bolinhas. (Grassi, 1912, p. 83)

Nos registros e orientações dos inspetores da Escola Maternal e Creche Votorantim, principalmente de Joana Grassi, como já vimos, são anunciadas as aulas modelos em que são utilizados “os dons”. No esforço de elucidar as orientações dessa inspetora, reproduz-se o seguinte registro:

Assisti aulas dos números no 2º período, perfurações no 3º período, desenho no 4º período, estavam em repouso as criancinhas do 1º período. Fiz ensaio do bailado das flores e borboletas e de algumas cantonetas. (Termo de Visita, 15 de dezembro de 1926, p. 5, verso)

Como um exemplo, poderíamos imaginar que as professoras estivessem aplicando, com as crianças do 2º período, o trabalho com os números impressos; com as do 3º período, alinhavo em cartões perfurados ou papel quadriculados; com as do 4º período, desenhos livres. Isso não demandaria muitos materiais; elas também já tinham conhecimento deste tipo de trabalho lecionando no primário.

Figura 25 – Perfuração no 3º período

Fonte: Revista de Ensino (1912, p. 93).

Quanto aos conteúdos programáticos que deveriam estar presentes nas atividades de cada período, acreditamos que foram realizadas e adaptadas a partir do próprio programa publicado pelo Jardim de Infância em 1912. Sobre o programa na Escola Maternal e Creche, o inspetor escolar Paulo de Monte Serrat aponta, no dia 12 de julho de 1934:

Realizei a palestra pedagógica do mês tratando de um estudo preliminar para a organização de um programa mínimo dos diversos graus das classes deste estabelecimento. (Termo de Visita, 12 de julho de 1934, p. 19, verso)

Para elucidar esses conteúdos que possivelmente foram adequados e readaptados para a Escola Maternal em cada período de atendimento, podemos analisar, de forma resumida, o Programma do Jardim da Infância publicado na Revista de Ensino no ano de 1912, com os seguintes conteúdos:

- Primeiro Período:
Linguagens, Dons Froebelianos (1º dom – a bola – forma e cor, objetos presentes, posições, peso e movimento) trabalhos manuais – continhas e palhinhas, formas de papel. Dobraduras, mosaico de papelão ou madeira coloridas, desenhos feitos com paosinhos e lentilhas, desenhos de invenção, Números- contagem de um a dez com bolas, cubos e cylindros enfiados em cordões, conhecimentos de números impressos aplicados até dez- Cantos pequenos e breves – Gymnastica: movimentos com a cabeça, dedos e do corpo acompanhado de melodias- Brinquedos: imitação, marchas e melodias.

- Segundo Período:

Linguagens: Conversações, dias da semana, meses, os sentidos, a família, as estações do ano, poesias patrióticas, diálogos com prosa e verso. Dons Froebelianos: aplicação do segundo dom, a esfera, o cubo e o cylindro e terceiro dom o cubo dividido em oito cubos, construções simples com a aplicação dos oito cubos, divisão do cubo em 2, 4 e 8 partes-Trabalho Manual: Alinhavo em cartões quadriculados e aplicações simples, reprodução de objetos, flores, animais fructos etc. Tecelagem: exercícios graduados primeiro com fitinhas de papel largas e depois estreitas. Varetas- entrelaçamento formando figuras. Dobraduras: diversas dobraduras imitando bicos, balõezinhos, flores e folhas, etc. - Mosaico: mosaicos quadriculados de papelão ou madeira, invenções livres- Desenho: desenhos de mão livre, imaginação modelos faceis- Gonigrafo: diversos exercícios, linhas e figuras geométricas simples, imitações e invenções- Números- conhecimento dos números de 1 a 20 por meio de números impressos, contagem com paosinhos, adição e subtração com cartões representando pessoas, objetos e animais- Gymnastica: movimentos das mãos e dos dedos, marchas, virar a direita e a esquerda, levantar e sentar-se - Brinquedos: Movimentos de imitações, comemorativos, em marchas e rodas acompanhado de melodias fáceis. Canto:-segue se o mesmo programa do primeiro período.

- Terceiro Período:

Linguagens:-Conversações, amplo que o segundo período: -sentidos, - os animais- a família, -pátria- habitações- transportes- contos expressos pela professora e reproduzidos pelos alunos, poesias patrióticas, hymnos. Dons Froebelianos: o cubo dividido em oito cubos, construções simples com a aplicação dos oito cubos, divisão do cubo em 2, 4 e 8 partes, comparação entre os cos e cubinhos, exercícios sobre a quantidade e as formas, Quarto dom:- o cubo dividido em paralelepípedos-continuação dos exercícios com os cubinhos. – diversas construções com 2, 4 e 8 partes, construções por invenção e imitação. -Trabalho Manual: Recorte de quadrados, retângulos e triângulos, toalhinhos, bicos de enfeites em forma de leques, recorte de objetos, animais, flores, plantas, fructos, etc. Perfuração e Alinhavo- Ferrinhos e ervilhas- Anneis- conhecimento do objeto – Circulo, semi-círculo, quarto de círculo- Varetas - entrelaçamento formando figuras. Mosaicos: mosaicos quadriculados de papelão ou madeira, aplicação de três espécies de triangulo invenções livres- Desenho: desenhos à mão livre, imaginação e reprodução de modelos faceis- Gonigrafo: linhas e figuras geométricas simples, imitações e invenções- Números- contagem de 1 a 20 no mappa – Algarismos romanos de 1 a 12 também no mappa, números impressos em cartões colleccionados em caixinhas- Contagem de cubos reunidos e depois separados, adição e subtração, multiplicação e divisão por meio de bolinhas coloridas desenhadas no quadro negro ou em cartões- Fracções- conhecimento de inteiros, metades, terços, quartos, sextos e oitavos. Gymnastica e jogos ou Brinquedos segue se o mesmo programa do segundo período mais aprofundado. (Revista de Ensino, 1912, p. 75 a 78)

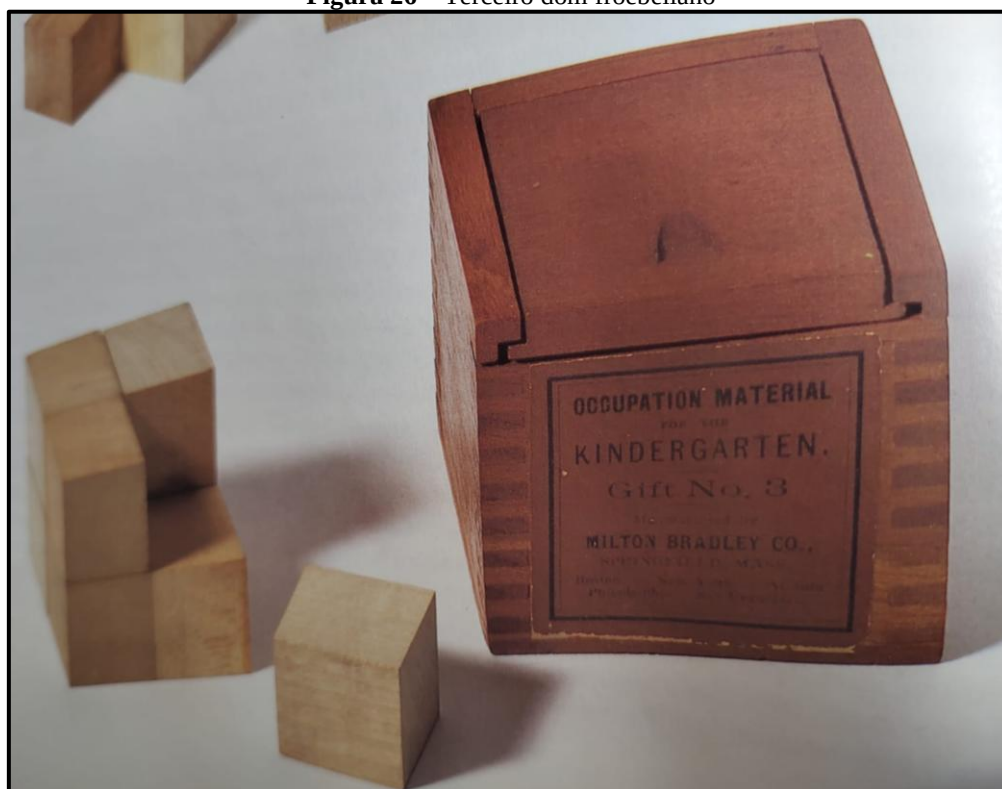
Percebe-se, pelo resumo exposto, que o programa de ensino difundido nos Jardins de Infancia e posteriormente nas Escolas Maternais não postulava em seu escopo o 4º período de atendimento. Acreditamos que, para as Escolas Maternais, foram feitos arranjos entre o que constava no atendimento do 3º período. Nesse sentido, a Inspetora de Escolas Maternais Joana Grassi Fagundes aponta em seus termos:

Assisti aulas nessa escola do 2º “Dom”, no 2º período, aconselhando a professora a fazer uma pequena modificação. Nessa classe, examinei os cadernos de trabalhos e desenho. No 3º período assisti aula de contagem com tornos; no 1º, aula de dobradura; no 4º aula com o material Montessori para o desenvolvimento do tacto e vista. Dei aula modelo do 3º “dom” nos 3º e 4º períodos. (Termo De Visita, 23 de março de 1927 p. 6 verso)

O 3º dom anunciado no registro de Joana Grassi Fagundes consistia na utilização dos cubos e suas partes, aprofundando sua forma de uso segundo o período e idade das crianças. Assim, seriam feitas as indagações e suas possibilidades de criação, como as divisões entre 2, 4, e 8 partes. Segundo Gabriel Prestes, em artigo para a “Revista do Jardim da Infância”:

O terceiro dom, bem como os seguintes, emprega-se na construção de varias fôrmas que tem por fim representar: 1.º Objectos reaes. 2.º Fôrmas que concretisem relações e formações numéricas. 3.º Formas artisticas, resultantes de combinações symetricas. (Revista do Jardim da Infancia, 1896, p. 224)

Figura 26 – Terceiro dom froebeliano



Fonte: Brosterman (1997, p. 52).

Das fotos que foram disponibilizadas no acervo da Escola Maternal e Creche Votorantim, não foram encontradas imagens que apresentassem as crianças brincando com outros dons froebelianos, além do apresentado na Figura 21, deixando apenas indícios de que existiam alguns materiais desse método.

É curioso também notar que, nas várias orientações dos registros do Livro Termo de Visitas, há sugestões de uso de materiais montessorianos. Como a própria Joana Grassi afirmou em seus registros do dia 28 de abril de 1926: “verifiquei com a diretora o material recebido, que

sejam 2 coleções Montessori”. Porém, nas descrições dos materiais existentes na Escola Maternal Votorantim, não foi citada a existência de tais recursos.

Figuras 27 e 28 – Materiais montessorianos da Escola Maternal e Creche Votorantim



Fonte: Acervo AVAM; registro fotográfico realizado pela autora.

No acervo da AVAM, encontramos alguns materiais entendidos como montessorianos; porém, pela qualidade de seu material e estado de conservação, é possível acreditar que tenham sido adquiridos em décadas mais recentes. No entanto, sabe-se que muitos materiais pedagógicos desenvolvidos por Maria Montessori, dentre eles o material dourado, por exemplo, são hoje utilizados nas escolas.

Os recursos educacionais desenvolvidos por Montessori refletiam o que ela via como essencial no que diz respeito ao desenvolvimento biológico da criança, tendo a finalidade de praticar, de maneira sistemática, as funções psicológicas infantis.

A propósito desses materiais, Joana Grassi Fagundes, registra suas orientações às professoras para que elas se utilizassem desses materiais; as entradas constam nos dias 25 de abril de 1927 e 27 de outubro de 1927, respectivamente: “No 4º período aula com o material Montessori para o desenvolvimento do tacto e vista”; “no 3º período assisti aula de números com o material Montessori”.

Um exemplo de como poderia ter sido abordada a metodologia de Montessori pelas professoras nas escolas maternas e jardins de infância pode ser observada nessa citação de Lourenço Filho, ao explicar os fundamentos da didática montessoriana relacionada ao aprendizado da escrita pelas crianças.

Pode-se preparar o movimento de manejo do instrumento de escrita com desenhos coloridos variadíssimos, desenvolvidos em vista da arte decorativa, sem que com isso se suspeite preparar um elemento fisiológico da escrita. Preparamos a capacidade de traçar as letras do alfabeto, ensinando a criança a tocar com os dedos forma alfabéticas de papel de lixa, recortadas e pregadas em papel liso [...] Finalmente, para compor as palavras, há alfabetos de letras móveis, que a crianças colocará uma atrás da outra até formar a palavra. (Lourenço Filho, 1978, p. 184)

O sistema de Maria Montessori foi também divulgado na expansão das ideias renovadoras durante o período republicano. Segundo Lourenço Filho (1978), Montessori foi uma continuadora de Froebel.

A pedagoga italiana propunha uma educação centrada na criança com foco em sua autonomia e autoaprendizagem; nesse sentido, o papel do professor seria o preparo do ambiente para estimular a curiosidade e o aprendizado espontâneo. Sobre a utilização de materiais pedagógicos por Montessori, Lourenço Filho (1978), estudioso e grande expoente da Escola Nova, faz uma crítica em seu livro *Introdução ao Estudo da Escola Nova*:

Montessori chega, assim, a aprendizagem como processo ativo, afirmando que não há educação que não seja auto-educação. Ao expor seus processos didáticos, mostraremos, porém, que aconselhava restrições práticas à atividade criadora. Digase desde já que, se sua concepção geral é funcional, sua didática nem sempre é. (Lourenço Filho, 1978, p. 183)

Lourenço Filho continua ainda:

A criança é livre, mas livre apenas na escolha dos objetos sobre que possa agir. Esses objetos são preestabelecidos, sempre os mesmos, típicos para cada gênero de atividade. Daí, o conjunto de jogos, ou material que criou para os jardins de infância, e suas lições materializadas para o ensino primário. (Lourenço Filho, 1978, p. 184)

É possível suspeitar, a partir das críticas de Lourenço Filho (1978), que, na necessidade de “educar os filhos dos operários”, a metodologia montessoriana e froebeliana, pelo menos, no que diz respeito à Escola Maternal Votorantim, tenham sido adotadas muito mais como um processo de pré-escolarização, do que de autonomia e liberdades de escolhas. A imagem abaixo pode ilustrar esse conceito.

Figura 29 – Atividades Orientadas em que se usavam modernos conceitos de Pedagogia⁷²



Fonte: Acervo AVAM; sem data.

Nessa cena, as professoras utilizam-se de jogos como atividade. As crianças estão dispostas em grupos; parecem estar buscando encontrar pares ou formando palavras, como pode ser observado na primeira mesa de crianças à direita. De material fino, os elementos do jogo parecem ser feitos com papel, algo construído pelas próprias professoras.

A priori, pode-se pensar que a professora deseja comprovar que seu trabalho baseia-se em princípios decrolyanos, demonstrando que, nas atividades aplicadas, os alunos, passam pelas fases da observação, da associação e da expressão, etapas fundamentais propostas por Decroly⁷³ no tratamento de qualquer assunto (Lourenço Filho, 1978).

⁷² A legenda da figura 20 está escrita no verso da foto original. Optamos por mantê-la como descrição. A imagem não tem data específica, apenas uma anotação em papel avulso: “década de 1940/50”. A denominação da imagem foi mantida propositalmente, pois repercute também o imaginário social sobre o trabalho que era realizado pelas professoras da Escola Maternal.

⁷³ Decroly (1871-1932) destacava o caráter global da atividade infantil e a função de globalização no ensino. Como pressuposto básico, postulava que a necessidade gera o interesse, verdadeiro móvel em direção ao conhecimento. As necessidades capitais do homem na sua troca com o meio são: 1) Alimentação; 2) a defesa contra as intempéries; 3) a luta contra perigos e inimigos; 4) o trabalho em sociedade, descanso e diversão. Desse pressuposto deriva sua proposta pedagógica de organizar a escola em “centro de interesses”, onde a criança passa por três momentos: o da observação, o da associação no tempo e no espaço, e o da expressão (Kramer, 2007, p. 27).

Segundo Lourenço Filho (1978), Decroly acredita que é por meio do exercício da observação que as outras atividades mentais são movimentadas; ela é a base racional de todo exercício. Já a associação auxiliará a criança a preparar, por meio de recordações e do auxílio do professor, uma elaboração que faça sentido. Esta será expressa por meio de palavras, desenho, trabalhos manuais, dramatizações. Essas etapas estão relacionadas a um “centro de interesse”.

Encontramos a abordagem decrolyana nos discursos a respeito das práticas didáticas na Escola Maternal Votorantim por volta dos anos 1930. Observamos sugestões e orientações por parte dos inspetores sobre tal método, apresentados pelo inspetor escolar Paulo Monte Serrat.

Apreiei com prazer, um ensaio de globalização de ensino- um canto sobre o sol e o assunto se estendeu aos tornos, desenhos, banhos de sol e linguagem. Continuem as colegas a experienciar que o systema de Decroly há de reservar-lhe boas surpresas. (Termo de Visita, 26 de janeiro de 1931, p. 9, verso)

O inspetor Paulo de Monte Serrat também teve como prática, em suas visitas, pelo menos no que apontam os registros escritos por ele, de fazer demonstrações e dar aulas-modelo para as professoras. Como vemos,

Reuni as professoras demonstrando-lhes a aplicação dos testes a, b, c. Servi-me do motivo para tratar pormenorizadamente da globalização do ensino e da feitura do diário de lições, obedecendo esta ordem: Observação no tempo e no espaço; expressão concreta e expressão abstrata-materiais derivantes. Continua adorável o entusiasmo das senhoras diretora, sub-diretora e professoras na prática das doutrinas da Escola Nova. (Termo de Visita, 29 de abril de 1931, p. 11, verso)

Nesse trecho, além de apontar um princípio formativo em sua prática no que dizia respeito aos centros de interesse de Decroly, o inspetor ainda acentua o entusiasmo das professoras em relação às práticas das doutrinas da Escola Nova.

Lourenço Filho (1978) aponta alguns exemplos de como teria aplicado o método de Decroly em suas aulas e comenta também as práticas de Alice Meirelles no Jardim da infância com aplicação de centros ocasionais. Porém, afirma que não é um processo a ser empregado por mestres sem preparo para ele.

Claro está que tal sistema não pode ser usado por mestres sem preparo especial, que não saibam encaminhar a atividade interessada das crianças, para a aquisição das técnicas escolares indispensáveis e dos conhecimentos imprescindíveis à vida social. A atividade interessada é o meio, não o fim do trabalho escolar. Se a dispersão por um lado traz perigos, a obediência cega ao programa de Decroly, importará em cópia servil, o que ele não aconselhava que se fizesse. (Lourenço Filho, 1978, p. 197)

Dessa forma, justifica-se mais um questionamento relacionado às práticas educativas das professoras da Escola Maternal: teriam elas o tempo para o estudo e aplicação dos métodos decrolyanos? Era possível que, dentro da rotina de ordem, disciplina e asseio, as professoras se dedicassem a criar centros de interesse para as crianças?

Paulo de Monte Serrat, após algumas visitas e tentativas de disseminar o método decrolyano no âmbito da Escola Maternal e Creche Votorantim, chega a questionar se esse método serviria para às finalidades da Escola Maternal.

Registrei o progresso da pratica do ensino decrolyano cujo notado deve ser estudado pormenorizadamente para que se estabeleça se ele consulta as finalidades da escola maternal (Termo de Visita, 16 de dezembro de 1931, p. 13)

Interessa-nos refletir sobre quais seriam as finalidades da Escola Maternal mencionadas por Paulo Monte Serrat. Seriam elas pensadas também pelas professoras anunciadas aqui em virtude do abaixo assinado? Seriam finalidades educativas ou sociais? Sociais e educativas, talvez? Nesse sentido, Kramer (2007) salienta que nenhuma prática é neutra: ao contrário, elas estão sempre referenciadas em alguns princípios, mesmo que não formulados explicitamente.

Refletir sobre as práticas educativas na Escola Maternal de Votorantim não é fácil; faltam-nos fontes que apontem de fato como as professoras absorviam as orientações dadas pelos inspetores. Os documentos encontrados devem ser lidos com um olhar apurado e crítico, para encontrar nas entrelinhas dos discursos anunciados o pensamento de uma época.

A imagem (Figura 30) a seguir faz parte do Acervo fotográfico da Escola AVAM. Ela ilustra essa complexidade em relação aos métodos de ensino anunciados. Não eram nem froebelianos, nem montessorianos: vinham dos modelos europeus das escolas operárias que se iniciaram com Robert Owen, em New Lanark, na Escócia, e posteriormente foi divulgada em toda a Europa, nessas escolas tinham como prática a utilização de instrumentos de trabalho com tamanho reduzido para que as crianças, desde a mais tenra idade, aprendessem brincando a manuseá-los.

Ressalta-se que a mesma imagem foi utilizada por Martins (2000 p. 85), com a legenda: “As meninas bordam e os meninos aprendem a tecer em pequenos teares – década de 1950”. Decidimos mantê-la nesta pesquisa propositalmente, pois, ainda que retrate década posterior ao período estudado, é possível perceber nelas as influências ideológicas postuladas na Escola Maternal e Creche Votorantim.

Figura 30 – As meninas bordam e os meninos aprendem a tecer



Fonte: Acervo AVAM, sem data específica (provavelmente década de 1950).

Nesse sentido, Boris Kossoy (2020), ao conceituar a imagem como um fragmento que traz informações acerca de um determinado tema, selecionado e organizado esteticamente e ideologicamente, afirma que o leitor tem a tendência de tomar um fragmento pelo todo e reitera.

Na esteira de tal percepção, legendas e textos vêm complementar o “truque” e enfatizar algo que não está na imagem e, que se pretende, seja tomado com algo “dado”, “sabido”, “conhecido”. (Kossoy, 2020, p. 129)

Tomado como “o todo”, afirmaram-nos que a Escola Maternal e Creche Votorantim foi constituída nos modernos preceitos da pedagogia moderna. Porém, na imagem, observa-se o caráter capitalista da educação: ensinar o filho do operário a tecer; o futuro da criança já está pré-determinado, desde a mais tenra idade. Cabe aqui recordar o convite de E. Thompson (1981) a um duplo movimento: de crítica à dimensão reducionista de trabalho como emprego e seu vínculo linear com os processos educacionais escolares, para compreender o trabalho na sua relação necessária com a produção da vida.

Retomando o olhar sobre a imagem, e as questões educativas propagadas na Escola Maternal e Creche Votorantim, existe uma complexidade em resumir as influências teóricas pedagógicas nas práticas de professores. Kramer (2007) assinala nessa direção ao apontar para o entendimento de que a realidade é muito mais rica, dinâmica e contraditória do que as tipologias ou classificações que dela fazemos. Isso significa que, enquanto prática social, a

prática pedagógica é muito mais complexa do que o rótulo que, porventura, nela colocamos (Kramer, 2007, p. 23).

No decorrer da pesquisa, ficou explícito que as questões assistenciais deram contorno às práticas educativas, que as influências teóricas anunciadas no início do período republicano tiveram suas características direcionadas para o ensino pré-escolar, como exemplo dos “dons froebelianos”, os quais foram utilizados de forma dirigida para o ensino de conteúdo.

Ademais das tendências teóricas pedagógicas, percebe-se no discurso tanto dos inspetores escolares, quanto das professoras e funcionários da Escola Maternal e Creche Votorantim, que suas práticas se alinham aos ideais políticos da época: questões relacionadas a higiene, ordem, disciplina e produção do futuro cidadão do país estavam explicitadas em seu contexto educativo. A “dificuldade de educar” as crianças filhas das mães operárias, apontada no abaixo-assinado (Figura 16) para justificar o aumento de salário pelo excesso de trabalhado, reflete também a opção educativa e pedagógica da Instituição.

4.3.3 Da Creche, higiene e puericultura⁷⁴

Figura 31 – Creche Votorantim



Fonte: Acervo AVAM, 1936.

Das poucas fotos datadas da Escola Maternal e Creche Votorantim, essa nos apresenta o retrato do atendimento na Creche. Crianças menores em seus berços; as maiores eram colocadas em cadeirões de descanso.

Nas observações dos inspetores escolares referentes à creche, o que se percebe é a preocupação com a limpeza e a ordem desse atendimento. Muito pouco discorreu-se sobre a creche; o que pode ser observado nesses registros é o número de crianças atendidas, e as orientações para higiene e limpeza do local.

As preocupações sociais, sanitárias e higienistas podem ser observadas nas legislações e em todo os registros de visita dos inspetores escolares do período. A preocupação com a propagação de moléstias entre as crianças da classe operária era explícita. Oswaldina Bompani, professora e vice-diretora da Escola Maternal, por exemplo, foi nomeada no dia 6 de março de 1928, como parte da Comissão no Instituto de Hygiene da Capital. Sua nomeação teve sua

⁷⁴ Conjunto dos meios próprios para assegurar o nascimento e o desenvolvimento de crianças sadias.

publicação expedida no diário Oficial no dia 8 de março de 1928, como observado pelo Inspetor Paulo de Monte Serrat.

Vê-se que vae de adeantado o estudo de puericultura; pouco falta para atingir ao preceituado pelas modelares congêneres e isso, estou certo, logo se alcançará dado a dedicação que revela a quase totalidade das professoras. (Termo De Visitas, 8 de março de 1928, p. 9)

Neste trecho dos registros do Inspetor Paulo Monte Serrat, ele retrata a necessidade de haver junto à creche um consultório pré-concepcional e mesmo pré-natal com um serviço de conselhos às lactantes, às amas e às mães.

A pesagem das crianças, a vacinação e o controle médico foram previstos também no decreto que regulamentava o funcionamento das escolas maternais. Segundo seu artigo 48, todos os alunos e crianças da creche deveriam ser pesados mensalmente e medidos no seu crescimento e amplitude torácica.

A fábrica deveria disponibilizar o médico para o atendimento dessas crianças, que seriam avaliadas trimestralmente, averiguando suas condições de saúde. É necessário pontuar, que, no ideário popular, a presença de um médico para as crianças era uma grande dádiva, uma benfeitoria do Comendador Pereira Ignácio, percepção que cai por terra ao entendermos que se trata de uma obrigação.

Para os cuidados com os bebês, foram contratados auxiliares de creche/amaz, que, à época de seus primórdios, foram Maria Nardi e Anna Figueiredo Rocha. Suas competências foram explicitadas também no Decreto 3847, de 1925.

Artigo 75. - As amas compete

- 1 cuidar das criancinhas com o maior cuidado;
- 2 amamentar-as à horas certas, quando não o puderem fazer as proprias mães;
- 3 banha-las, quando disso necessitarem, e trazel-as sempre aseadas;
- 4 fazel-as dormir, depositando-as e vigiando-as nos berços que lhes forem destinadas;
- 5 obedecer a todas as determinações da directora e sub-directora.

Paragrapho unico. Serão dispensados as amas e qualquer empregados que usarem bebidas alcoolicas.

Figura 32 – Os bebês são amamentados com muito carinho⁷⁵



Fonte: Acervo AVAM, sem data específica.

Das profissionais que cuidavam dos bebês, não se exigia formação específica; no caso, a conclusão do Ensino Normal reflete aqui a questão histórica referente à formação de professores e profissionais para os cuidados na primeiríssima infância. Apenas o “carinho” pelas crianças, legenda deixada propositalmente na imagem acima, seria o suficiente⁷⁶.

Sobre a Creche, o Jornal Cruzeiro do Sul publicou, em 1942, um artigo descrevendo como seria passar um dia na Escola Maternal e Creche Votorantim. A data de tal publicação é posterior ao período retratado na pesquisa, mas colabora com a composição e observação do discurso propagado a sua época:

Na creche há um berçário destinado ao repouso dos pequeninos, ao lado de um gabinete de experiências de puericultura. Balanças para peso diário, afim de constatar-se o progresso relativo á alimentação racional, que se dispensam ás crianças, filhas de operárias. Além do aleitamento que recebem as crianças de menos de três anos, ainda há a mistura de farinhas de diversas procedências, a tarde, quando levam para casa, com a dose de alimentação, além das recomendações relativas ao horário a ser obedecido, bem como os princípios de higiene observados. Além da diretora e sub-diretora que zelam por essa secção com o mais decidido carinho, há ainda guardiãs que seguem à risca as recomendações médicas e as que procedem de ordens internas. (Cruzeiro do Sul, 1942, p. 02)

O Jornal nos apresenta um cenário “perfeito” onde a benevolência do Comendador Pereira Ignácio, mais uma vez, se sobressai para seus leitores. Periódico de notável parcialidade,

⁷⁵ A legenda da figura está no verso da foto, escrita em caneta azul; provavelmente foi utilizada em alguma publicação interna, ou dos jornais do município. Provavelmente foi escrita por pessoas ligadas à administração da Escola e reflete a visão paternalista de parte da sociedade.

⁷⁶ Sobre esse assunto, ler Campos(1999).

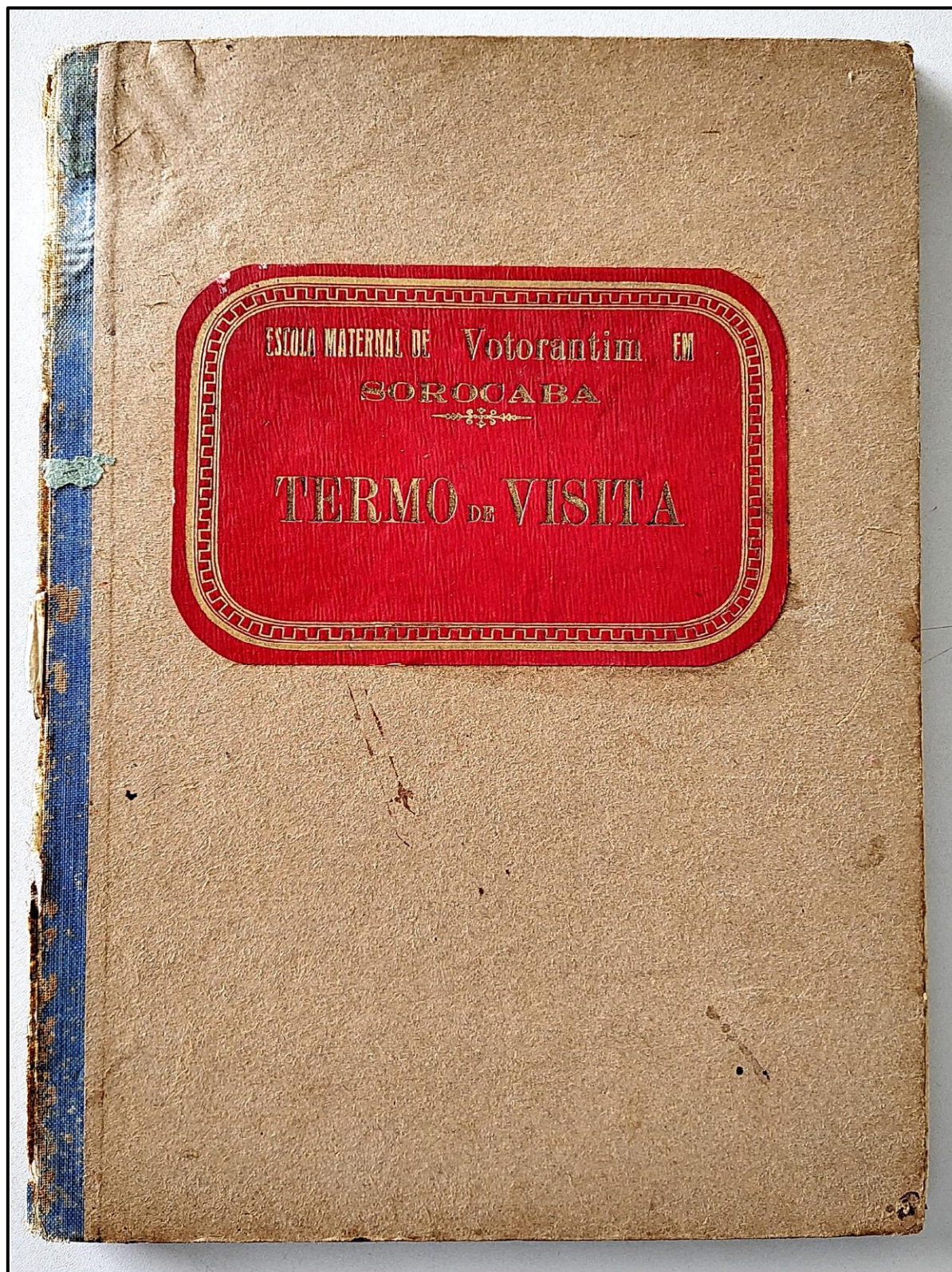
em defesa da elite industrial, faz uma publicação romantizada da rotina vivenciada pelas crianças, bem como das mães que trabalhavam o dia todo nas máquinas de tecelagem e ainda teriam que chegar em suas casas e dar conta do trabalho doméstico.

Por fim, soa a sineta da tarde. Vêm ao portão as mães andando para recebe-los e apertam-nos de encontro ao coração, levando alegres para o lar o fruto dos seus sonhos, até que no dia seguinte se inicie a faina do trabalho. É assim a Escola Maternal e Creche Votorantim. (Cruzeiro do Sul, 1942, p. 02)

Considera-se que, nesses discursos, está projetado o ideário burguês; as práticas vivenciadas na Escola Maternal e Creche Votorantim se alinham aos ideais políticos da época.

5 TERMOS DE VISITA DA ESCOLA MATERNAL E CRECHE VOTORANTIM ENTRE OS ANOS DE 1925 A 1935

Figura 33 – Capa do Livro Termo de Visita



Fonte: Acervo de documentos da Escola AVAM; imagem produzida pela autora.

O Livro Termo de Visitas redigidos pelos inspetores de educação, analisados neste trabalho, tem capa rígida e já está bastante desgastado pelo tempo, mas suas páginas interiores ainda estão bem preservadas. Em sua contracapa, está estampado o nome da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior; pois, no ano de 1925, data da inauguração da Escola e Creche Maternal Votorantim, a instrução pública era vinculada a esta secretaria que, com o Decreto nº 5884, de 1933⁷⁷, passou a ser denominada Secretaria da Educação e Saúde Pública.

Compreende-se que os indivíduos destacados nesses documentos são seus elaboradores, agentes designados como inspetores, que não apenas atuavam como representantes, mas também estavam a serviço da administração pública, ou seja, do próprio aparato estatal.

É necessário pontuar que os registros dos inspetores escolares foram utilizados, ao longo da pesquisa, como fonte de informações, mantendo, nas citações diretas, a transcrição original das expressões presentes nos documentos, de forma a garantir um contato mais próximo com as fontes em seu momento histórico.

Os registros encontrados nos termos de visitas têm como primeira data o dia 09 de julho de 1925, momento em que o senhor Antônio Pereira Ignácio compareceu às dependências da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior para assinar e formalizar o acordo de localização do prédio em que viria a ser a Escola Maternal e Creche Votorantim. A partir de então, foram registradas, neste livro, 147 visitas, descritas por 16 inspetores de educação. O primeiro registro foi assinado por Joana Grassi Fagundes; o último, com data de 26 de setembro de 1966, por Odilton R. C.

A análise e catalogação dos registros tem como objetivo encontrar indícios sobre as práticas pedagógicas, buscar observações e referências na perspectiva formativa dos professores da Escola Maternal e Creche Votorantim, assim como a utilização de materiais e recursos utilizados pelas professoras em sala de aula.

Dessa forma, buscaram-se informações que contribuam com os questionamentos e objetivos desta pesquisa, além de permitir entender que esses registros são primordiais para compreensão e a reconstrução das impressões dos inspetores em suas visitas e suas atuações.

É relevante salientar que as categorias não foram inicialmente propostas; elas surgiram no processo de análise documental. De acordo com Szymanski, Almeida e Prandini (2002, p. 75):

A categorização concretiza a imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo sua compreensão, pois essa construção depende da experiência pessoal, das teorias do seu conhecimento e das suas crenças e valores.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>. Acesso em: 10 nov. 2024

Ainda segundo as autoras, diferentes pesquisadores podem construir diferentes categorias a partir do mesmo conjunto de dados, pois essa construção depende da experiência pessoal, das teorias do seu conhecimento e das suas crenças e valores (Szymanski; Almeida; Prandini, 2002).

Desse modo, foram categorizados os registros referentes às práticas pedagógicas, aos materiais utilizados pelos professores, às práticas formativas aplicadas pela inspeção de ensino e aos aspectos que caracterizavam a rotina ou situações do cotidiano escolar, selecionados a partir da perspectiva desta pesquisadora.

Quadro 14 – Categorização dos registros selecionados para a pesquisa

CARÁTER PEDAGÓGICO	FORMATIVO	MATERIAIS PEDAGÓGICOS	ROTINA/COTIDIANO ESCOLAR
Palavras que retratam a natureza escolar como: manejos escolares e atividades desenvolvidas em sala de aula ou nas dependências da instituição com caráter pedagógico	Palavras como: dei instruções; tive com as professoras; palestrei, dei aulas modelos	Apontamentos referentes aos tipos de materiais utilizados em atividades pedagógicas	Registros que indicam situações do cotidiano, lanche, horários de atividades, organização da da escola.

Fonte: elaborado pela autora a partir do Livro Termo de Visitas – Registros de 1925 a 1935.

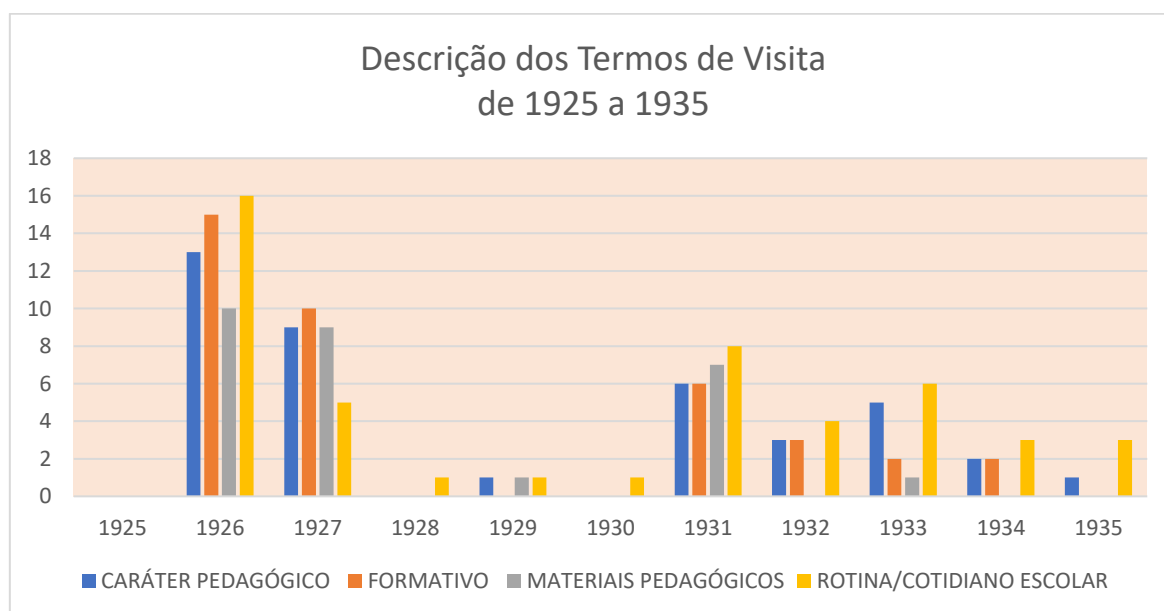
Foram catalogados, neste trabalho, apenas os registros que estão entre a periodização proposta na pesquisa: dos anos 1925 a 1935. Após a realização da leitura, foi possível constatar que algumas observações eram recorrentes em praticamente todo o livro, aspectos comuns que foram observados por todos os inspetores escolares que por ali estiveram, tais como: frequência e ausência de alunos, palavras como ordem, asseio e disciplina, registros que caracterizam a política e a ideologia de seu tempo.

Com a finalidade de sintetizar as visitas selecionadas para essa pesquisa, foi elaborada uma tabela com as datas e quantidades de visitas e categorias extraídas desses termos registrados.

Tabela 1 – Visitas registradas pelos inspetores escolares entre os anos 1925 a 1935

Registro da Inspeção Especial de Ensino de 1925 a 1935 – Total de 74 termos de visita						
Ano	Caráter Pedagógico	Formativo	Materiais Pedagógicos	Rotina/cotidiano escolar	Inspetor	Total de visitas p/ano
1925					Joana Grassi	2
1926	13	15	10	16	Joana Grassi	22
1927	9	10	9	5	Joana Grassi	11
1928				1	José Benedicto	5
1929	1		1	1	José Benedicto	6
1930				1	José Benedicto	3
1931	6	6	7	8	Paulo Monte Serrat	7
1932	3	3		4	Benedito P. França	6
1933	5	2	1	6	Benedito P. França	5
1934	2	2		3	Paulo Monte Serrat	2
1935	1			3	Aluísio (sobrenome não identificado)	4

Fonte: elaborada pela autora com base no Livro Termo de Visitas da Escola Maternal e Creche Votorantim.

Gráfico 1 – Classificação das informações presentes nos registros

Fonte: elaborado pela autora com base no Livro Termo de Visitas.

As descrições dos trechos foram apontadas segundo a relevância das informações para a pesquisa, categorizando, entre os escritos, quais indicam informações de carácter pedagógico, formativo, materiais pedagógicos, rotina/cotidiano escolar⁷⁸.

Sabemos que os registros dos Termos de Visita da Escola Maternal são uma fonte, como na concepção de Le Goff (2003, p. 547), cheia de intencionalidade; seus autores, ao elaborá-los, tinham consciente ou inconscientemente, objetivos a serem alcançados através deles. Assim, os relatórios de um inspetor escolar emergem como documentos que suscitam informações valiosas, pois se diferenciam dos documentos oficiais, como as legislações e regulamentos institucionais de um determinado período.

No propósito das análises do Termos de Visita dos Inspectores Escolares, reportando-se ao período republicano, ressalta-se a necessidade de compreender que as manifestações desses personagens ocorrem dentro de um limite de subjetividade e de formação própria de cada agente, que deixa transparecer sua visão de sociedade, de homem, de educação. As críticas pautavam-se por valores próprios e diferenciavam-se em cada momento histórico, dependendo do agente que as manifestava (Chede, 2014).

É visto, acompanhando as legislações educacionais, que o cargo de inspeção escolar, passou por várias interferências políticas, entre o final do império até a década de 1940, inclusive nas suas funções⁷⁹. Ao explorar e analisar o Livro “Termo de Visita”, redigido pelos inspetores de escolares, percebeu-se como os aspectos orientadores e fiscalizadores se caracterizaram em diferentes momentos históricos. Nesse sentido, Chede (2014, p. 80) pontua:

A inspeção destacava-se no processo de controle, fiscalização, orientações junto às escolas e, ao mesmo tempo, alimentava o sistema de informações da burocracia na elaboração de políticas. As características institucionais da inspeção, nesse período, contemplavam tanto a dimensão pedagógica quanto a administrativa; a articulação entre o professor, a escola, pais e os órgãos centrais, proporcionando uma visão ampla e de conjunto; uma certa autonomia no processo orientativo aos professores; e, para a garantia dessas características, o conhecimento e experiência no magistério eram condições a serem garantidas para a contratação dos inspetores.

Nas observações dos inspetores escolares, registradas no Livro Termo de Visitas da Escola Maternal e Creche Votorantim, os assuntos relacionavam-se principalmente à

⁷⁸ Tais categorias compreendem, no que diz respeito a carácter pedagógico, mesmo que de forma prescritiva, todas os registros que direcionavam apontamentos relacionados às aulas, ao professor, a questões teóricas. Muito próximo às questões pedagógicas foram identificadas inserções entendidas como formativas, ao incluírem em seus registros, a ação inspetora para que o professor pudesse aprender através da observação da prática; assim, termos como “dei aula”, “palestrei”, “orientei”, foram considerados de carácter formativos.

No levantamento de materiais pedagógicos, foram categorizados, referentes aos tipos de recursos didáticos utilizados em sala de aula: os jogos, brinquedos, instrumentos musicais, etc.

Acerca da rotina/cotidiano, foram elencadas e selecionadas as terminologias ligadas a assistência, horário do sono, do lanche, do banho, da entrada, da saída, informações que contemplassem questões que pudessem identificar acontecimentos de como era passar o dia naquela instituição.

⁷⁹ Para saber mais sobre o assunto, consultar Chede (2014).

observação das práticas pedagógicas e à aptidão e desempenho metodológico dos professores, à organização da rotina e à frequência dos alunos, e à limpeza e organização do prédio.

Após realizado o levantamento dos termos e registros da Inspeção Escolar, entre os anos de 1925 a 1935, constatou-se que foram realizadas, nesse período, o total de 118 visitas, das quais 33 foram registrados por Joana Grassi Fagundes. Percebe-se, assim, um número expressivo em relação aos demais, considerando que o seu tempo de permanência como inspetora foi de 2 anos.

Percebeu-se também a indicação de várias passagens em que Joana Grassi Fagundes indica possibilidades de atuação pedagógica/formativas, utilizando seu tempo para demonstrar aos docentes como os materiais pedagógicos deveriam ser utilizados em sala de aula.

Porém, é necessário entender que nesse período foi criado o cargo de Inspetor Especial de Escolas Maternais⁸⁰, que logo será extinto, ficando o cargo de Inspetor Escolar responsável pelas visitas e fiscalizações dessas instituições.

Dessa maneira, percebe-se também a alteração na quantidade de visitas realizadas pelos demais inspetores, totalizando uma média de 4 visitas anuais, cada um. Em consonância com a redução das visitas, apresenta-se também uma contração dos apontamentos e orientações pedagógicas em detrimento de assuntos de ordem administrativa, os quais vão tomando conta das observações anotada. Sobre esse ponto, é indispensável pontuar que

as condições de trabalho da inspeção, nesse momento histórico, relacionam-se, dentre outros, ao processo de democratização do ensino. Todavia, o número de escolas aumenta significativamente nas décadas de 1920 e 1930; o crescimento do número de inspetores não acompanhou o mesmo ritmo. (Chede, 2014, p. 99)

Analisando o gráfico, é possível notar algo interessante sob a perspectiva da ação formativa do Inspetor Escolar. Quanto mais próximo a década dos anos 1930, período reconhecido pelo movimento do *Manifestos dos Pioneiros da Escola Nova*, momento em que a Educação é pauta de grandes transformações, as visitas dos inspetores escolares tornam-se menos frequentes, afastam-se das orientações formativas e caracterizam-se por aspectos ligados a rotina administrativa, orientações legais e frequência escolar.

As informações levantadas nos registros dos termos de visita da Inspeção Escolar, favoreceram o diálogo com a pesquisa, os trechos transcritos foram aplicados no decurso deste trabalho, contribuindo para estabelecer relações e contrapontos entre as fontes pesquisadas.

Concluindo a leitura, análise e reflexão sobre as visitas realizadas pelos diversos inspetores que passaram pela Escola Maternal e Creche Votorantim entre os anos 1925 e 1935,

⁸⁰ Cargo criado pelo Decreto 3858 de 11 de junho de 1925.

foi possível observar o contraste entre a observância das questões legais e fiscalizadoras e as visitas de orientação e aulas-modelos, aqui entendidas como princípios de práticas formativas para os professores desta unidade educativa. Esse movimento contribui para a compreensão do objetivo proposto na pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES DO PERCURSO

A história é o exercício da memória realizado para compreender o presente e para nele ler as possibilidades do futuro, mesmo que seja de um futuro a construir, a escolher, a tornar possível. Mas é justamente a atividade da memória, a focalização do passado que anima o presente e o condiciona, como também o reconhecimento das suas possibilidades sufocadas ou distantes ou interrompidas, e portanto das expectativas que se projetam do passado -presente para o futuro, que estabelece o horizonte de sentindo da nossa ação, de nossas escolhas. (Cambi, 1999 p. 35)

Prestes a completar um século de história, a Escola Maternal e Creche Votorantim teve suas atividades iniciadas no findar do ano de 1925 e início do ano de 1926. Foi uma instituição criada para atender os filhos das mães operárias da Fábrica de Tecidos das Indústrias Votorantim S/A.

No início do século XX, em virtude do processo de industrialização e urbanização, e da necessidade de aumentar a produtividade de suas indústrias, foram criadas, por alguns empresários do estado de São Paulo, Escolas Maternais e Creches; e entre eles, estava a figura de Pereira Inácio.

As ações do Comendador Antônio Pereira Inácio ainda soam fortemente no ideário da sociedade votorantinense. Ele foi conhecido e marcado por sua benevolência; construiu em torno de fábrica de tecidos “sua” própria vila, com cinema, venda, farmácia, e escola e creche para os filhos dos seus operários.

Contudo, é imprescindível pontuar que não havia benfeitorias: oferecer creche e escola maternal para os filhos das mães operárias garantiria uma maior produção, uma vez que essas mães poderiam trabalhar tranquilas sabendo que teriam seus filhos amparados e bem cuidados. Dessa forma, é nos moldes principalmente de cunho assistencialista que nasce a Escola Maternal e Creche Votorantim.

No período histórico retratado na pesquisa, início do período republicano, foram marcados pela essência de que era necessário educar as crianças para serem servis à pátria; e manter a ordem e a disciplina eram fundamentais para a construção desse futuro homem. Desse modo, seria a escola a responsável direta pelo desenvolvimento de práticas e atitudes que colaborassem para que tais hábitos fossem desenvolvidos pelas crianças.

É com essa ideologia que as teorias pedagógicas influentes da modernidade adentram ao Brasil e têm suas características adaptadas às necessidades locais. Metodologias como a froebeliana e a montessoriana tinham em seus embasamentos o desenvolvimento dos aspectos morais da criança.

Essa ideologia é legalizada e formalizada pelo Estado no próprio Regimento das Escolas Maternais, estabelecido pelo Decreto 3.708 de 30 de abril de 1924:

Artigo 6.º - O ensino será ministrado pela educação dos sentidos, segundo as formas de Froebel e Montessori, adaptadas as condições do nosso meio.

§ 1.º - Cumpra que cada professor tenha em vista desenvolver os das crianças, pregando os processos aconselhados.

Dessa forma, ficou caracterizado, ao menos no plano instituído pelo Estado, que o trabalho pedagógico seria alicerçado pelos teóricos Froebel e Montessori, mesmo havendo o conhecimento de outras possibilidades teóricas e suas produções principalmente após o advento do Movimento da Escola Nova.

Segundo Kishimoto (1988), o texto legal citado foi um zelo para que não ficassem explícitas as diferenças estabelecidas entre os Jardins de Infâncias e as Escolas Maternais, diferenças que foram calcadas desde o estabelecimento de tais instituições e que puderam ser compreendidas no segundo capítulo desta pesquisa. Isto é: destinavam-se os Jardins de Infância para os ricos e as Escolas Maternais para os pobres e filhos de operário.

Sobre essa questão Kishimoto completa:

a duplicidade de instituições destinadas às crianças da mesma faixa etária anula os esforços dos legisladores em evitar discriminações e acaba por atribuir diferença na qualidade de trabalho. Provavelmente, a escola de filhos de operários acaba por adquirir um status inferior em decorrência do predomínio de ideias como a de que somente escolas de elite, geralmente de meio período, tem condições de realizar preceitos froebelianos. (Kishimoto, 1988, p. 62)

Diante dessas circunstâncias, buscando responder aos questionamentos apontados na pesquisa, este estudo procurou analisar as concepções e práticas pedagógicas realizadas pelas professoras dessa instituição, entendendo-as como figuras centrais desse processo e contribuindo ainda para a compreensão da sua constituição histórica. Nesse sentido, Nóvoa (1995, p. 28) afirma:

A relação dos professores ao saber constitui um dos capítulos principais da história da profissão docente: Os professores são portadores (e produtores) de um saber próprio ou são apenas transmissores (e reprodutores) de um saber alheio? O saber de referência dos professores é fundamentalmente, científico ou técnico?

Para compreender os saberes desses professores e as práticas docentes, foi necessário observar todo o contexto que envolveu suas práticas. Sabemos que a práxis do professor estabelece-se principalmente na relação com o cotidiano, com o conhecimento do que foi vivenciado por ele; muitas vezes, suas referências não se constituem em embasamentos teóricos, mas no que aprendeu com seus antigos professores e colegas de profissão. Nesse sentido, Nóvoa (1995) reflete sobre essa dimensão do trabalho docente que, por grande parte

dos atores educativos, é vista como um valor essencial, rejeitando-se a centralidade exclusiva das aprendizagens acadêmicas.

Partindo do entendimento geral do trabalho docente, reporteime à Escola Maternal Votorantim dos anos 1925. Indagando quem eram suas professoras, como foram contratadas para desenvolver seu trabalho, quais suas experiências com crianças, como foram formadas. Foi no processo de triangular as informações encontradas que buscou-se dados que pudessem apontar as respostas, tendo como fonte o Livro Termos de Visita da Inspeção de Ensino da Escola Maternal, documentos legais, notícias de jornal e fotos.

Dessa forma, houve-se dificuldades em caracterizar de fato a prática educativa das professoras da Escola Maternal Votorantim, uma vez que suas primeiras professoras já faleceram, e não foi identificado nenhum documento pedagógico escrito por elas relacionando o seu trabalho pedagógico diário, apesar de a Inspeção Escolar apontar a necessidade de entrega desses documentos, como no dia da visita do Inspetor Escolar Aluísio Passos no dia 27 de maio de 1935.

Visitei todas as classes fisicamente, inclusive a Creche, constatando regularidade e asseio. Solicitei providencias de que as professoras organizassem semanalmente, o registro das lições a serem dadas. (Termo de Visita, 27 de maio de 1935, p. 19)

Esses registros não foram encontrados, pois muitos dos documentos da escola Maternal e Creche das Indústrias Votorantim foram perdidos nos processos de reformas do seu prédio, dificultando a busca por informações. Porém, os fragmentos achados demonstraram que, apesar de ser uma instituição com fins assistencialistas, havia sinais de princípios educativos nela.

Nesse sentido, como foi explicitado na pesquisa, às professoras contratadas para trabalhar nas Escolas Maternais, foram financiadas pelo Estado, utilizando-se inicialmente de profissionais adidas do ensino primário. Especificamente as professoras da Maternal de Votorantim foram nomeadas pelo decreto 7 de oito de janeiro de 1926 (vide anexo desta pesquisa).

Constatou-se que não existiam formações específicas para o trabalho com a educação infantil entre as décadas de 1920 a 1930. A docência nas Escolas Maternais e Jardins de Infância foi delegada às professoras normalistas; porém, ainda se admitiam professores sem formação em alguns casos específicos. Contudo, no caso das normalistas, entende-se que adquiriram conhecimento em suas formações para desenvolver sua prática com crianças maiores de 7 anos no ensino primário, com objetivos que iam de encontro ao processo de alfabetização.

Os vestígios e indícios de processo de formação docente para crianças pequenas começam a tomar formato com a ação formativa realizadas pelos inspetores escolares do

Estado, no que vimos aqui, no papel crucial desempenhado pela inspetora de Escola Maternais Joana Grassi Fagundes.

Foi através de aulas-modelo que essa inspetora, em suas 33 visitas à Escola Maternal e Creche Votorantim, instrui e demonstra às professoras e à direção escolar como deveria ser desempenhado o trabalho com as crianças pequenas.

Em relação ao papel de Joana Grassi Fagundes, é relevante lembrar que ela cumpria as legislações e determinações do seu cargo, em que tinha como uma de suas funções dar aulas-modelo. Ademais, mesmo com a ação dos inspetores, representando e cumprindo o que estava previsto em seu ofício, não podemos garantir que as orientações práticas “aulas-modelo” ou teóricas advindas das “palestras” realizadas por eles tenham de fato atravessado a prática dessas professoras. Talvez isso não tenha ocorrido pela carência formativa e até mesmo de recursos pedagógicos.

No levantamento realizado nesta pesquisa, somente nos primeiros dois anos 1926 e 1927, foi possível identificar 25 apontamentos de incidência formativa orientadas por esta inspetora em detrimento de 13 apontamentos nos oito anos restantes. Podemos compreender, assim, a importância de Joana Grassi Fagundes para o início de processos formativos de professores da Escola Maternal e Creche de Votorantim.

Em relação aos materiais pedagógicos, referendados nos documentos encontrados, nos termos de visita de Joana Grassi Fagundes, foram indicadas 19 citações referentes ao seu uso e existência. Despontam, dessa maneira, indícios de que foi realizada uma primeira distribuição para o cumprimento da legislação no ano de 1926, como foi indicado também no relatório de materiais enviado ao setor de almoxarifado do Estado pelas Escolas Maternais Votorantim e Santa Rosalia. Após isso, não houve apontamentos de compras no período seguinte, até 1935.

Além do relatório de materiais existentes na Escola Maternal e Creche Votorantim, vimos por meio das imagens apresentadas ao longo do quarto capítulo que havia “alguns materiais disponíveis” e que poderiam ter sido adaptados pelas próprias professoras para o uso com as crianças da Escola Maternal, uma vez que os importados eram caros, e o governo do Estado não dispensaria tal verba para os filhos dos operários.

A partir dessas informações, foi possível constatar indicadores de que, nas abordagens e aulas modelos realizados por Joana Grassi, eram apontados os usos dos materiais e recursos pedagógicos, como a utilização do piano nas aulas de cantos e ensaios para apresentações. O ensino e orientação para utilização desses recursos foram realizados de forma prática e demonstrativa em sala de aula; essa foi a preocupação corrente em seus registros de visitas.

Desse modo, como resposta as questões presentes na pesquisa quanto a utilização e implementação da pedagogia froebeliana e montessoriana bem como na utilização de materiais pedagógicos nessa instituição destinada a educação dos filhos dos operários, pode-se afirmar que, a partir da materialidade encontrada, que, na Escola Maternal e Creche Votorantim, principalmente no período inspecionado e orientado pelo trabalho da inspetora especial de escolas maternas Joana Grassi Fagundes, houve a intenção de prover uma pedagogia com base froebeliana /montessoriana. Contudo, não foi possível confirmar a aplicação da teoria na prática, pela falta de fontes que atestassem tais dados.

Embora sendo de natureza prática, o processo formativo foi estabelecido, e as docentes da Escola Maternal Votorantim tiveram contato com as influências teóricas e materiais que regiam a educação naquele momento. Porém, alguns questionamentos ficam em aberto, como a implementação das orientações recebidas por essas professoras? Será que elas acontecerem de fato?

Pesquisando sobre o cotidiano e as práticas pedagógicas dessas professoras, e seu tempo para dedicarem-se ao estudo ou preparo para suas aulas, foi possível identificar, pelos documentos apresentados, em ocasião do abaixo assinado enviado ao Governador do Estado no ano de 1927, a rotina exaustiva de excesso de trabalho por parte das professoras, comentada nas queixas apresentadas, por exemplo, no termo de visita realizado no dia 11 de julho de 1931, em que o Inspetor Escolar Paulo de Monte Serrat registra:

Na qualidade de inspetor tenho recebido das senhoras professoras desde janeiro desse ano, justa reclamação sobre o tempo de trabalho das professoras. por isso, solicitei a diretora uma maneira de ser dividido o trabalho do corpo docente, sem que haja grande despesa para o governo, afim de poder representar no sentido de diminuir o tempo de função do cargo, isto é, de trabalho diário que atualmente excede 9 horas. (Termo de Visita, 11 de julho de 1931, p. 12)

Caracterizou-se aí não só a extensão jornada dessas docentes, como também a preocupação e o papel do Inspetor Escolar como representante do Estado. Ora, mesmo que seja justa tal reclamação, não é possível onerar o Estado. Diante de tal rotina, questiona-se: quanto tempo teriam as professoras para dedicarem-se ao estudo?

Faz-se necessário diferenciar aqui a adoção de uma proposta teórica no plano das ideias propagadas nas legislações e no discurso oficial do Estado na figura dos Inspectores Escolares e o que de fato ocorria nas práticas cotidianas da Escola Maternal e Creche Votorantim.

Apesar dos registros de Joana Grassi apontarem para as orientações pedagógicas docentes, isso não é suficiente para afirmar que a pedagogia froebeliana estava presente em sua integralidade, a falta de documentos sobre descrições de práticas e as ações das crianças, ou depoimentos de antigos professores inviabiliza essa asserção. Considerar a utilização dos

preceitos froebelianos na educação dos filhos dos operários da fábrica Votorantim, seria considerar o entendimento de sua pedagogia de forma total, respeitando a natureza livre e autônoma da criança, o que de forma explícita ficou negada nos documentos registrados que demarcavam a necessidade de controle e disciplina dos corpos infantis.

Dessa maneira, após o exposto neste trabalho, foi possível refletir sobre o passado educativo dessa instituição, bem como, as agruras da profissão docente e a História da Educação. Nesse sentido, Nóvoa (1999, p. 13) afirma que:

a história da educação fornece aos educadores um conhecimento do passado coletivo da profissão, que serve para formar sua cultura profissional. Possuir um conhecimento histórico não implica ter uma ação mais eficaz, mas estimula uma atitude crítica e reflexiva.

Espera-se, portanto, que essa pesquisa possa contribuir para aspectos da formação docente não apenas da região de Sorocaba/Votorantim, mas que possa gerar uma ação reflexiva sobre a prática docente e sobre as infâncias. Devemos compreender que as crianças não estão à parte da sociedade, mas na sociedade; elas não são figurantes, mas sim sujeitos da história e do processo educativo.

Concluindo, na pesquisa, é possível perceber o quanto falta por caminhar. Há um século, as escolas da infância anunciavam teorias que proclamavam a liberdade e autonomia dos pequenos como forma de aprendizagem. A música, o teatro, e o contato com a natureza preconizavam o programa de ensino dos Jardins de Infância e Escolas Maternais. No entanto, ainda estamos aqui, nas mesmas salas de aula, com ritos tradicionais, e práticas reprodutoras. A pergunta que fica é; quantos séculos a mais serão necessários para que a forma de ver e escutar as crianças mude a prática docente?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aluísio de. **História de Sorocaba**. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.

AMARAL, Maria Nazaré Camargo de Pacheco. Dewey: jogo e filosofia da experiência democrática. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2023.

ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo, 1926. São Paulo: Directoria Geral da Instrucção Pública, 520 p.

ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo, 1935-1936. São Paulo: Directoria Geral da Instrucção Pública, 1936. 575 p.

AZEVEDO, Antônio Carlos. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3. Ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Chartier. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literaturas e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, 2006.

BROSTERMAN, Norman. **Inventing Kindergarten.** Nova York: Harry N. Abrams, Incorporated, 1997.

BRUGNARO JR., Maurício. Pedagogia descolonial: uma construção da e a partir da razão histórica. **Le Monde Diplomatique**, 5 ago. 2022.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmen Maria; KAERCHER, Gládis Elise (orgs.). **Educação Infantil:** pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

CAMPOS, M. M. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: Modelos em debate. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro de 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** Entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CHEDE, Rosângela Aparecida Ferini Vargas. **A história da supervisão de ensino paulista: características institucionais, contradições e perspectivas transformadoras (1965-1989).** 2014. 313 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2014.

CIAVATTA, Maria. O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 12, jan-abr 2012, p. 33-46.

CORREIA, Larissa Costa; SOUZA, Nadia Aparecida. Pesquisa bibliográfica ou revisão de literatura: traçando limites e ampliando compreensões. **Anais do XIX EAIC** – 28 a 30 de outubro de 2010, UNICENTRO, Guarapuava-PR.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Editora Difel, 1976.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo – 1927-1934. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 1983

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

DESSOTTI, Isabel C. Caetano. **História da educação de Votorantim**: do apito da fábrica à sineta da escola. 2007. 214 p. Dissertação (mestrado) – Universidade De Sorocaba, Sorocaba, SP, 2007.

DESSOTTI, Isabel C. Caetano. **A educação operária no final do século XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa [recurso eletrônico] : o escrito e o silenciado**. 2017. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2017.

DESSOTTI, Isabel C. Caetano . **Trajetória da luta operária em Sorocaba**: a greve de 1917. Arquivo do Estado. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia02/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola, educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1989.

FORMOSINHO, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (org.). **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2022.

GOLOMBEK, Patrícia. **Caetano de Campos**: A Escola que mudou o Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

GRASSI, Joana. O Brinquedo no Jardim da Infância. **Revista do Jardim da Infância**, vol. I, São Paulo, Espinola, Siqueira & Com.; 1896, p. 253-255.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A Pré-Escola em São Paulo**: das Origens. Tese de doutorado, São Paulo, 348 f., 1988.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A pré-escola na república. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 1, n. 3, p. 55–66, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644488>. Acesso em: 19 dez. 2024.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 2014a.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Práticas Pedagógicas da Professora Alice Meirelles Reis 1923-1935**. São Paulo: PoloBooks, 2014b.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). **O Brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2023.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista.

KRAMER, Sônia. **A Política do Pré- Escolar no Brasil: a arte do Disfarce**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL, Ministério da educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

KRAMER, Sônia. **Com a Pré-Escola nas Mãos**, uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Editora Ática, 2007.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da Educação Infantil Brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da Escola Nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

LUCA, Tânia Regina. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. 113 p.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81–142,

2017. Disponível em:
<https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017081>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MARTINS, K. A. (coord). **Votorantim 2000 – Memórias de Uma Cidade**. Votorantim: Cooperativa Tecnico-Educacional, 2000.

MARCONDES, E.; LIMA, A. (coord.). **Dietas em pediatria clínica**. 4. ed. São Paulo: Sarvier, 1993.

MELLO, Débora. **Uma Genealogia das Políticas Públicas para a Creche no Brasil: Estado e Infância (1899-1920)**. Tese de doutorado, Campinas, 2008.

MEIHY, José Carlos Deve Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo, Loyola, 2002.

NASCIMENTO, M. L. Algumas considerações sobre a infância e as políticas de educação infantil. **Educação & Linguagem**, v. 14, n. 23/24, p. 146-159, 2011.

NÓVOA, Antônio. Apresentação: Por que a História da Educação? In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil: vol II - Séc. XIX**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NÓVOA, Antônio. Apresentação. In: CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, p.5-11, 1999.

NÓVOA, Antônio. O Passado e o Presente dos Professores (Prefácio à segunda edição). In NÓVOA, Antônio (org). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, Júlia Formosinho; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. **Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed. 2007.

OLIVEIRA, M. M. Fogaça. **História e historiografia de Votorantim**. Dissertação de mestrado, Sorocaba, SP, 2008.

- OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PASSEGGI, Maria da Conceição; CÂMARA, Sandra Cristiane. O gênero memorial acadêmico no Brasil: concepções e mudanças de uma autobiografia intelectual. In: **Jornada Nacional do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste, XXIV**, Natal: UFRN, 2012.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. Memoriais de formação: processos de autoria e de (re)construção identitária. In: **III Conferência de Pesquisa Sócio-cultural**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. 1999.
- PINTO JR., Arnaldo. **A invenção da “ Manchester Paulista”: embates culturais em Sorocaba (1903-1914)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, Campinas, 2003.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROLIM, Zalina. Do conto a arte de contar. **Revista do Jardim da Infância**, vol. II, São Paulo, Espinola, Siqueira & Com, 1897, p. 86-102.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e Estudo da Infância. In: VASCONCELLOS, Vera; SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância (In)visível**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2007.
- SANTOS, D. A. & MADIO, T. C. **Projeto Memória Votorantim (P.M.V.): Um centro de documentação on line**, 2010.
- SANTOS, Maria W. **Educadoras de Parques Infantis em São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2005.
- REVISTA DE ENSINO, 1912, Anno XI nr. 3 setembro-dezembro, SP.

REVISTA DO JARDIM DA INFANCIA, São Paulo, Espinola, Siqueira & Com. 1896/1897, vol, I e II.

SÃO PAULO (Estado). **Lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920.** Reforma a Instrução Publica do Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n° 3.708, de 30 de abril de 1924.** Approva o regimento Interno das Escolas Maternaes. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1924/decreto-3708-30.04.1924.html>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n.º 5.335, de 7 de janeiro de 1932.** Reorganiza a Instrução Publica e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5335-07.01.1932.html> . Acesso em: 13 jan . 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n.º 6.425, de 9 maio de 1934.** Reorganiza a Diretoria Geral do Ensino e da outras providencias. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6425-09.05.1934.html.html>. acesso em: 13 jan 2025.

SARMENTO, Manuel Jacinto; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos (Orgs.). **Infância (in)visível.** Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.

STANDING, E. M. **Maria Montessori** à la découverte de l'enfant. 2º ed. Desclée DE Brouwer, 1972.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R. de; PRANDINI, R. C. A. R. Perspectivas para a análise de entrevistas. In: SZYMANSKI, H. (org.). **A entrevista na pesquisa em educação:** a prática reflexiva. Brasília: Plano, 2002. p. 63-86.

TANURI, Leonor Maria. **Contribuição para o estudo da escola normal brasileira.** 1969. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61–88, maio 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 59, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nPMpCfpNpMQjnNxnzJMmkQP/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 22 jul. 2023.

ARQUIVOS CONSULTADOS:

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Acervo da AVAM

Base de dados digital do Jornal Cruzeiro do Sul

**APÊNDICE – TRANSCRIÇÃO LIVRO TERMO DE VISITA ESCOLA
MATERNAL**

DATA	CARÁTER PEDAGÓGICO (1) FORMATIVO (2) MATERIAIS PEDAGÓGICOS (3) ROTINA/COTIDIANO ESCOLAR (4)	DESCRIÇÃO	PÁGINA
03/02/1926	(2)	Nesse dia, só me foi possível orientar a Diretora e suas auxiliares dando instruções a todas sobre diversas disciplinas e manejos escolares	(p. 2verso) Joana Grassi Fagundes
04/02/1926	(4)	Tive assim ocasião de verificar todo o movimento, desde a entrada até a saída das crianças	(p. 2verso) Joana Grassi Fagundes
04/02/1926	(1) ; (2); (3)	Nesse dia orientei as professoras e todos os períodos, dando diversas aulas modelos, como sejam: No 1º período- Contagem com bolinhas – mosaicos (construção de figuras). 2º período – Varetas- construção com (letras) numerosos impressos- mosaicos(maior ampliação que no 1º período) 3º período- Varetas (entrelaçamentos mais complicados)- construções com	(p. 2verso) Joana Grassi Fagundes

		letras impressas- Números impressos- Mosaicos triangulares. 4º período – Além das aulas já mencionadas nos outros períodos foi a professora orientada nas seguintes aulas: anneis (ensino das linhas curvas- gonigrapho- ensino de formas geométricas)	
05/02/1926	(1); (2)	Orientando as professoras em diversas aulas, marchas e evoluções, ginásticas.	(p. 2verso) Joana Grassi Fagundes
05/02/1926	(4)	Aconselhei a diretora na maneira da distribuição do almoço e lanche , sobretudo no manejo daquela instituição de ensino.	p. (3) Joana Grassi Fagundes
05/02/1926	(2)	Dei algumas instruções sobre as aulas de linguagem, à vice-diretora, encarregada dessa matéria.	p.3 Joana Grassi Fagundes
06/02/1926	(4)	Meu principal trabalho foi modificar os horários por mim feitos para melhor satisfazer o desempenho dos banhos das crianças	p.3 Joana Grassi Fagundes
06/02/1926	(4)	Nas aulas de linguagens e música também foi preciso fazer alguma alteração para melhor acomodar as funções da Vice- diretora, encarregada dessa matéria e auxiliar a diretora.	p.3 Joana Grassi Fagundes
06/02/1926	(1); (2); (3)	Depois do lanche , à tarde, orientei a Vice diretora nas aulas	p.3

		de música. Iniciei essas aulas em todos os períodos com muito aproveitamento.	Joana Grassi Fagundes
06/02/1926		As criancinhas cantaram acompanhadas ao piano de maneira muito satisfatória	p.3 Joana Grassi Fagundes
27/04/1926	(2)	Visitei e inspecionei essa Escola , acompanhada da Senhorita Emiliana de Andrade Ramos, professora do Pará (Belém) que veio comissionada pelo governo desse Estado com o fim de estudar as nossas instituições de ensino, principalmente as classes infantis. Nessa visita acompanhou-nos também a Senhorita Heloisa Grassi Fagundes, auxiliar da Inspetora do Jardim de Infância de São Paulo.	p.3 Joana Grassi Fagundes
28/04/1926	(2) ;(3)	Verifiquei com a diretora o material recebido do almoxarifado, como sejam: duas coleções de Montessori e material Froebel. A metade do Material de Froebel foi por mim separada e enviada para a Escola Maternal de Santa Rosália. Dei uma explicação completa desse material a todos os funcionários.	p.3 v Joana Grassi Fagundes
26/06/1926	(1); (2)	Dei aula modelo do 1º Dom no 1º período. Orientei a diretora, vice-diretora e professoras nos	p.3v Joana Grassi Fagundes

		diversos manejos e disciplinas escolares.	
29/07/1926	(1); (2); (3)	Dei aulas modelos de disco no 1º período; contagem com pauzinhos no 2º período, 3º Dom no 3º período; anéis no 4º período. Instrui a Vice-diretora nas aulas de canto em todas as classes.	p.4 Joana Grassi Fagundes
29/07/1926	(2); (3); (4)	Dei instruções à diretora sobre todos os manejos da Escola, como sejam: explicação dos horários, a maneira porque deve conduzir as professoras, enfim sobretudo o que diz respeito ao seu cargo imposto pelo regulamento. Combinei sobre os pedidos de materiais.	p.4 Joana Grassi Fagundes
22/09/1926	(1); (2); (4)	Presenciei o lanche das crianças feito com muita ordem. Orientei a Vice-diretora nas aulas de música, tendo com ela, feito uma leitura de diversos trechos musicais, destinados a festa do dia das crianças.	p.4 Joana Grassi Fagundes
22/09/1926	(3)	Recomendei a diretora que organizasse uma outra lista de pedido de material, conforme o desejo do Sr. Diretor Geral da Instrução Pública.	p.4 Joana Grassi Fagundes
23/09/1926	(1); (4)	Estive até às 13h30 nessa Escola, me ocupando nos ensaios para a festa do dia 12 de outubro,	p.4v Joana Grassi Fagundes

		Assisti os bailados ensaiados por dona Alice Rebouças. Ensaiei; os brinquedos; o bom doutor; o sapateirinho; canto geral; o vento.	
24/09/1926	(2); (4)	Dei instruções diversas a Diretora e suas auxiliares- Assisti aulas em todas as classes e recomendei que algumas fossem modificadas como por exemplo as de desenho, de contagem. Fiz ensaios dos diversos números para a festa do dia 12 de Outubro. Assisti ao almoço das criancinhas da Escola Maternal e da Creche, feito com muita ordem e com todos os preceitos higiênicos.	p.4.v Joana Grassi Fagundes
25/09/1926	(4)	Estive pela manhã até as 10 horas nessa Escola. Assisti a festa das “árvores” que esteve boa e animada, constando o programa de números apropriados a data. Me ocupei também nos ensaios para a festa do dia 12 de outubro.	p.4v Joana Grassi Fagundes
08/10/1926	(4)	Ensaiei diversos números para a festa do dia 12, fiz algumas recomendações a diretora.	p.4v Joana Grassi Fagundes
09/10/1926	(4)	Estive nessa escola , das 11 às 16 horas. Fiz ensaio geral (conjuntamente com a diretora e toadas as professoras de todos os	p.5 Joana Grassi Fagundes

		números do programa no Teatro da Fábrica Votorantim.	
12/10/1926	(4)	Ai estive com o fim de assistir a festa destinada ao “dia das crianças”. Todos os números do programa foram otimamente executados pelas criancinhas agradando o numerosíssimo auditório que calorosamente aplaudiu	p.5 Joana Grassi Fagundes
25/11/1926	(1) (2) (3)	Estive em visita das 7horas às 15h30, percorrendo todos os períodos, no 2º orientei a professora nas aulas de trabalhos manuais e mosaicos e nos outros, assisti, aulas diversas.	p.5 Joana Grassi Fagundes
25/11/1926	(4)	Tive ocasião de presenciar o café da manhã das criancinhas, feita com muita ordem. A creche por sua vez, vai funcionando com regularidade.	p.5 Joana Grassi Fagundes
	(2)	A tarde me ocupei em arranjos de números para a festa de natal, ficando mais ou menos determinado. Orientei a vice-diretora nas aulas de música, lendo com ela diversos trechos destinados à festa próxima.	p.5v Joana Grassi Fagundes
15/12/1926	(1), (2), (3) (4)	Assisti aulas dos números no 2º período, perfurações no 3º período, desenho no 4º período, estavam em repouso as criancinhas do 1º período. Fiz	p.5v Joana Grassi Fagundes

		ensaio do bailado das flores e borboletas e de algumas cantonetas.	
16/12/1926		Depois de assistir o café das criancinhas , me ocupei nos ensaios para a festa do Natal e esse arranjos de musicas para o mesmo fim.	p.5v Joana Grassi Fagundes
17/12/1926	(2) ; (3); (4)	Prossegui nos ensaios para a festa, falei com o gerente da fábrica sobre os melhoramentos precisos no prédio. Estive em combinação com a diretora sobre a compra de brinquedos para as crianças dessa escola. Ficou resolvido que devia ser efetuada por mim em São Paulo. Depois do almoço me ocupei novamente nos ensaios para a festa e em arranjos de músicas necessárias.	p.5v Joana Grassi Fagundes
22/12/1926	(4)	Ensaiei os diversos números para a festa de Natal.	p.5v Joana Grassi Fagundes
23/12/1926	(4)	Ensaiei os diversos números para a festa de Natal. Estive em explicações com a diretora sobre os brinquedos comprados e com ela efetuei a compra de mais 75 para serem distribuídos as criancinhas da creche e da escola maternal.	p.6 Joana Grassi Fagundes
24/12/1926	(4)	Voltei novamente a escola para assistir a festa, cujo programa foi	p.6

		criteriosamente organizado pela diretora. Os números todos tiveram um desempenho brilhante, agradando aos assistentes que foram incansáveis em vibrantes aplausos.	Joana Grassi Fagundes
23/03/1927	(4)	Estive nessa escola assistindo desde a entrada das criancinhas até as últimas aulas. Percorri todas as classes e a creche acompanhada pela diretora.	p.6 Joana Grassi Fagundes
23/03/1927	(1), (2), (3)	Assisti aulas nas 4 classes orientando as professoras. Tive ocasião de presenciar as aulas de linguagem e canto dadas pela vice – diretora, que desempenhou-se tão bem.	p.6v Joana Grassi Fagundes
23/03/1927	(1), (2), (3)	Na aula de linguagem, falou sobre o papel, sua fabricação e aplicação, etc...	p.6v Joana Grassi Fagundes
25/04/1927	(1), (2), (3)	Assisti aulas nessa escola do 2º “Dom”, no 2º período, aconselhando a professora a fazer uma pequena modificação. Nessa classe, examinei os cadernos de trabalhos e desenho. No 3º período assisti aula de contagem com tornos; no 1º , aula de dobradura; no 4º aula com o material Montessori para o desenvolvimento do tacto e vista.	p. 6v Joana Grassi Fagundes

		Dei aula modelo do 3º “dom” nos 3º e 4º períodos.	
19/05/1927	(1), (2), (3)	Assisti aulas: no 1º período, de canto e trabalho manual(contas e alinhos); no 2º, de desenho e canto; no 3º, de número e letras, desenho e canto; no 4º, mosaico, canto, alinhavo, desenvolvimento do tato com material Montessori. Orientei as professoras nessas disciplinas.	p.7 Joana Grassi Fagundes
09/07/1927	(1), (2), (3)	Percorri todas as classes e a creche assistindo aula com o material montessori no 3º período. Fiz uma leitura de diversas músicas com a professora encarregadas dessa disciplina.	p.7 Joana Grassi Fagundes
19/08/1927	(4)	Assisti a marcha das criancinhas	p.7 Joana Grassi Fagundes
20/8/1927	(1), (2), (3)	Dei aula modelo no 1º período de contagem com tornos em taboinhas, no 2º assisti aula de mosaico; no 3º de números com o material Montessori; no 4º desenho. Visitei a creche.	p.7 v Joana Grassi Fagundes
27/10/1927	(4)(3)(2)	Visitando a Escola Maternal encontrei tudo em perfeita ordem. Visitei as classes, assistindo aula de canto no 2º período; de linguagem e cores no	p. 7v Joana Grassi Fagundes

		3º período. Orientei as professoras nessas e em outras disciplinas.	
19/11/1927	(1), (2), (3)	Assisti o ensaio de canto, entreguei a diretora alguns números para a festa de Natal , como sejam: brinque- O guloso, canto geral (Oi lá o balão) Dei explicação, deixei números e outros já em começo de ensaio.	p. 7/ 8 Joana Grassi Fagundes
8/12/1927	(4)	Hoje fiz minha visita de inspeção nessa Escola Maternal encontrando tudo em ordem. Notei pouca frequência, isso por estar o dia chuvoso.	p.8 Joana Grassi Fagundes
8/12/1927	(1), (2), (3)	Assisti ao ensaio de dois números do programa para a festa de Natal-Orientei as professoras encarregadas dos ensaios. Dei instruções à Diretora sobre certos manejos da Escola. Examinei alguns trabalhos de recorte e desenho do 3º período regidos pela professora D.Esther Piedade Fonseca que estão ótimos, feitos com muito capricho.	p.8 Joana Grassi Fagundes
9/12/1927	(3)	Na visita de hoje, presenciei o lanche das crianças e me ocupei em orientar a vice diretora no desempenho para a festa de Natal.	p.8 Joana Grassi Fagundes

10/12/1927	(1), (2), (3), (4)	Me ocupei em ensaios, vários números do programa para a festa de Natal, como por exemplo: O guloso; O brinquedo; Natal (O brinquedo) Oi lá o balão (coro com passos de dança)	p. 8 v último registro Joana Grassi Fagundes
18/04/1928	(4)	Constatei seu bom funcionamento, notando muita ordem, disciplina e rigoroso asseio	José Benedicto Dutra p. 8 v
09/05/1928			José Benedicto sobrenome não identificado p.9
25/10/1928			
30/11/1928			
12/03/1929			
14/06/1929			
13/08/1929	(1), (2)	No quarto período assisti a uma aula de Montessori, encaixe, cilíndricos, que me impressionaram muito	p.9V
13/08/1929	(3)(4)	Examinei alguns trabalhos gráficos e manuais ... No quarto período assisti a uma aula de Montessori... que me impressionaram muito bem	Não identificado p. 10 v
12/12/1929			Não identificado p. 10 v

12/12/1929		Palavras reconhecidas em todos os termos , ordem disciplina e asseio	Não identificado p. 9-V/ p.10
10/04/1930	(4)	Visitei a Escola Maternal, que encontrei funcionando com regularidade, notei, ordem, disciplina	Não identificado p. 10 v
22/07/1930			Não identificado p. 11
10/09/1930			Não identificado p. 11
26/01/1931	(4)	É pena que não verifique junto à creche um consultório preconcepcional e mesmo pre-natal com um serviço de conselhos às lactantes, às amas e às mães, pois, isso viria completar o trabalho tão bem orientado pelas diretora e vice-diretora, estas com curso de educadoras sanitaria, vê-se que se vai adiantado o estudo de puericultura; pouco falta pra atingir ao preceituado pelas modelares congêneres.	Paulo Monte Serrat p. 10-V
26/01/1931	(1), (2) (3)	Apreciei com prazer, um ensaio de globalização de ensino- um canto sobre o sol e o assunto se estendeu aos tornos, desenhos, baulios de sol e linguagem. Continuem as colegas a	Paulo Monte Serrat p. 9-V

		experiementar que o systema de Decroly há de reservar-lhe boas surpresas.	
26/01/1931	(4)	Folgo registrar o zelo e a atenção que o Comendador Antonio Pereira Ignacio dedica e presta à esta instituição, tão digna dos brasileiros que preparam, pela saúde dos pequeninos o futuro de nossa Pátria.	p.10
26/01/1931	(1)	Tudo em ordem, bons diários de lições, magníficos museus infantis, caprichosas exposições de desenho	p.10 Paulo Monte Serrat
13/4/1931	(4)	Notei ordem e disciplina	Paulo Monte Serrat
29/04/1931	(3)(4)	Reuni as professoras demonstrando-lhes a aplicação dos testes a, b, c. Servi-me do motivo para tratar pormenorizadamente da globalização do ensino e da feitura do diário de lições, obedecendo esta ordem: Observação no tempo e no espaço; expressão concreta e expressão abstrata-materiais derivantes. Continua adorável o entusiasmo das senhoras diretora, sub-diretora e professoras na prática das doutrinas da Escola Nova.	Paulo Monte Serrat p.11 v

11/07/1931	(1) (2) (3) (4)	Visitei a Escola Maternal, em todas as salas tive oportunidade de palestrar com as crianças sobre as varias disciplinas. Sobre a embrionária caligrafia simbólica da ginastica respiratória, mimica e apuro de linguagem infantil-dei aula modelo	Paulo Monte Serrat p.12
11/07/1931	(4)	Na qualidade de inspetor tenho recebido das senhoras professoras desde janeiro desse ano, justa reclamação sobre o tempo de trabalho das professoras., por isso, solicitei a diretora uma maneira de ser dividido o trabalho do corpo docente, sem que haja grande despesa para o governo, a fim de poder representar no sentido de diminuir o tempo de função do cargo, isto é, de trabalho diário que atualmente excede 9 horas.	Paulo Monte Serrat p.12
11/07/1931	(1) (2) (3) (4)	Há muita ordem em tudo e a orientação da senhora diretora obedece as mais precisas lições decrolyanas.	Paulo Monte Serrat p.12v
28/07/1931	(1) (2) (3)	Estive no 1 e 2º período deixando nos respectivos quadros, desenhados, os centros de interesse das lições do dia	
12/11/1931			Paulo Monte Serrat

			p.12/13
16/12/1931	(1) (2) (3)	Estive em todas as classes verificando o melhor funcionamento da Escola Maternal da Votorantim cuja direção continua confiada ao zelo da operosa educadora D. Rita Vilela. Assisti uma aula de canto dos 3º e 4º períodos. Registrei o progresso da pratica do ensino decrolyano cujo notado deve ser estudado pormenorizadamente para que se estabeleça se ele consulta as finalidades da escola maternal. Continua agradando os museus infantis	Paulo Monte Serrat p.13
12/01/1932	(4)	Estive em todas as classes na Creche, a impressão é de um trabalho perseverante. Talvez o presente termo de visita possa traduzir a minha despedida de chefe de distrito cuja direção passa, agora , ao ser delegado de ensino – ultimamente nomeado para Sorocaba.	Paulo Monte Serrat p.13 V
27/01/1932			Benedicto de Paula França p.13
01/04/1932	(1), (2), (4)	Estive nos 4 períodos em que se divide o curso maternal, assim comecei na seção da creche.	Benedicto de Paula França p.14

		Percorri também todo o prédio e dependências. Assisti aulas e troquei ideias com a digna professora sobre o ensino e trabalhos atinentes. Observei ordem e trabalho. Há necessidade de, pelo menos, uma auxiliar nos trabalhos para que a vice-diretora, bastante dedicada possa dirigir a creche.	
8/7/1932	(1),(2), (4),	Dei a senhora diretora instruções da Delegacia sobre o café e troquei ideias sobre o ensino	Benedicto de Paula França p.14 v
17/08/1932			Oraci Gomes p.14v
5/11/1932	(1), (2), (4)	Visitei hoje este estabelecimento, sob a direção da digna professora D. Rita Vilela, em cuja companhia visitei os cinco períodos da Escola Maternal e mais a Creche. Notei Ordem e asseio, o que demonstra seu esforço e da digna auxiliar dona Faustina. Dei orientação sobre o ensino, no sentido de manter vivos as conquistas modernas da Pedagogia, com toda dedicação e prudência	Benedicto de Paula França p.15
1/3/1933	(1), (2), (4)	Percorri os 4 períodos da Escola Maternal e a Creche, colaborei na orientação do Ensino às professoras.	Benedicto de Paula França p.15

10/05/1933	(1), (2), (3), (4)	Assisti a entrada das crianças da Escola Maternal, assim como os exercícios de jardinagem após a ligeira refeição das mesmas, antes da referida entrada. Em companhia da Sra Diretora visitei a Creche e os 4 períodos ainda da antiga organização da Escola Maternal. Assisti ainda o ensaio de cantos do 1º e 2º períodos, com o piano , tendo ainda verificado em classes da Escola Maternal, vários trabalhos manuais dos alunos. Troquei ideias com a Senhoras Diretoras e Vice- Diretora e professora do 4 período sobre a orientação do ensino pré-primário e sua finalidade. Em tudo muita ordem e asseio	Benedicto de Paula França p.15V
24/06/1933	(1), (4)	Visitei os 4 períodos da Escola Maternal e 3 seções da Creche. A frequência hoje foi pequena devido às festividades na localidade. Fiz uma preleção aos alunos do 4 período sobre tal assunto.	Benedicto de Paula França p.16
12/09/1933	(4)	Em companhia do Sr. Delegado Regional de Ensino, estive hoje neste estabelecimento... Visitamos os 4 períodos da antiga organização da Escola Maternal e as 3 seções da Creche,	Benedicto de Paula França p.16

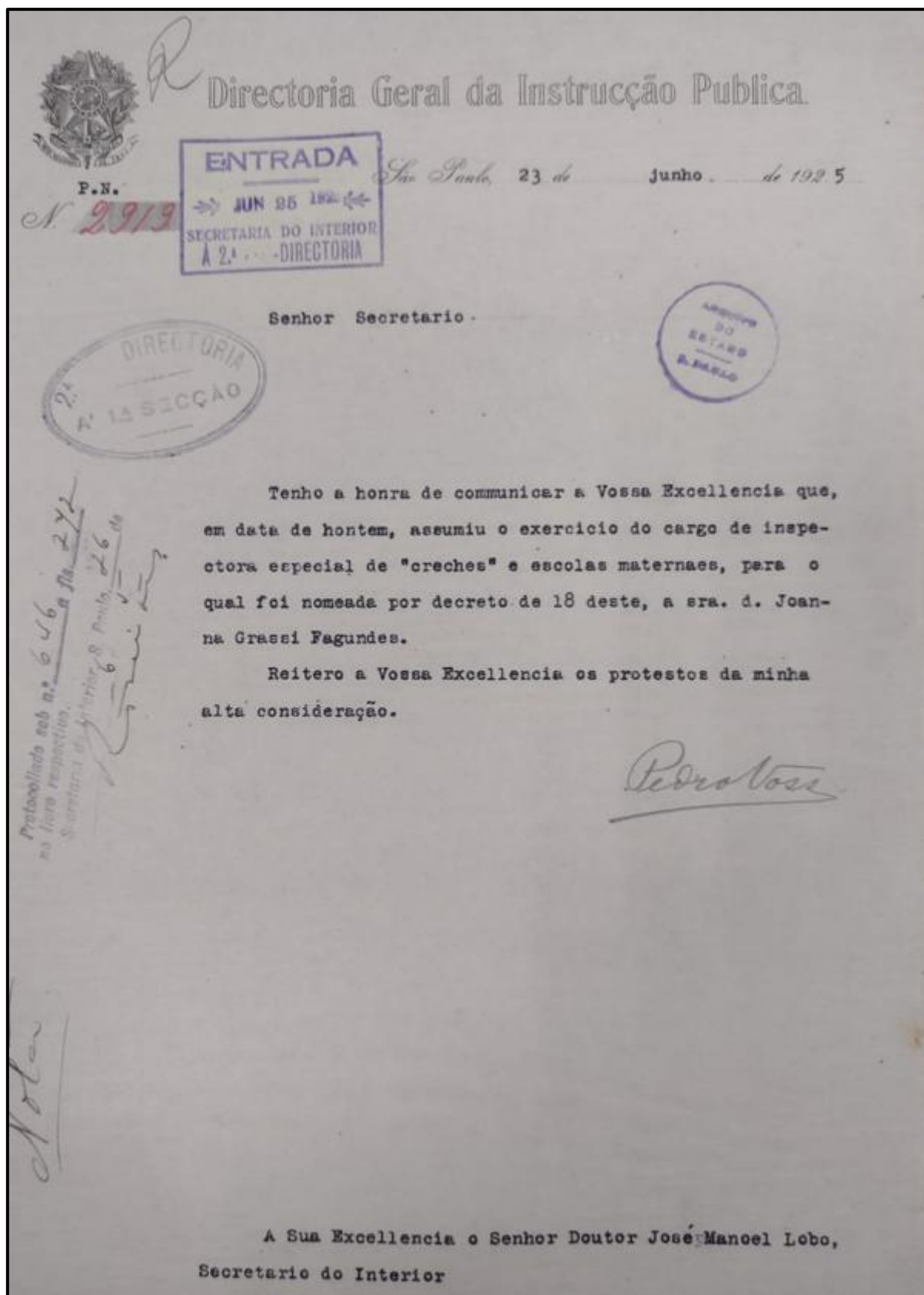
		notando boa disciplina, ordem e asseio e aproveitamento dos alunos. Em todo prédio e dependências existe ordem, assim como asseio e bom gosto no arranjo dos moveis e na acomodação das crianças. As criancinhas e a creche estão bem tratadas e em boas condições de higiene. As crianças que necessitam de tratamento médico estão sob a vigilância da Delegacia de Saúde.	
31/10/1933	(1), (4)	Estive no 3º e 4º período assistindo aula. Assisti ainda ao almoço do 1º e do 2º período e ao recreio dos 4 períodos da antiga Escola Maternal. Percorri toda a dependência do estabelecimento, notando ordem e asseio. Entretanto há necessidade de que o porteiro dirija com mais carinho e assistência pessoal, o serviço de limpeza do jardim, pateos, hortas, cercas, divisores e cômodos , promovendo a retirada do mato junto as cercas, do lixo que deve ser enterrado, e dos paus ou objetos espalhados pela horta e recantos, apodrecendo ao tempo ou amontoados com mau	Benedicto de Paula França p.16V

		aspecto. Deveria ser colocado um portãozinho entre o pátio de recreio das crianças e o terreno das hortas, afim de evitar que as mesmas crianças vão para os recantos das hortas, fugindo à vigilância e atentando contra a higiene. Tratando-se de um Estabelecimento em que se cuida das crianças pela educação dos sentidos, deve-se ter o máximo de escrúpulo em matéria de ordem e asseio, tanto dentro do prédio e de dependência quanto nos pátios, áreas de recreio e horta.	
	(1), (4)	Fiz minha primeira visita no corrente ano... inspecionei os 4 períodos em funcionamento na Escola Maternal e as 3 seções da Creche. A frequência tem sido baixa devido ao sarampo, conforme comunicação já feita pela Delegacia de Ensino à Delegacia de Saúde. Assisti parte do almoço das crianças da Escola Maternal, ao recreio e ao repouso em classe das mesmas. Verifiquei com prazer, que as recomendações feitas sobre higiene nas dependências do estabelecimento tem sido	Benedicto de Paula França p.17

		executadas, esperando que assim continuem a ser executadas cada vez com mais rigor e carinho, para o bem das criancinhas.	
5/6/1934	(1), (2), (4)	E nesta visita, depois de uma reunião pedagógica assistida por todas as professoras do estabelecimento, pelas senhoras Diretora e Sub- diretora em que foi ventilada a orientação a seguir, estive em todas as classes palestrando com as colegas sobre a concretização do ensino. Peco a Sra. Diretora a realização de um estudo sobre a possibilidade da organização da Associação de pais e mestras, obedecendo a orientação constante do diário Oficial de 2 corrente, desenvolvendo-o na parte onde convier com a instituição de palestras, de puericultura às mães da crianças, que frequentam as aulas deste modelar estabelecimento de ensino.	Paulo Monte Serrat p.18
12/07/1934	(1), (2), (4)	Realizei a palestra pedagógica do mês tratando de um estudo preliminar para a organização de um programa mínimo dos diversos graus das classes deste estabelecimento.	Paulo Monte Serrat p.18 V

		Fica assim, instituída a reunião pedagógica mensal na Escola Maternal de Votorantim, devendo dela remeter-se ata de digito , cópia da ata mensalmente à Delegacia, tratando, isto é, descrevendo pormenorizadamente do que for tratado em reunião.	
27/05/1935	(1), (2), (4)	Visitei todas as classes fisicamente, inclusive a Creche, constatando regularidade e asseio. Solicitei providencias de que as professoras organizassem semanalmente, o registro das lições a serem dadas.	Aluisio Passos p.19
14/09/1935	(4)	Percorri todas as classes em funcionamento, inclusive a creche, constatando ordem e asseio.	Aluisio Passos p.19
18/10/1935	(4)	Percorri todas as classes e dependências, acompanhando a creche, assisti o almoço dos alunos. Ocorreu tempo, porém, foi especialmente dedicado a visita às escolas da Bandeira que vem funcionando em dependências concomitantes no quintal desta escola.	Aluisio Passos p.19 V

ANEXO 1 – Nomeação de Joana Grassi Fagundes como Inspectora Especial de Creches e Escolas Maternaes



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ANEXOS 2 – Relação de Materiais na Escola Maternal e Creche Votorantim

**DELEGACIA REGIONAL DO ENSINO
DE SOROCABA**

3703

ENTRADA
13
SET
35
SECCAO DE NOTAS

N. 315

OBJECTO

Relações de
materiaes

10357

Sorocaba, 11 de setembro de 1935

Senhor Director Geral da Secretaria da Educação
e da Saúde Publica

Tenho a honra de passar ás vos-
sas mãos, as relações dos materiaes existentes
nas Escolas Maternaes de Votorantim e Santa Rosa-
lia, ambas em Sorocaba, solicitadas em circular
sob nº 1, de 1º de agosto ultimo, dessa Secretaria.

Attenciosas saudações

Phid. T. Braga
Delegado regional do ensino

Ao senhor doutor Meirelles Reis Filho
D.D. Director Geral da Secretaria da Educação e Saúde Publica

SECCÃO CONTABILIDADE
ENTRADA EM
16 SET. 1935
Ficha N.º 1

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo – Secretaria de Negócios do Interior- Caixa SE985, p.1.

Relação de Materiaes						
Escola Maternal e Creche Solorantin						
Quantidade	Objetos	Procedencia	Entrada	Estado de Conservação	Preço	Valor Actual
Diretoria						
1	Toiletti	Almoxarifado	12-1-1926	Bom	45#000	40#000
1	Jarro	"	"	"	"	"
1	Bacia	"	"	"	"	"
1	Saboneteira	"	"	"	50#000	40#000
1	Porta-pentes	"	"	"	"	"
1	" joias	"	"	"	"	"
1	Machina costura	Expediente	8-6-1934	Regular	600#000	600#000
2	Cestas de vime	Almoxarifado	12-8-1936	Bom	7#000	4#000
1	Telefone	Tab. Veterantim	12-1-1926	"	"	"
2	Cadeiras giratorias	Almoxarifado	12-1-1926	"	200#000	200#000
2	Bercos mata borrão	"	2-6-1929	"	3#000	3#000
2	Reguas de canite	"	18-8-1933	"	3#000	3#000
1	Bureau ministro	"	12-1-1926	"	"	300#000
1	Secretaria	"	12-1-1926	"	"	150#000
Quarto anexo à Diretoria						
3	Armarios esmalt	Almoxarifado	12-1-1926	Bom	"	150#000
3	" com tela	"	"	"	"	150#000
Portaria						
1	Piano e banco	Almoxarifado	12-1-1926	Bom	6.000#000	4.000#000
1	Sofa	"	2-6-1926	"	"	120#000
2	Poltronas	"	"	"	"	60#000
2	Cadeiras	"	"	"	"	30#000
1	Relógio	"	"	"	"	40#000
2	Armarios	"	"	"	"	140#000
1	Porta-chapeus	"	"	"	"	25#000
1	Mesa de centro	"	"	"	"	25#000
1	" do porteiro	"	"	"	"	40#000
1	Cadeira	"	"	"	"	15#000
1	Sineta	"	2-6-1926	"	35#000	25#000
Total 6.160#000						

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo – Secretaria de Negócios do Interior- Caixa SE985, p. 2.

Nº	Objectos	Procedencia	Entrada	Estado de Conservação	Preço	Valor actual
1	Map. Syst. Metrico	Almoxarifado	10-6-1932	Bom	8#000	8#000
2	Correio (Mapas)	"	12-8-1933	"	20#000	20#000
20	Livros (Leitura)	"	18-8-1933	"	50#000	50#000
33	Mesinbas	"	12-1-1926	"	-	1:320#000
1	Machadinha	Expediente	1-1933	"	-	-
1	Galadeira	Almoxarif.	12-1-1926	Regular	8#000	8#000
1	Armario de roupa	"	"	Bom	-	80#000
2	Thesouras (jardim)	Expediente	4-1933	"	50#000	40#000
1	Martelo	"	"	"	-	8#000
1	Quinteiro	Almoxarifado	8-1933	"	3#000	3#000
4	Banheiros	"	12-1-1926	"	-	480#000
1	Mesa de esmoba	"	"	"	-	10#000
1	Deposito (mantimento)	"	"	"	-	80#000
6	Mesas brancas	"	"	"	-	300#000
60	Cadeiras brancas	"	"	"	-	60#000
4	Moringas Salus	"	10-1933	"	30#400	30#400
220	Cadeiras marrons	"	12-1-1926	"	-	2:200#000
2	Cadeiras	"	"	"	-	20#000
1	Carrinho (cruanca)	Tab. Tot.	8-1932	"	-	300#000
8	Collares de contas	Almoxarif.	9-1932	"	-	8#000
6	Canetas	Expediente	12-1933	"	3#000	2#000
6	Escovas de lousa	Almoxarif.	8-1933	"	2#700	2#700
1	Mitre	"	8-1933	"	-	2#500
4	Pacotes pap. cartão	"	12-1-1926	"	-	-
2	Livros inventario	"	"	Uso	-	20#000
1	Livro (expediente)	"	"	"	-	16.80#000
4	Livros (matricula)	"	"	"	16#000	-
1	Livro (correspond)	"	"	"	2#000	-
1	" (chamada)	"	"	"	3#000	-
1	" Termo comprom.	"	"	"	2#000	-
1	" Correspondencia	"	"	"	2#000	-
2	" Matricula	"	"	Bom	8#000	-

3
Lg.

Quantidade	Objectos	Procedencia	Entrada	Estado de Conservação	Preço	Valor actual
1600						16804600
1	Livro de fichas	Almoxarifado	12-1-1926	Bom		
1	" " carga e descarga	"	"	"		
15	Facões caribos (perf.)	"	12-1-1926	Bom		754000
50	Boletins	"	6-1932	"		
50	Envelopes	"	"	"		
1	Livro Inventario	"	12-1-1926	Bom	744000	
2.000	Folhas (par. calculo)	"	6-1932	"		404000
10	Atlas do Brasil	"	"	"	244000	244000
1	Estatistica	"	"	"	Gratis	
40	Mapas Brasil	"	"	"	24000	24000
2	Livros de Sereicultura	"	"	"	54400	54400
1500	Col. de latas de cor	"	12-12-1934	"	64000	64000
1000	Livro Visitas	Tab. Votorantim	8-1932	Bom	504000	
1	"	Almoxarifado	12-1-1926	"	44000	
1	Col. de Parker	"	9-1931	Bom		
1	Caixa fitas tecelagem	"	12-1-1926	"	44000	
10	Caixas de palhinha	"	"	"	204000	
1	Caixas de unhas	"	"	"		604000
3	" de lenceras	"	12-12-1934	"	124000	124000
4	" de comp. (tinta)	"	12-12-1934	"	284000	284000
1	" de dobradura	"	1-1-1926	"	44000	
30	" " 12 cubinhos	"	"	"		604000
28	Almofadas (perf.)	"	"	"		1404000
40	Pentes finos	"	8-1931	"	14200	14200
40	" grossos	"	"	"	204000	204000
2	Bandeiras (Brasil)	"	12-1-1926	"		1004000
6	Caixas de giz	"	15-10-1934	"	74000	74000
2	Banheiros (crista)	Tab. Votorantim	6-6-1935	"	3004000	3004000
2	Armarios (")	Almoxarifado	12-1-1926	"	1404000	1404000
40	Camisas (")	"	"	Regular		8004000
3	Commodas (")	"	"	"		1504000
80	Cadeiras / preguiçosas (crista)	"	"	Bom		8004000
						19.619200

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo – Secretaria de Negócios do Interior- Caixa SE985, p. 3.

Qtd	Objetos	Procedencia	Entrada	Estado de Conservação	Risco	Valor atual
5	Cadeiras preg. e capa	Almoxarilhado	12-1-1936	Bom	-	250,000
1	Relógio	"	"	"	-	40,000
25	Cadeiras brancas	"	"	Regular	-	250,000
1	Mesa br. (Criche)	"	"	Bom	-	50,000
1	Talha (")	"	"	"	-	10,000
1	Banco p/ talha (Criche)	"	"	"	-	5,000
1	Louça pequena	"	"	"	-	10,000
2	Cadeiras (Criche)	"	"	"	-	20,000
2	Pis	Fabrica	6-1933	"	-	3,000
2	Banqueirinhos	Almoz.	12-1-1936	Mau	-	10,000
18	Canecas	"	"	Regular	-	20,000
40	Caixas brancas	"	"	"	7800	30,000
Copa e Cosinha						400,000
1	Trueteira	Expediente	10-1932	Bom	200,000	200,000
2	Travesseiros fundos	"	"	"		
1	Duz. pratos fundos	"	"	"		
24	Platos rasos	"	"	"		
12	" de sobremesa	"	"	"		
2	Decorações	"	"	"	10,000	10,000
1	Molleteiro	"	"	"		
1	Saladeira	"	"	"		
11	garfos	"	"	"		
12	Copos	"	"	"		
40	Colheres	"	"	"	40,000	30,000
4	Travesseiros rasos	"	"	"	-	20,000
1	Bule de metal	Almoxarif	10-1932	"	400,000	400,000
1	" de chá	"	"	"		
1	Luteira	"	"	"		
1	Assucareiro	"	"	"		
8	Chicaras de chá	Fabrica	10-1934	"		4,000
"	" café	"	"	"	-	4,000
5	Colherinhas	"	"	"	-	24,500
						20,264,700

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – Secretaria de Negócios do Interior- Caixa SE985, p. 4.

Quantidade	Objetos	Procedencia	Entrada	Estado de Conservação	Preço	Valor atual
4	Conchinhos	Fabrica	10-1934	Bom	-	84000
1	Bule de louça	Almoxarif.	12-1-1926	"	-	-
1	Trueteira	"	"	"	-	-
1	Assucareiro	"	"	"	-	204000
1	Farinheira	"	"	"	-	-
1	Manteiguiera	"	"	"	-	-
46	Canecas allum.	"	-1933	"	-	464000
40	"	"	12-1-1926	Mau	-	204000
10	Bules de allum.	"	"	Regular	-	564000
8	Tacas	"	"	Bom	-	124000
50	" de sobremesa	"	"	"	-	504000
1	Rôlo de massa	"	"	"	-	24000
1	Bandeja	"	"	"	64000	64000
30	Conchas	"	"	"	-	304000
2	Esfumadeiras	"	"	"	-	24000
46	Garfos	Expediente	Agosto	"	-	464000
60	Colheres (creanças)	"	"	Regular	-	424000
1	Garfo duplo	"	3-1933	"	-	-
2	Fervedores de leite	"	"	"	-	204000
10	Assucareiros	Almoxarif.	12-1-1926	Bom	-	504000
1	Passador de batata	Expediente	3-932	Regular	-	54000
114	Pratos rasos	Almoxarif.	12-1-1926	Bom	-	6844000
126	" fundos	"	"	"	-	754600
2	Sopas allum.	"	"	Mau	-	24000
10	Cacarelos	Expediente	Set. 1933	(4 Bom)	2044000	1804000
2	" de ferro	"	"	Bom	-	404000
1	Tacho	"	Out. 1933	"	454000	454000
1	Taca de pão	Almoxarif.	12-1-1926	Regular	-	54000
3	Caldeirões	Expediente	10-1933	"	604000	604000
4	Moringas Salus	Almoxarif.	10-1934	Bom	sem efeito	-
2	Bules de agalhe	Expediente	6-1935	"	244000	244000
4	Escorredores	"	10-1932	"	-	84000

Qtd.	Objectos	Procedencia	Entrada	Estado de Conservação	Preço	Valor actual
1	Bacia	Expediente	10-1932	Mau	20#000	15#000
1	Machina (Carne)	"	6-1933	Regular	12#000	12#000
2	Frigideiras (ferro)	"	"	"	"	"
8	Lataes (despensa)	Fabrica	6-1935	Bom	40#000	40#000
1	Chaleira	Expediente	" 1935	"	25#000	25#000
2	Caçarolas (ferro)	"	" 1935	"	45#000	45#000
5dys	Colheres pequenas	"	"	"	57#500	57#000
6	Colheres grandes	"	"	"	"	9#000
4	Caixas giz branco	Almoxarifado	23-6-32	Bom	4#800	4#800
4	" de cor	"	"	"	10#000	10#000
100	Envelopes (boletins)	"	"	"	1#500	1#500
4	Pacotes Ling.	"	"	"	8#000	8#000
4	" Calculos	"	"	"	6#400	6#400
2	Exemp. Const. Federal	Delegacia	1935	"	Gratis	"
Escola Maternal e Creche Votorantim, aos 5 de setembro de 1935.						
A Diretora - Rita Villela						

ANEXO 3 – Formação das professoras da Escola Maternal e Creche Votorantim

Anexo 3.1 – Nomeação de Noemia Dias Aguiar como professora primária

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DIARIO OFFICIAL

DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANO 25 — 27.ª ANIVERSARIA — N. 165

SÃO PAULO

Terça-feira, 3 de Agosto de 1915

Actos do Poder Executivo

DECRETO N. 3090, — DE 2 DE AGOSTO DE 1915

O Presidente do Estado, usando da autorização conferida pela Lei n. 1184, de 3 de Dezembro de 1909, artigo 2.º

Decreta:

Das escolas preliminares operarias nocturnas, creadas pelo art. 1.º da lei citada, funcionará no Grupo Escolar «Maria José», mais uma escola nocturna para moças, sendo observadas as disposições constantes da referida lei.

Palácio do Governo do Estado de S. Paulo, 2 de Agosto de 1915

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES,
Alfonso Aguiar.

INTERIOR

Por decretos de 2 do corrente, foram nomeadas:

a) o cidadão Jeronymo Marcendes Guimarães Filho para o cargo de lente da 2.ª cadeira (frases) da Escola Normal Primária de Guamarinhão;

a) professor Volentin Machado de Carvalho, para o cargo de adjunto do grupo escolar Modelo do Campina;

a) o cidadão Floriano Peixoto de Azevedo Marques, para o cargo de professor da escola modelo incluída do Campina;

a) Irene Bonass da Silva, para auxiliar do Jardim da Infancia e d. Carlota de Queiroz, para professora do mesmo estabelecimento.

Por decreto da mesma data foi concedida aposentadoria ao professor Benedito de Azevedo Marques Junior, adjunto do grupo escolar modelo do Campina.

Por decretos da mesma data:

foi creado um grupo escolar em Cascaes, sendo annexadas ao mesmo estabelecimento as seguintes escolas da sede daquelle municipalidade:

1.ª e 2.ª masculinas, regidas por Orlando Mendes de Moraes e Alcio Goul;

1.ª e 2.ª femininas, regidas por d. Antonieta Pastoja e Adelaide Hirth;

a mista, regida por d. Adalgisa de Miranda Bettas.

Para esse grupo foi nomeada, a pedido, a adjunta do grupo de Taquaritinga, d. Isaura de Miranda Bettas.

Foram nomeadas para o mesmo grupo: director: o professor Possidônio Salles; adjunto: os professores Alcino Goul, d. Adelaide Hirth e Adalgisa de Miranda Bettas.

Foi creado um grupo escolar em Campos Novos do Paranaipema, sendo annexadas ao mesmo estabelecimento as seguintes escolas da sede daquelle municipalidade:

1.ª e 2.ª masculinas, regidas por Leão Alvares Leão e Nélson de Moraes Santos;

1.ª feminina, regida;

1.ª e 2.ª femininas, regidas por d. Noemia Dias de Aguiar e Lydia dos Santos.

Foi nomeado o professor Leão Alvares Leão para o cargo de director interino do grupo escolar de Campos Novos do Paranaipema.

Foram nomeadas as seguintes professoras adjuntas:

Joaquim Minis para o grupo escolar de Tietê;

d. Maria do Carmo Silva Machado, para o de Taquaritinga;

Nicolau Marchini, para o de Ituverava;

d. Maria do Carmo Barbosa, para o de Atibaia;

d. Marieta Andrade do Nascimento, para o de Carnalinho;

d. Zábina de Azevedo Marques, para o de Jaboticabal;

d. Virginia Alves de Oliveira, para o de S. Pedro;

d. Deborah Berto, para o de Villa Macaço, em Santos.

Foi renovada, a pedido, a adjunta do grupo escolar de Carnalinho, d. Thelesena Nogueira, para o de Peróima.

Foram dispensados: Herculanu C. de Moraes Silveira, do cargo de adjunto do grupo escolar de Tietê e d. Lydia dos Santos, do de Ituverava.

Foram nomeadas tres moças de Hononga, a d. Clotilde de Sousa e Silva, adjunta do grupo escolar «Cande do Paranaipema, do Jundiahy.

Foram nomeadas as seguintes professoras:

Nicolau Prielli, normalista júnior, para reger a 1.ª escola de «Salles Oliveira», em Orlandia;

d. Anselm Prielli, normalista primária, para reger a 1.ª escola feminina de «Salles Oliveira», em Orlandia;

Harcio Faria, complementarista, para reger a escola do districto da paz do Butantans, nesta Capital.

Foi designada a 1.ª escola nocturna do Bom, para nella ter exercicio o professor Herculanu C. de Moraes Silveira, dispensado, a pedido, do cargo de adjunto do grupo escolar de Tietê.

Foi designada a 1.ª escola de Barricho, em Ribeirão Preto, para nella ter exercicio a professora d. Lydia dos Santos, dispensada, a pedido, do cargo de adjunto do grupo escolar de Ituverava.

Foi nomeada, a pedido, a professora d. Joselyna Pontes, da 2.ª escola mista do bairro dos Coelhos, em Itatiba.

Foram renovadas, a pedido:

Raimundo Stavelo, da 3.ª escola nocturna para adultos, do grupo escolar do Pary, Capital, para a nocturna preliminar, que funciona no grupo escolar Maria José;

Messias da Fonseca, da escola do Braz — Capital, para a 1.ª nocturna para adultos do grupo escolar do Pary.

Foi concedido um anno de licença, em prolegação, nos termos do artigo 21 § 1.º, ao professor Leão Pinheiro de Vasconcellos, da 1.ª escola de Annapolis;

Foram concedidas 3 moças de Hononga, em prolegação, a d. Maria de Almeida Costa, da escola feminina da Estação de São João, em Cuiabá.

Secretarias de Estado

INTERIOR

1.ª SUB-DIRECTORIA

1.ª seção

Respostas do dia 31 de Julho de 1915

Officiou-se ao sr. dr. director-geral do Serviço Sanitário, desenvolvendo varias

papeis e recomendando que se considerasse para o fim de ser fornecido a esta Secretaria, a que constar em relação ao assunto dos mesmos e que foi objecto dos offícios, sob ns. 294 e 458, respectivamente de 7 e 27 de Julho de 1910.

— Officio despatchado:

do grupo escolar de Santa Branca, pedindo escola. — A' Directoria-Geral do Serviço Sanitário.

2.ª seção

Constatou-se ao director do grupo

escolar de Itaberê, que havia autorizado a despesa de \$2000, conforme offícios.

— Officio despatchado:

das camaras municipaes de Magy dos Cruzes, Piracicaba, Directoria-Geral do Ensino Publico e grupo escolar de Santa Branca. — Ao Almoarifado.

3.ª seção

Requisitaram-se da Secretaria da Fazenda os seguintes pagamentos:

de \$2000 ao dr. Roberto Gomes Caldas, offício n. 1560;

Anexo 3.2 – Nomeação das professoras primárias para a Escola Maternal de Votorantim

186 Sexta-feira, 8	DIÁRIO OFFICIAL	Janeiro 1926
Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de Dezembro de 1925. CARLOS DE CAMPOS Gabriel Ribeiro dos Santos Marin Tavares Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 29 de Dezembro de 1925. — <i>Eugenio Levefre</i>, Director Geral.	Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 23 de Dezembro de 1925 — <i>Eugenio Levefre</i>, Director Geral.	Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 23 de Dezembro de 1925 — <i>Eugenio Levefre</i>, Director Geral.
LEI N. 2094 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1925 (1) Autoriza a abertura de um credito especial de 2.127.889\$500 para a electrificação da Estrada de Ferro Campos do Jordão, e aquisição de material para a mesma Estrada. O doutor Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo, Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte: Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir á Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, um credito especial de dois mil cento e vinte e sete contos oitocentos e oitenta e nove mil e quinhentas réis (2.127.889\$500), para occorrer ás despesas relativas á electrificação da Estrada de Ferro Campos do Jordão e á aquisição de material rodante para a referida Estrada. Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. Os Secretarios de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e da Fazenda e do Thesouro, assim a fazem publicar.	Actos do Poder Executivo INTERIOR Por decretos de 7 do corrente: Foi instalada, de accordo com o art. 87 do decreto n. 3.356, de 31 de Maio de 1921, no municipio de Sorocaba, a Escola Maternal de Votorantim, e nomeado, para a mesma, o seguinte pessoal: Directora — D. Rita Villela, professora da Escola Maternal de Santa Rosalia; Vice-directora — D. Noemia Dias de Aguiar, adjuncta do Grupo Escolar «Visconde de Porto Seguro»; Professoras — d. Leontina de Castro; d. Oswaldina Bompani, professora da escola mixta, rural, do bairro do Rio Acima; d. Esther Lietato e d. Maria Luiza Jasowich; Auxiliares — d. Maria da Conceição Duarte, d. Elisa Sampaio; d. Conira Teixeira e d. Alice Rebouças. Foi nomeada d. Nympha Juliano Tampanari, professora da escola mixta, rural, de Itupiranga, em Sorocaba, para o cargo de professora da Escola Maternal de Santa Rosalia, da mesma cidade.	Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 23 de Dezembro de 1925 — <i>Eugenio Levefre</i>, Director Geral.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 8 de janeiro de 1926.